



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
NÚBIA SORAYA DE ALMEIDA FERREIRA

**MUSEU SACACA:
AVANÇOS E DESAFIOS FRENTE À POLÍTICA CULTURAL
DE MUSEUS DO ESTADO DO AMAPÁ**

FORTALEZA – CEARÁ
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NÚBIA SORAYA DE ALMEIDA FERREIRA

MUSEU SACACA:
AVANÇOS E DESAFIOS FRENTE À POLÍTICA CULTURAL
DE MUSEUS DO ESTADO DO AMAPÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Barbalho.

FORTALEZA – CEARÁ
2010

F383m Ferreira, Núbia Soraya de Almeida,
Museu Sacaca: avanços e desafios frente à
política cultural de museus do Estado do Amapá /
Núbia Soraya de Almeida Ferreira . — Fortaleza,
2010.
124 p. ; il.
Orientador: Prof. Dr. Alexandre Barbalho.
Dissertação (Mestrado Profissional em
Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais
Aplicados.
1. Museus. 2. Políticas Públicas. 3. Política
cultural. Universidade Estadual do Ceará, Centro de
Estudos Sociais Aplicados.

CDD: 320.6



Governo do Estado do Ceará
Mestrado Profissional em Planejamento e
Políticas Públicas
Universidade Estadual do Ceará – UECE



FOLHA DE AVALIAÇÃO

Titulo da dissertação: “MUSEU SACACA: Avanços e Desafios frente à política cultural de museus do Estado do Amapá.”

Nome da Mestranda: Núbia Soraya de Almeida Ferreira.
Nome do Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

-Orientador-


Prof. Dr. João Tadeu de Andrade.

1º Examinador-


Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos
2º Examinador

Data da defesa: 03/05/2010

Conceito: SATISFATÓRIO

A Deus;
Aos meus pais, Bento e Lúcia, pelo apoio e torcida;
Ao meu esposo, Luis Cláudio, companheiro nas
horas certas e incertas;
Aos meus filhos amados, Renzo e Torben, pela
compreensão na minha ausência;
Ao meu irmão, Jáder, pela “força” de sempre;
Ao meu irmão, Jesse (*in memoriam*), simplesmente
por ter feito parte da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Alexandre Barbalho, pelas orientações e incentivos no decorrer da jornada.

Ao Prof. Dr. João Batista Oliveira, pelas orientações na área de museologia e pela amizade.

Aos Professores do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, pelas horas de voo enfrentadas na determinação de transmitir conhecimentos.

Aos Professores Doutores Alexandre Barbalho, Celeste Cordeiro e Tadeu, pela participação na qualificação.

Aos funcionários do Museu Sacaca, por permitirem minha ausência e buscarem suprir as lacunas.

Ao Diretor Presidente do IEPA, Benedito Rabelo, por permitir e incentivar minha participação no mestrado.

Aos diretores de Museu, Obede, Sérgio Marworno e Fernando Rodrigues, pela atenção dispensada.

À museóloga Simone de Jesus, pela gentil colaboração ao longo da pesquisa.

A amiga Cláudia Cilene Dias, pelo apoio e colaboração.

Aos funcionários da Escola de Administração Pública, em especial à diretora Gorete, que coordenou a vinda do mestrado ao Amapá e também colega de curso.

Ao Deputado Federal Evandro Milhomem pela atenção dispensada.

Aos colegas do Mestrado, pelo doce convívio, especialmente à Luzete Góes amizade construída ao longo do curso e que certamente se estenderá por toda vida.

RESUMO

O objetivo geral desta tese é traçar um panorama sobre as políticas culturais para museus no Brasil e, em especial, no Estado do Amapá, interconectando tais dados com a história recente da origem dos museus no Amapá até os dias de hoje, dando destaque ao Museu Sacaca. No bojo destas discussões, discorrerei sobre os dados das origens, as políticas culturais e os adventos que surgem como produtos culturais a partir dessas políticas, a situação dos museus diante da ausência de política cultural para museus no Amapá, além de uma apresentação dos dados que compõem as instituições museais, fazendo um comparativo com as instituições brasileiras.

Palavras-chave: Museu. Políticas Públicas. Política cultural.

ABSTRACT

The aim of this paper is to give an overview on cultural policies for museums in Brazil and especially in the state of Amapá, interconnecting these data with the recent history of the origin of museums in Amapá to the present day, particularly the Museu Sacaca. At the core of these discussions to discuss the data of the origins, cultural policies and the advent as cultural products that emerge from these policies, or even the status of museums in the absence of cultural policy for museums in Amapá. And yet, the presentation of data that make up the museum institutions, and a comparison with the institutions of Brazil.

Key words: Museum. Public policy. Cultural policy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Museu Industrial com professor Waldemiro Gomes e sua equipe.....	24
FIGURA 2	Fachada do Museu Joaquim Caetano da Silva.....	27
FIGURA 3	Exposição do Museu Waldemiro de Oliveira Gomes.....	30
FIGURA 4	Exposição do Museu Koahi.....	41
FIGURA 5	Mapa de localização do Museu Sacaca.....	46
FIGURA 6	Fachada do Museu Sacaca.....	47
FIGURA 7	Projeto Piloto do Museu Sacaca – Casa do Caboclo Ribeirinho.....	50
FIGURA 8	Visita monitorada no interior da casa do ribeirinho.....	50
FIGURA 9	Processo de Musealização.....	56
FIGURA 10	Fluxograma.....	62
FIGURA 11	Operacionalização dos Núcleos.....	63
FIGURA 12	Modelo de Gestão.....	80
FIGURA 13	Exposição temporária Parteiras do Amapá.....	83
FIGURA 14	Museus presenciais por região.....	97
FIGURA 15	Museus presenciais por Unidade da Federação.....	97
FIGURA 16	Museus presenciais nordeste.....	98
FIGURA 17	Museus presenciais Norte e Centro-Oeste.....	98
FIGURA 18	Municípios com Museus.....	99
FIGURA 19	Distribuição de recursos para a região norte.....	103
FIGURA 20	Distribuição de recursos para a região sul.....	104
FIGURA 21	Distribuição de recursos para a região Centro-Oeste.....	104
FIGURA 22	Distribuição de recursos para a região sudeste.....	105
FIGURA 23	Distribuição de recursos para a região sul.....	105
FIGURA 24	Distribuição de recursos por região.....	106
FIGURA 25	Distribuição de recursos por centro de pesquisa/IEPA.....	108

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Investimentos em museus – Sistema MINC.....	100
TABELA 2	Investimento em museus pelo Sistema MINC – Mecenate.....	100
TABELA 3	Editais de apoio a museus.....	102
TABELA 3	Distribuição dos recursos dos Editais – anos 2004/2009.....	106
TABELA 4	investimento em museus pelo Sistema MINC.....	106
TABELA 5	Recurso captado por Edital.....	107

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Capex	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMA	Coordenadoria Estadual de Meio Ambiente
CIE	Centro de Incubadora de Empresas
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
COFEM	Conselho Federal de Museologia
COM	Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca
COT	Centro de Ordenamento Territorial
Cpaq	Centro de Pesquisas Aquáticas
CPMPN	Centro de Plantas Mediciniais e Produtos Naturais
CPZG	Centro de Pesquisas Zoobotânicas e Geológicas
DAF	Departamento Administrativo Financeiro
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
FEBAVE	Fundação Educacional Barriga Verde
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FUNDECAP	Fundação de Cultura do Estado do Amapá
GEA	Governo do Estado do Amapá
GTFA	Governo do Território Federal do Amapá
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ICMS	imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IEPA	Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica
MAE	Museu da Arqueologia e Etnologia
MAMCL	Museu de Historia Natural Ângelo Moreira da Costa Lima
MHAJCS	Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva
MHCJCS	Museu Histórico Científico Joaquim Caetano da Silva
MinC	Ministério da Cultura
MINOM	Movimento Internacional da Nova Museologia
MIS	Museu da Imagem e do Som

MMA	Ministério do Meio Ambiente
O.S.	Organização Social
PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá
PNM	Política Nacional de Museus
QDD	Quadro de Detalhamento de Despesa
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia
SECULT	Secretaria de Estado da Cultura do Amapá
SEINF	Secretaria de Infraestrutura do Estado
SEINF	Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá
Sema	Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Tesouro
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UICN	International Union for Conservation of Nature
UNA	União dos Negros do Amapá
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UniRio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
ZRR	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	MUSEUS: BREVE RELATO DAS ORIGENS AO PAPEL CONTEMPORÂNEO.....	19
2.1	A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	19
2.2	OS MUSEUS DO AMAPÁ.....	22
2.2.1	Museu Comercial/Industrial.....	23
2.2.2	Museu Histórico Científico Joaquim Caetano da Silva – MHCJCS	25
2.2.3	Museu de Plantas Medicinais Waldemiro de Oliveira Gomes – MWOG.....	29
2.2.4	Museu de Historia Natural Ângelo Moreira da Costa Lima – MAMCL.....	31
2.2.5	Instituto de Estudo e Pesquisas do Amapá – IEPA – 1991 a 1997	35
2.2.6	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA – 1997 até o presente.....	39
2.2.7	Museu Kuahí.....	40
2.2.8	O Museu da Imagem e do Som – MIS.....	42
2.2.9	Museu da Base Aérea do Amapá.....	42
2.2.10	Museu da Arqueologia e Etnologia – MAE.....	43
2.3	O PAPEL DO MUSEU SACACA.....	44
2.3.1	A proposta da Exposição a Céu Aberto.....	49
2.3.2	Aspectos da exposição “Casa do Caboclo Ribeirinho”.....	50
2.3.3	A equipe do Museu por ocasião do diagnóstico identificou as seguintes carências e necessidades a serem trabalhadas por ocasião do projeto museológico.....	52
2.3.4	Os objetivos apresentados para a elaboração do Projeto Museológico.....	52
2.3.5	A pesquisa.....	54
2.3.6	Processo de musealização conforme consta no projeto museológico.....	56
2.3.7	Organização técnica e administrativa.....	60
2.3.8	Recursos financeiros.....	65
2.3.9	Sustentabilidade.....	65
2.3.9.1	Geração de recursos pelo Museu.....	65
3	POLÍTICA PÚBLICA PARA MUSEUS: A REALIDADE DA UNIÃO E DO ESTADO DO AMAPÁ.....	69
3.1	AS POLÍTICAS CULTURAIS DO GOVERNO FEDERAL PARA A ÁREA DE MUSEU.....	69
3.2	OS PROGRAMAS DE GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ E O MUSEU SACACA.....	82
3.3	OS BENEFÍCIOS DAS POLÍTICAS FEDERAL E ESTADUAL PARA O MUSEU SACACA.....	91
4	O MUSEU SACACA E OS DADOS DAS POLÍTICAS DE MUSEUS.....	96

4.1	ANÁLISES QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS DADOS DA PNM	96
4.2	ANÁLISES QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS DADOS DO ESTADO DO AMAPÁ.....	107
5	CONCLUSÃO.....	110
	REFERÊNCIAS.....	115
	APÊNDICES.....	118

1 INTRODUÇÃO

Quando se entra no Museu Sacaca, a primeira visão que se tem é a do auditório, um espaço muito peculiar, como todo o resto do Museu, com lugares para 250 pessoas. A madeira predomina no ambiente, assim como as cortinas de fibra, fazendo dele um espaço que reflete bem a arquitetura amazônica local. O Museu e seus ambientes, todos nesse estilo – auditório, administração, praça de alimentação, casa da leitura, casa das exposições e a casa da criação são interligados por passarelas de madeira longas e largas, algumas cobertas, sob o verde da flora local sempre predominante. Uma dessas passarelas leva à Exposição a Céu Aberto, um espaço de 20.000 m², que possui um pequeno canal formado por um olho d'água, local onde justamente se encontra o barco regatão Índia do Brasil, representando o início do comércio na região e, por que não dizer, a chegada dos portugueses na região, pois muitos deles chegaram dessa forma, miscigenando a população existente.

Na Exposição a Céu Aberto é possível conhecer representações do cotidiano das comunidades locais, com réplicas das casas dos ribeirinhos, castanheiros, etnias indígenas locais e casa de farinha. O processo de criação e construção desse espaço envolveu as comunidades representadas na construção, muitas vezes, realizando um trabalho de resgate do patrimônio histórico dessas populações. Tal processo atribui-se a intenção de fazer um Museu com uma proposta bastante diferenciada para a região.

O projeto museológico recebeu especial atenção com a contratação da museóloga Doutora Maria Célia T. Moura Santos, que teve o cuidado de discutir, juntamente com a equipe do Museu, referenciais teóricos que nortearam todas as ações de um Museu com proposta totalmente inovadora e descentralizada.

Mas, para que esse museu fosse especial, não bastaria essa arquitetura diferenciada e a proposta museológica inovadora; seria necessária a construção diária do trabalho com as escolas e a superação das dificuldades de manter uma exposição a céu aberto em um ambiente tão adverso como o do norte do Brasil (ALMEIDA, 1996, p.114).

Considerando o formato do Museu Sacaca, faz-se necessário abordar autores que discutem as questões da “Nova Museologia” (inicialmente concebida

como Ecomuseologia), metodologia trabalhada especialmente nos pequenos e médios museus regionais comunitários, que tem como função principal funcionar como um instrumento de conscientização e desenvolvimento das camadas menos favorecidas, centradas, especialmente, nas periferias das grandes cidades e nos meios rurais.

Segundo o Documento Final do I Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado no Rio de Janeiro em 1992¹, são características dos novos processos museais (Nova Museologia): o desenvolvimento comunitário e a preservação do meio ambiente (desenvolvimento sustentável), bem como o aspecto político-ideológico na ação museológica.

A ação museal é deflagrada fora dos grandes orçamentos estatais ou das ricas fundações privadas, bem como não se limita a uma equipe técnica onipresente, antes privilegia as ações multiculturais. Também o fator humano é valorizado e o objeto é relegado à condição de utensílio da ação museal, perdendo o status de protagonista do jogo museal.

"O ecomuseu é um instrumento de participação popular no ordenamento do território e no desenvolvimento comunitário." (ARAÚJO; BRUNO, 1995). Como rupturas, ficaram patentes o questionamento das missões seculares da instituição Museu: a coleta, conservação e exposição de objetos (testemunhos) das classes dominantes. Também ficou demarcada a formação de uma museologia centrada no homem e seu meio ambiente, em detrimento de uma museologia baseada na formação de coleções.

A atuação do ecomuseu e dos museus comunitários abrange as questões sociais, políticas, econômicas e culturais das comunidades, sendo instrumento "promotor de postos de trabalho pela revitalização artesanal, agrícola e industrial" (ARAÚJO; BRUNO, 1995). Novos tipos de patrimônio são incorporados a este universo museológico: indústrias, máquinas, entre outros. A transdisciplinaridade é reafirmada: "contrariando os saberes isolados e redutores, abrindo novos territórios à reflexão científica, empírica, ou mesmo, pragmática".

¹ Este evento ocorreu paralelo a ECO-92.

Neste evento foi criado um novo conceito de Museu: Museu Integral ou Integrado. Sobre este conceito de Museu, Santos (1999) aponta:

Museu que tem a ênfase no homem – sujeito do ato de conhecer e de transformar o conhecimento e o mundo – na sua relação com o meio, que aborda a totalidade dos problemas da sociedade, tendo como elementos básicos um território, um patrimônio global e uma população.

O "novo" Museu efetiva-se como instrumento dinâmico de mudanças sociais. Conceituado, efetivamente, como "museu-ação", comprometido com o desenvolvimento e perpetuação do homem, bem como com a multiculturalidade.

Dentro desta perspectiva, várias experiências foram realizadas: Museus Nacionais de Niger, Mali, República de Camarões e Panamá, Museus de Vizinhanças – EUA, Casa del Museo – México, Museus de Arqueologia Industrial-Reino Unido. Esta nova forma de “museologia ativa” deixa os grandes museus e suas coleções e passa a se debruçar sobre os problemas das pequenas e médias comunidades e a preservação de seu patrimônio global: referências culturais, ecossistemas, memória dos “dominados”. Neste conceito de musealização importa o desenvolvimento do homem, sendo para este fim o uso dos bens culturais. Por esse lado, os museus são agora instrumentos deflagradores de mudanças sociais.

Um resumo nas palavras Araújo e Bruno (1995):

Considerando que os fenômenos museais tradicionais correspondem aos museus estruturados institucionalmente, que atuam a partir de coleções constituídas e exercem sua função social por intermédio da produção científica e de suas formas de intervenção comunicacional e educacional. Já os novos processos que procuram interagir extramuros, voltam-se para as perspectivas do trabalho comunitário.

Assim, ao serem colocados em prol do desenvolvimento das minorias e, em seu cotidiano, fora dos grandes orçamentos dos museus metropolitanos, estes museus já nascem engajados nas ideias pós-modernas.

O Museu hoje é um espaço onde vários conceitos trans, inter, pós e multidisciplinares foram (e são) acionados, ora conflitando-se, ora se complementado, em diferentes épocas, sendo complicado concebê-lo como um modelo fechado, pois o fenômeno Museu, tal qual uma grande narrativa em processo, é “reapropriado” e “reescrito”, por vários autores, em sucessivos períodos.

Um Museu pode ser ao mesmo tempo tradicional, moderno e pós-moderno sem nenhuma culpa, pois, como fenômeno social, é um dos principais protagonistas das transformações artístico-culturais desencadeadas na sociedade moderna, um espaço de tradição e contradição, de metamorfoses em metamorfoses.

Justifica-se, assim, meu interesse em investigar as questões de políticas culturais que envolvem o Museu Sacaca e, em especial, a experiência de quinze anos de trabalho que me proporcionou vivenciar a evolução e transformação às quais foi submetido; essa especificidade de apresentar inicialmente características de um Museu tradicional científico, tecnológico e hoje também etnográfico, tendo em seu bojo o envolvimento das comunidades tradicionais em sua construção; a necessidade de pesquisar que políticas favoreceram seus avanços e quais são seus desafios frente à atual política cultural do Estado do Amapá, considerando os diversos aspectos que envolvem a gestão.

O problema principal que levanto nesta dissertação é: como se estabelecem as políticas culturais estaduais voltadas para museus e, em especial, o Museu Sacaca? E, nesse contexto, faz-se necessário abordar a política existente tanto na esfera federal como estadual, suas relações e intersecções com o Museu Sacaca. Meu objetivo não é centralizar a pesquisa no Museu Sacaca, mas, a partir da experiência vivida nessa instituição, conseguir visualizar a atuação da Política Nacional de Museu no Amapá, bem como as ações do Governo do Amapá. A abordagem vem desde o Programa de Desenvolvimento Sustentável, criado no governo de João Alberto Capiberibe, até as ações do Amapá Produtivo, programa criado no governo de Waldez Góes.

Além da pesquisa documental e levantamento bibliográfico, a pesquisa qualitativa contou com entrevistas abordando questões abertas dirigidas aos gestores das instituições museais, aos responsáveis pelas pastas que, de alguma forma, estão ligadas ao Museu e ao representante da esfera do legislativo que possui uma base de iniciativas ligadas à cultura, o deputado Evandro Milhomem.

Assim, a dissertação está estruturada em três seções principais, relacionadas ao desenvolvimento, a saber:

Na seção 2, faço um levantamento breve acerca do papel dos museus na contemporaneidade, mostrando um pouco de como eles vêm se transformando e evoluindo até atingirem o *status* que têm hoje. Além disso, faço ainda um levantamento histórico dos museus do Estado do Amapá, sem a pretensão de explicar tudo, mas sim de contextualizar essas instituições, uma vez que algumas têm suas histórias intrinsecamente relacionadas.

Na seção 3, faço uma abordagem sobre a Política Nacional de Museus – PNM, que é a política do Governo Federal para os museus, suas relações e benefícios para com as instituições do Estado do Amapá, bem como as políticas culturais do Estado, no que tangem às instituições museais, e de que forma essas políticas beneficiam o Museu Sacaca.

Finalmente, na seção quatro, faço reflexões sobre as questões levantadas no corpo da dissertação, buscando avaliar os impactos dessas políticas para o Museu Sacaca, mostrando a importância de se fazer uma releitura das ações e das experiências das políticas culturais, em especial as museais desenvolvidas no âmbito do Estado do Amapá, bem como avaliar em que medida uma política cultural comprometida com o seu contexto histórico e social pode inserir em suas ações a problemática da cultura, local e global, assim como o reforço das identidades locais, em resposta à tendência de homogeneização das referências culturais.

2 MUSEUS: BREVE RELATO DAS ORIGENS AO PAPEL CONTEMPORÂNEO

2.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

É de conhecimento corrente que a palavra museu origina-se na Grécia antiga. Mouseion denominava o templo das nove musas, ligadas a diferentes ramos das artes e das ciências, filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória. Esses templos não se destinavam a reunir coleções para a fruição dos homens; eram locais reservados à contemplação e aos estudos científicos, literários e artísticos (BRASIL, 2006a, p.53).

A ideia contemporânea de Museu, embora esteja associada à arte, ciência e memória, como na antiguidade, adquiriu novos significados ao longo da história.

Na Idade Média essa terminologia de museus não era muito usada. Por volta do século XV é possível perceber seu uso mais corrente, quando colecionadores passam a atuar de forma mais presente em toda a Europa. Nesse período o Renascimento passa a influenciar fortemente as pessoas e há a valorização das artes. As coleções das coroas passam a ter espaço privilegiado. Surgidas a partir do século XIV, passaram a ser enriquecidas, ao longo dos séculos XV e XVI, por objetos e obras de arte da antiguidade, de tesouros e curiosidades provenientes da América e da Ásia e da produção de artistas da época, financiados pelas famílias nobres.

Além dessas coleções, que traziam em seu bojo o significado do poder econômico da nobreza, também proliferaram nesse período os Gabinetes de Curiosidade e as coleções científicas, muitas chamadas de museus. Formadas por estudiosos que buscavam reproduzir a natureza em gabinetes, reuniam grande quantidade de objetos de espécies variadas, objetos diferenciados e muitas vezes exóticos. Com o tempo, tais coleções se especializaram, passaram a ser organizadas a partir de critérios que obedeciam a uma ordem atribuída à natureza, acompanhando os progressos das concepções científicas dos séculos XVII e XVIII. Deixavam de ter, assim, a função exclusiva de meros objetos de coleção e de curiosidade, voltando-se para a pesquisa e a ciência pragmática e utilitária.

Muitas dessas coleções, que tiveram origem entre os séculos XV e XVIII, se transformaram posteriormente em museus, tal como hoje são originados. Entretanto, no momento de sua concepção, elas não estavam abertas ao público, destinando-se exclusivamente à admiração de seus proprietários e de pessoas que lhes eram próximas. Somente no final do século XVIII, foi oportunizado, de fato, o acesso do público às coleções, marcando o surgimento dos grandes museus nacionais.

No fim do século XVIII, já era possível traçar os contornos da concepção moderna de Museu. Esta se consolidaria no século XIX com a criação de importantes instituições museológicas na Europa. Em 1808, surgia o Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdã; em 1819, o Museu do Prado, em Madri; em 1810, o Altes Museum, em Berlim; em 1852, o Museu Hermitage, em São Petersburgo, todos antecedidos pelo Museu Britânico, 1753 em Londres, e o Belvedere, 1783 em Viena. Concebidos dentro do espírito de nacionalidade, esses museus tinham a função premente de formar o cidadão através do conhecimento do passado – participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades. Conferiam um sentido de antiguidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados nacionais emergentes.

Além das antiguidades nacionais, muitos desses museus reuniram acervos expressivos do domínio colonial das nações européias no século XIX. Expedições científicas percorriam os territórios colonizados com o objetivo de estudar seus recursos naturais e sua gente, bem como de formar coleções referentes à botânica, zoologia, mineralogia, etnografia e arqueologia, que seriam enviadas para os principais museus europeus. No Brasil, as inúmeras viagens e pesquisas de naturalistas estrangeiros resultaram em minuciosos relatos de viagem, com descrições do meio físico, da fauna e dos nativos, inserindo-se na remessa de importante acervo brasileiro para instituições museológicas e científicas da Europa.

No Brasil, encontramos dados controversos sobre a origem das instituições museais, um deles aponta o século XVII como o início, mais precisamente no período da dominação holandesa, em Pernambuco, com a implantação de um Museu (incluindo jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico) no grande parque do Palácio de Vrijburg. Mais adiante, já na segunda

metade do século XVIII, no Rio de Janeiro, surgiria a famosa Casa de Xavier dos Pássaros – na verdade, um Museu de história natural – cuja existência prolongou-se até o início do século XIX.

Ainda que essas instituições não tenham resistido ao tempo, elas são ainda hoje notáveis evidências de que, pela via dos museus, ações de caráter preservacionista foram levadas a efeito durante o período colonial. De qualquer modo, acontecimentos museais capazes de se enraizar na vida social e cultural brasileira só seriam perpetuados após a chegada da família real portuguesa, em 1808, um marco sem precedentes. É nesse quadro que, em 1818, foi criado o Museu Real, hoje Museu Nacional da Quinta da Boa Vista e, em 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.

Em 1826, quatro anos após a Independência do Brasil, foi inaugurado o primeiro salão da Academia Imperial de Belas Artes que, a rigor, pode ser considerado um dos antecedentes do atual Museu Nacional de Belas Artes.

De modo gradativo, a imaginação museal no Brasil foi se construindo com as experiências desenvolvidas no século XIX, sobretudo a partir de sua segunda metade. Nesse sentido, merecem destaque a criação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), do Museu do Exército (1864), da Sociedade Filomática (1866) – que daria origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi, do Museu da Marinha (1868), do Museu Paraense (1876) e do Museu Paulista (1895).

Este breve esboço da constituição da imaginação museal no Brasil permite compreender que, mesmo antes do surgimento das universidades e dos institutos públicos de preservação do patrimônio cultural, os museus já exerciam as funções de pesquisa, preservação, comunicação patrimonial, formação e capacitação profissional.

O segundo dado considera o surgimento das primeiras instituições museológicas no Brasil a partir do século XIX, com as iniciativas culturais de D. João VI e a criação, em 1818, do Museu Real, atual Museu Nacional, cujo acervo inicial se compunha de uma pequena coleção de história natural doada pelo monarca. Por

longo período, o Museu manteve uma atuação modesta, adquirindo de fato, seu caráter científico somente no final do século XIX.

Ao lado do Museu Nacional, o Museu Paulista e o Paraense Emílio Goeldi, alinhavam-se ao modelo de Museu etnográfico, que se difundiu em todo o mundo, entre os anos 1870 e 1930. Caracterizados pelas pretensões enciclopédicas, eram museus dedicados à pesquisa em ciências naturais, voltados para a coleta, o estudo e a exibição de coleções naturais, de etnografia, paleontologia e arqueologia. Os três museus exerceram o importante papel de preservar as riquezas locais e nacionais, agregando a produção intelectual e a prática das chamadas ciências naturais, no Brasil, em fins do século XIX. Tinham como paradigma a teoria da evolução da Biologia, a partir da qual desenvolviam estudos de interpretação evolucionista social, base para a nascente Antropologia. Ao buscarem discutir o homem brasileiro, através de critérios naturalistas, essas instituições contribuíram, decisivamente, para a divulgação de teorias raciais no século XIX.

É possível dizer que, no século XIX, firmaram-se dois modelos de museus no mundo: aqueles alicerçados na história e cultura nacional, de caráter celebrativo, como o Louvre, e os que surgiram como resultado do movimento científico, voltados para a pré-história, a arqueologia e a etnologia, a exemplo do Museu Britânico. No Brasil, os museus enciclopédicos, voltados para diversos aspectos do saber e do país, predominaram até as décadas de vinte e trinta do século XX, quando entraram em declínio, como no resto do mundo, em face da superação das teorias evolucionistas que os sustentavam. Embora a temática nacional não constituísse o cerne desses museus, tais instituições não deixaram de contribuir para construções simbólicas da nação brasileira através de coleções que celebravam a riqueza e a exuberância da fauna e da flora dos trópicos.

2.2 OS MUSEUS DO AMAPÁ

O Governo de Getúlio Vargas criou em 1943 o Território Federal do Amapá, desmembrando-o do Estado do Pará, certamente essa é a razão das nossas raízes tão fortes nesse Estado Irmão. Para o motivo do desmembramento existem várias versões, entretanto, uma das que mais prevalece segundo apresenta

Leonelli (2000, p.52) em seu livro “Uma sustentável revolução na floresta”, é a de que o desmembramento seria de natureza estratégica e territorial, para “garantir a soberania do país em uma área de fronteira”, ou ainda, a riqueza em manganês que coincidia com um estratégico desenvolvimento tecnológico.

Com a promulgação da Constituição Cidadã, em 05 de outubro de 1988, por Ulisses Guimarães, o Amapá passa a condição de 26º Estado da República Federativa do Brasil.

Se na década de 1940 começa a história do Território do Amapá, um Estado amazônica e com recursos naturais abundantes, já na década de 50 temos relatos da vinda de pessoas com interesse em pesquisar sobre essas riquezas. É a partir desses estudos que encontramos o início de relatos de atividades de memória e de exposição em território amapaense.

2.2.1 Museu Comercial/Industrial

Na década de 1950, vindo de Belém do Pará, chega ao Território do Amapá o Professor Waldemiro de Oliveira Gomes, químico especializado em histologia vegetal e alcalóides, que com algum recurso financeiro próprio, inicia sua pesquisa com estanho e, posteriormente, com fibras, sementes e plantas medicinais – todas originárias da região.

Na época, não existia outro lugar onde os políticos e pessoas influentes pudessem levar seus visitantes para conhecer um pouco da riqueza do Amapá, a não ser o “Museu particular” do professor Waldemiro.

Dessa forma, aos poucos, este foi relacionando-se com pessoas influentes, inclusive com o então governador do Território Federal do Amapá General Luiz Mendes da Silva, que sensibilizado com o trabalho desenvolvido, criou, em 29 de janeiro de 1965, com o decreto nº. 04/65-GAB, o Escritório Comercial e Industrial do Amapá, que segundo consta no documento, teria entre outras atribuições a incumbência de instalar e supervisionar um Museu Comercial destinado a manter uma exposição permanente e elucidativa dos produtos regionais. O órgão estava subordinado a Secretaria Geral.

Em crônica extraída do Jornal do Povo, datada de 11 de março de 1967, de autor desconhecido, tem-se a seguinte informação.

O Museu Industrial, onde se constata a riqueza de nosso solo, expõe amostras dos minérios que existem no Amapá e diversas espécies da fauna amazônica. Foi instalado em agosto do ano passado. De lá para cá, já foi visitado por 2.854 pessoas, índice de visitantes que bem diz do êxito do Museu e espelha o interesse que ele desperta, principalmente, nos estudantes e estudiosos regionais (JORNAL DO POVO, 1967).

O Museu ficava situado na Avenida FAB, em frente ao prédio onde funciona hoje a Prefeitura Municipal de Macapá, em uma casa sem as características convencionais de um Museu. Como uma grande vitória, o pesquisador passa a montar um acervo cada vez maior de plantas medicinais, com a elaboração de alguns produtos fitoterápicos, que eram vendidos ou doados, além das mudas de plantas. Fibras e sementes também faziam parte do acervo.



Acervo Museu Sacaca

FIGURA 1 – Museu Industrial com professor Waldemiro Gomes e sua equipe

Em documento encontrado, datado de maio de 1966, o pesquisador descreve trabalho realizado na busca da cura do câncer. [...] Prosseguimos enumerando plantas que podem operar o milagre da cura do câncer: AVELOZ – todas as descrições conhecidas, referentes às propriedades físicas e químicas do

látex da Aveloz atestam ser um produto altamente corrosivo, capaz de “limpar” úlceras gangrenosas e de produzir *flictenas* na superfície do corpo.²

Conforme informações da professora Alice Ramalho, em 1977 o Museu passa a funcionar nas dependências do Hotel Macapá, onde permanece por pouco mais de um ano, quando é desocupado para demolição.

2.2.2 Museu Histórico Científico Joaquim Caetano da Silva – MHCJCS

O Museu Histórico do Amapá “Joaquim Caetano da Silva” tem sua origem ligada ao Museu Territorial, criado pelo governador Janary Gentil Nunes a 25 de janeiro de 1948 que, segundo o seu decreto de criação, tinha o objetivo de “coleccionar, estudar e divulgar tudo o que interessa ao conhecimento do homem e da terra amapaense”. Subordinado à Divisão de Educação, teve como primeiro responsável Newton Cardoso.

A 1º de junho de 1967, o governador Ivanhoé Gonçalves Martins reestruturou o Museu Territorial dando-lhe o nome de Joaquim Caetano da Silva, em homenagem ao grande brasileiro e autor da obra “L’Oyapoc et L’Aamazone”, que foi de fundamental importância, como fonte de informação, para a elaboração da defesa apresentada pelo diplomata Barão do Rio Branco na definição de nossa fronteira com a Guiana Francesa.

A 26 de maio de 1970, o Museu Territorial foi extinto e criado na mesma data o Museu Histórico e Científico do Amapá “Joaquim Caetano da Silva”. No ano de 1974, o governador José Lisboa Freire vinculou o Museu Industrial ao Museu Histórico e Científico do Amapá Joaquim Caetano da Silva. Apesar de suas áreas de atuação serem as Ciências Naturais e Humanas, a instituição especializou-se na primeira área mencionada. Assim, a área de Patrimônio Histórico foi relegada ao segundo plano pela inexistência de técnicos para desenvolvê-la.

Essa mudança deveu-se as seguintes considerações:

- que os museus são agentes do desenvolvimento cultural de um povo;
- que constituem patrimônio histórico, artístico, científico e tecnológico;

² Esses documentos são manuscritos em cadernos pautados que compõe o acervo do Museu.

- que há necessidade de tornar mais afetivo o intercâmbio do Território com as demais unidades do país e mesmo com o exterior, através de instituições oficiais;
- que há necessidade de apropriar e catalogar as riquezas naturais do Amapá;
- que se faz imprescindível a preservação do patrimônio histórico e cultural do Amapá;
- considerando, finalmente, que é dever do governo dar curso a programas que tenham projeção no futuro.

O material de pesquisa deste período é escasso, porém original. Foi possível encontrar manuscritos do professor Waldemiro Gomes – Superintendente do Museu Joaquim Caetano da Silva – sobre os trabalhos desenvolvidos no período. Além das plantas, é possível perceber grande entusiasmo por parte do pesquisador no trabalho realizado com madeiras. Existem nos arquivos várias correspondências com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, especialmente com o diretor da divisão de madeiras, Edgard Ghilardi.

Devido à demolição para a reforma do prédio do Hotel Macapá em 1978, o Museu mudou novamente de endereço, indo ocupar uma das casas da já extinta Olaria Territorial, prédio que também não oferecia estrutura para o bom funcionamento do Museu, em crescente ampliação de seu acervo, uma vez que a ele foi incorporado o acervo histórico do Museu da Fortaleza, acabando por ampliar também o número de visitantes.

No início da década de 1980, o MHCJCS sofre mais uma mudança de endereço, passando a funcionar no mesmo prédio do Museu Costa Lima, na Avenida Feliciano Coelho, nº 1509. Com a chegada de Waldemiro Gomes, as atividades de fitoterapia foram incrementadas pelas melhores condições de trabalho disponibilizadas.



FIGURA 2 – Fachada do Museu Joaquim Caetano da Silva

O jornal do Amapá, imprensa escrita da época, possuía uma coluna produzida por Waldemiro Gomes. Em artigos publicados entre os dias 16 e 22 de maio de 1981, foi abordado o seguinte tema: O Laboratório Homeopático do Museu Joaquim Caetano da Silva e o Valor Citostático dos Seus Produtos. Descreve o professor Gomes (1981):

Assim, quando já havíamos distribuído seiscentas doses de tinturas homeopáticas – de março a junho de 1980 – tivemos conhecimento de que, no “interior”, curam feridas rebeldes com infusões de caroço de abacate, pau d’arco e barbatimão. Aceitando tal informação, preparamos a tintura “tríplice nº 1” que contém aqueles elementos em proporções homeopáticas ajustáveis. E desde então a tintura “tríplice nº 1” vem sendo empregada como elemento citostático inibidor da proliferação de células cancerosas.

Em agosto de 1981, Waldemiro Gomes vem a falecer, deixando para a equipe que o acompanhava a grande responsabilidade de continuar seus trabalhos. Nesse período, para não se perder a ideia do pesquisador, é incorporado ao organograma do Museu Costa Lima as atividades fitoterápicas como uma seção de Plantas Medicinais da Divisão de Botânica.

Através de uma Carta Circular, datada do ano de 1987, foi possível perceber como estavam sendo conduzidas as atividades desenvolvidas por este Museu:

Prestamos, à comunidade que nos visita, vários serviços como atendimento médico fitoterápico (tratamento por meio de plantas medicinais), consulta técnica a respeito de pesquisas, cultivo e doação de plantas medicinais, incentivando o seu uso como meio de medicina alternativa. O nosso salão de exposição apresenta-se disposto em 05 galerias e 20 coleções, e o horário de atendimento ao público obedece ao seguinte esquema: Dias úteis: das 07:30 às 19:30, ininterruptamente. Sábados, domingos e feriados, das 07:30 às 12 horas (CARTA CIRCULAR, 1987 apud FERREIRA, 2000).

Em 04 de maio de 1988, o governador Jorge Nova da Costa extinguiu o Museu Histórico e Científico do Amapá Joaquim Caetano da Silva e criou o Museu de Plantas Medicinais Waldemiro de Oliveira Gomes. Em decorrência dessa decisão, uma parte do acervo do antigo Museu, na nova instituição museal, ficou exposta ao público e a outra foi recolhida à reserva técnica.

O governador José Gilton Pinto Garcia, no dia 16 de novembro de 1990, reativou o Museu Histórico e Científico Joaquim Caetano da Silva com a denominação de Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva, destinando como sede própria e definitiva o prédio da antiga Intendência. Todavia, a instalação somente aconteceu no governo de Annibal Barcellos, a 21 de maio de 1993.

O Museu Histórico funcionou no prédio da antiga Intendência até 26 de junho de 1998, quando foi transferido para a Fortaleza de São José de Macapá, com a qual deveria compor uma única instituição, a “Fundação Museu Fortaleza de São José de Macapá”. Depois de um ano, a unificação não foi formalizada e o Museu voltou a ter autonomia, mesmo funcionando nas dependências da fortificação.

A edificação que hoje abriga o Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva passou por uma restauração e após redefinição de sua exposição de longa duração, foi reaberto em março de 2009, configurando-se como um espaço para a salvaguarda e difusão da história social e política de constituição do Estado do Amapá.

Assim, os salões nobres do monumento foram destinados aos espaços expositivos para a difusão do acervo arqueológico no Amapá e na constituição da memória social, histórica e cultural do Estado. O corredor central abriga a exposição que conta a trajetória do Museu e da própria edificação, inclusive do processo restaurativo.

Foi criado um espaço multiuso para as atividades de difusão e educação que permite atender até 30 usuários, bem como a organização da biblioteca e atendimento ao público, além do setor administrativo, todos totalmente equipados e mobiliados. No nível do porão encontram-se a reserva técnica e o laboratório de restauração.

A área posterior foi trabalhada de forma a ser um espaço de convivência e integração do Museu com a sociedade, com o estabelecimento de área de contemplação, paisagismo e *deck* de madeira, além da construção de lanchonete, sala de museografia e guarita de segurança e controle do acesso.

Esse monumento representativo da arquitetura e da história cultural do Estado do Amapá é testemunho vivo do crescimento, luta e constituição da identidade e memória coletivas, que abrange o vasto patrimônio material, natural e imaterial amapaense.

A recuperação física do imóvel é somada ao restabelecimento de um Museu cuja trajetória e função pautam-se na pesquisa e difusão dos saberes, da história e preservação cultural do Amapá, no atendimento e interação com a sociedade, permitindo sua utilização e função cultural e social, de forma ampla, plural e democrática.

2.2.3 Museu de Plantas Medicinais Waldemiro de Oliveira Gomes – MWOG

A necessidade de identificar o trabalho que o Museu desenvolvia à sua nomenclatura, levou a criação do Museu de Plantas Medicinais. E nada mais justo que homenagear o precursor de todo este trabalho, o professor Waldemiro Gomes.

O Museu de Plantas Medicinais Waldemiro Gomes foi criado em 04 de maio de 1988, sob o Decreto nº0009, em substituição ao Museu Histórico e Científico Joaquim Caetano da Silva, no governo de Jorge Nova da Costa.

Aqui são relatadas as considerações que levaram a mudança:

- que a existência e a criação de Museus em meio à Comunidade devem-se ao fato dos mesmos expressarem e atenderem a interesses comuns, tornando-os órgãos de utilidade pública;

- que já existe no Território um Museu cuja linha básica de pesquisa é a rica flora medicinal do Amapá, com influência na identidade cultural do povo amapaense, pesquisando-a nos aspectos fitoterápicos, fitoquímicos, botânicos, antropológicos e museológicos;
- que, apesar da nomenclatura inadequada (Museu Histórico-Científico), o mesmo vem cumprindo plenamente seu papel social, cultural e educacional;
- que, desde 1935 até 1981, a pesquisa, catalogação e formação de coleções e amostras de plantas medicinais do Museu em questão foram realizadas com esforço e dedicação do emérito cientista professor Waldemiro de Oliveira Gomes que se constitui hoje em uma legenda na história dos Museus em nosso Território;
- o parecer favorável exarado pela Câmara de Ciências do Conselho Territorial de Cultura;
- considerando, finalmente, que é dever do governo preservar e incentivar pesquisas nos âmbitos tecnológicos, científicos e culturais, reverenciando a memória dos pioneiros nestas atividades (AMAPÁ, 1988).



FIGURA 3 – Exposição do Museu Waldemiro de Oliveira Gomes

Fazem-se necessárias duas considerações sobre este documento. A primeira é que, apesar de o decreto substituir uma nomenclatura pela outra, o que se verifica é que o Museu Joaquim Caetano não foi extinto, permanecendo com o acervo histórico e não mais o científico, ficando vinculado à Secretaria de Educação e passando a funcionar anos depois no prédio da antiga Intendência. A segunda consideração é sobre as referências da pesquisa do professor Waldemiro Gomes desde 1935, pois não foram encontrados documentos da época que confirmem estes dados. Conforme informação da professora Alice Ramalho, as atividades de pesquisa iniciaram na década de 1950.

Assim foi constituído o Museu Waldemiro Gomes, que permaneceu vinculado à Secretaria de Planejamento e com o mesmo quadro de pessoal do qual fora formado.

2.2.4 Museu de Historia Natural Ângelo Moreira da Costa Lima – MAMCL

Desde os anos 1950, a preocupação reinante com a História Natural da região já era manifestada pela guarda de acervos faunísticos, arqueológicos e etnológicos, cuja destinação provavelmente limitava-se a trabalhos museográficos que permaneceram durante as décadas de 1950 e 1960 no Museu Territorial, funcionando nas dependências da Fortaleza de São Jose de Macapá, e tendo como seu principal organizador o Sr. Newton Cardoso.

No início da década de 1970, aliado ao idealismo de pessoas influentes da época, destacando-se o professor Reinaldo Damasceno e mais a vontade política do governador do território Ivanhoé Gonçalves Martins, criou-se em 06 de janeiro de 1974 o Museu de Historia Natural Ângelo Moreira da Costa Lima, como uma entidade voltada para o estudo dos recursos naturais da região e apoio ao ensino de Ciências na rede educacional.

Desde sua criação, o prédio do Museu funcionou na Avenida Feliciano Coelho, 1509. Nessas instalações que originalmente apresentavam espaços administrativos e de exposição, procurou sempre, o MAMCL, ocupá-los adequadamente desenvolvendo atividades museológicas, administrativas e educacionais, dando inicio a trabalhos de pesquisa básica.

Os primeiros passos do Museu dizem respeito a eventos simultâneos, cujo funcionamento informal, ao longo de alguns meses do ano de 1973, coincidiu com a transferência de acervos museológicos do extinto Museu Territorial pertinentes às áreas de zoologia, arqueologia e etnologia.

Esse período foi marcado pela cooperação e orientação técnica de um pesquisador do Museu Paraense Emilio Goeldi, que possibilitara a realização de trabalhos de triagem técnica de todo o acervo transferido, pois este, já se apresentava bastante comprometido pelas inadequadas condições de manutenção e

guarda em sua instalação anterior. A partir das peças remanescentes e exemplares da fauna local, recém coletados em intensivas excursões de campo na época, preocupou-se o Museu em montar um salão de exposição de longa duração, cujo caráter atraia a comunidade em geral e principalmente o público estudantil, a propósito do conhecimento e estudo da história natural da região, destacando a representatividade expositiva de animais taxidermizados.

Com igual importância nesse período, foi dado ênfase aos trabalhos nas áreas de entomologia que, sob orientação do professor Reinaldo Damasceno, constituíram a base de formação da coleção entomológica deste Museu e ainda servira como complementação e testemunhos científicos dos estudos do ilustre pesquisador nos últimos anos de sua vida.

Estava então o Museu Ângelo Moreira da Costa Lima implantado e lutava com muitos problemas, dentre os quais, a formação de seu quadro técnico e de apoio. Em 1975, o Museu contava, além de seu diretor, com dois biólogos graduados, três professores de Ciências com licenciatura curta, alguns poucos auxiliares e muitas perspectivas de atividades repartidas entre a pesquisa entomológica, técnica de taxidermização e o ensino de prática de ciências que, por algum tempo, muito contribuiu com a educação do Território, tanto na formação de discentes quanto na de docentes, através de cursos e treinamentos no âmbito do ensino das ciências.

Com a morte de seu fundador e diretor, em 14 de agosto de 1976, o Museu Costa Lima perde parte de suas diretrizes iniciais, pois se encontrava ainda em fase de estruturação e formação técnica, e a condição daquele gestor era de singular importância em todo o processo. Para suprir a lacuna deixada pelo professor Damasceno, assume a direção da instituição o Biólogo Antônio Carlos da Silva Farias.

Nesse período dá-se a incorporação de novos profissionais graduados na área de Biologia, os quais buscavam oportunidades de identificação com as diferentes perspectivas de estudos que o Museu poderia oferecer. No início de 1977, o Biólogo Antônio Carlos Farias, então diretor do Museu, foi cursar o mestrado na

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), assumindo então a direção o também Biólogo Antônio Adolfo Garbocci Bruno.

O Museu agora sob orientação do professor Antônio Adolfo Bruno, embora se defrontando com uma pesquisa científica retraída pelos reflexos da perda do antigo diretor, viabilizou reais avanços na relação desse órgão com o ensino formal, como agente complementar do sistema educacional, dando apoio a docentes e discentes com o propósito de fortalecer o ensino e a aprendizagem de Ciências em 1º e 2º graus.

No final de 1978, novamente assume a direção o Biólogo Antônio Carlos da Silva Farias, recém chegado do mestrado. No primeiro momento desta nova direção, a embrionária consciência da retomada da pesquisa científica emerge com mais força, na medida em que eram analisadas criticamente a situação e as perspectivas futuras do Museu, à luz das necessidades de eficiência técnico-científica e da condição privilegiada da instituição perante os recursos naturais da região. Assim, um dos grandes méritos dessa direção para o Museu foi o de fortalecer os anseios dos técnicos da época que em conjunto buscaram o restabelecimento da pesquisa científica, mesmo que precariamente.

Dado o reduzido quadro de recursos humanos envolvido, desde o início, a taxonomia vegetal, além de se preocupar com a particularização de estudos botânicos, também atentou para a necessidade de fomentar uma base mais ampla de conhecimento possível da flora local, de modo que se obtivesse nestes primeiros anos de atuação maior percepção possível da composição botânica desta região.

Dentre as sistemáticas para o alcance dos objetivos, destaca-se a cooperação do Museu Emilio Goeldi, Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica – INPA, The New York Botanic Garden, além da incorporação do Museu Costa Lima no Programa Flora Amazônica.

Uma das consequências lógicas do início de estudos botânicos foi buscar formar uma base de conhecimentos sobre a flora regional, além da preocupação com a catalogação de espécies nativas que motivara a formação de um herbário que significasse o testemunho científico dos estudos realizados e representasse um

instrumento técnico destinado à pesquisa e educação botânica. Seu início data de outubro de 1988, cujo testemunho é comprovado pelas primeiras coleções de seu idealizador, Benedito Rabelo.

A carência de infraestrutura técnico-administrativa do MAMCL também se refletira no avanço retilíneo dos trabalhos que ora eram superados por determinismo profissionais ou retraídos em diferentes estágios. A busca de intercâmbio e cooperação técnica com instituições congêneres, como o Museu Paraense Emilio Goeldi, Universidade Rural do Rio de Janeiro, pesquisadores nacionais e estrangeiros que por aqui passaram, significaram incentivos muito sólidos na sustentação e avanço de algumas pesquisas emergentes do Museu Costa Lima.

Na década de 1980, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, tendo a frente o professor Lynaldo Cavalcante, foram viabilizados apoios significativos ao Museu, tais como a aquisição de instrumentais técnicos, viaturas para trabalhos de campo e administrativos e, muito especialmente, a construção de novos prédios no km 10 da Rodovia Juscelino Kubitschek – Fazendinha, destinado ao funcionamento do “campus” de pesquisa do Museu Costa Lima, cuja inauguração deu-se em 1985 através de convênios firmados entre Governo do Território Federal do Amapá – GTFA e a Prefeitura Municipal de Macapá – PMM. O Parque já com o nome de Zoobotânico passa a ser administrado pelo Museu Costa Lima.

Os problemas decorrentes da condição anterior perduravam e, se as novas instalações do Museu significaram de fato um ganho em ambientação natural e estrutura física, conflitaram por outro lado com as dificuldades de suas funções gerenciais, haja vista ter se distanciando aproximadamente 15 km do centro administrativo do governo, comprometeram-se ainda mais o acompanhamento das tantas decisões hierárquicas que, por força administrativa, era obrigado a submeter-se.

Aliado a esse contexto, o sonho de compatibilizar a pesquisa do Museu com o belíssimo Parque Zoobotânico, contíguo às suas instalações, tornava-se cada vez mais um agravante da situação difícil do órgão, pois a destinação de recursos para a manutenção deste local era irregular e ínfima.

Em outubro de 1986, assume a direção do órgão o professor Marcos Rocha, que após alguns meses de trabalho tornara possível, juntamente com o Secretário de Planejamento Alfredo Augusto Ramalho e o Secretária de Educação professor João Bosco Rosa Ferreira, a transferência de fato deste Museu para a estrutura da Secretaria de Planejamento.

A nova condição do Museu, embora longe do ideal, já significava reais avanços na estrutura administrativa, pois encurtara caminhos para decisões, prestigiara mais a instituição e provera uma dotação orçamentária, que apesar de ser movimentada através do setor competente daquela secretaria, dera mais garantias ao atendimento de suas necessidades básicas.

Em maio de 1989, assume a direção do Museu Costa Lima o biólogo Benedito Vitor Rabelo. Desse modo, circunstâncias administrativas políticas diretas ou indiretamente interferiram nas relações funcionais deste Museu. Todavia, vale salientar que, apesar de adversidades episódicas, não foram poupados esforços no sentido de manter a coesão dos objetivos finais deste órgão e aproveitar o melhor possível as oportunidade que refletiriam em melhorias de condições e níveis de trabalhos.

2.2.5 Instituto de Estudo e Pesquisas do Amapá – IEPA – 1991 a 1997

As atividades dos dois museus, o de Plantas Medicinais Waldemiro Gomes e o de História Natural Ângelo Moreira da Costa Lima, até o início dos anos 90, eram desenvolvidas paralelamente, partilhando inclusive as deficiências técnicas e de infraestrutura. Como já foi descrito anteriormente, funcionavam em prédios separados, ficando o Museu Costa Lima no km 10 da Rodovia Juscelino Kubitschek, e o Museu Waldemiro Gomes no prédio da Avenida Feliciano Coelho (FERREIRA, 2000).

Alguns documentos demonstram que já havia uma discussão para mudanças na estrutura organizacional vigente. Ao que parece eram montadas propostas para ampliação do Museu de Plantas descrevendo seus objetivos como o de “promover a utilização do MPMWOG dentro de uma perspectiva científica, cultural, didática e turística, colocando-o à disposição de pesquisadores, instituições educacionais, científicas, culturais, turísticas e da comunidade em geral”.

Na proposta da nova estrutura organizacional eram encontrados, dentre outros, o serviço de apoio administrativo, a Divisão de Fitoterapia, a Seção de Etnobotânica, o Laboratório de Fitoquímica, a Divisão de Botânica Econômica e outros estratos que dariam suporte às atividades desenvolvidas por este Museu.

As diversas propostas não foram ignoradas pelo então governador do agora Estado do Amapá, Comandante Annibal Barcellos, que no dia 01 de outubro de 1991, através do Decreto nº 0181, cria o Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá – IEPA, cujo Estatuto foi aprovado no dia 18 de dezembro de 1991, pelo Decreto nº 0312 (AMAPÁ, 1991).

O Decreto nº 0181 criou o Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, dotado de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e técnico-científica.

O IEPA teve por finalidade, segundo o Decreto Nº 0181 DE 1991:

Desenvolver estudos e pesquisas científicas, tecnológicas, econômicas, sociais e culturais, tendo como bem o homem, o meio ambiente, a fauna e a flora em seu aspecto geral e medicinal, tendo em vista instituir, preservar ampliar e documentar acervos científicos, promovendo a extensão e a difusão científico-cultural, bem como obtenção e a industrialização de biofarmacos (AMAPÁ, 1991).

Na estrutura organizacional, além da Diretoria, dos Conselhos, do Gabinete, Setorial de Planejamento e a Divisão de Apoio Administrativo, a grande mudança ocorreu no Nível de Execução Programática. Foram criados dois centros de pesquisa, o Centro de Plantas Medicinais, com as seguintes Divisões: Recursos Naturais, Fitoterapia e Museu Waldemiro de Oliveira Gomes, com sede na Avenida Feliciano Coelho, e o Centro Zoobotânico, com as Divisões: Botânica, Zoologia, Ciências da Terra e o Museu Ângelo Moreira da Costa Lima, com sede na Rodovia Juscelino Kubitschek. Posteriormente, o Museu Costa Lima transfere seu acervo para Macapá e passa a funcionar no mesmo prédio do Museu de Plantas. Várias seções são criadas para dar suporte às atividades das divisões. A primeira Diretora Presidente do IEPA foi a professora Alice Ramalho.

Os museus passam a fazer parte de uma estrutura maior, mas durante muitos anos suas atividades museológicas, exposições com animais taxidermizados, sobressaíram-se às atividades do Instituto, o que demonstrava que ainda estava na lembrança de muitos amapaenses, pois era comum que as pessoas usassem o nome do IEPA como sinônimo para o nome Museu.

As atividades dos museus registravam uma média de 700 visitantes por mês, não havendo grandes mudanças nos anos de 1993 e 1994, com atividades de exposições itinerantes, incluindo as Feiras Agropecuárias. Os técnicos faziam referência em seus relatórios sobre a existência do Projeto Interação Museu/Escola/Comunidade. Esses mesmos relatórios registram problemas elétricos e na manutenção das vitrines do prédio, apontando a necessidade de se transformar algumas salas em oficinas de restauro e reserva técnica, já que esta última funcionava junto ao salão de exposição (FERREIRA, 2000).

Em 1995 é empossado novo Governador, ocupando o cargo João Alberto Rodrigues Capiberibe. Como primeira providência, o Governador solicitou a constituição de uma equipe incumbida de realizar um diagnóstico do IEPA, a partir da análise da situação dos documentos, instalações, informações de funcionários, concernentes a sua estrutura física, administrativa e funcional.

As diretrizes deste novo governo têm planos ousados para o IEPA. Com o Programa de Governo, o instituto assume papel fundamental. Estando neste momento sob a direção do Mestre em Economia Antonio Sérgio Monteiro Filocreão, o instituto passa a discutir a pesquisa e novas tecnologias como alternativas para o desenvolvimento socioeconômico do Estado e como base para o programa de governo que pensa o desenvolvimento com respeito às comunidades locais e o meio ambiente, bem como o uso dos recursos naturais de forma racional. Esses são os princípios do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA (AMAPÁ, 1999).

O IEPA, dentro da nova concepção do governo, passaria a fazer parte de um setorial, o de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, constituído por IEPA, Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Tesouro – SEPLAN e Coordenadoria Estadual de Meio Ambiente – CEMA.

Para o ano de 1996, foi eleito um conjunto de prioridades, as quais concentrariam os recursos e esforços da instituição. Entre as prioridades estava o Zoneamento Ecológico Econômico – ZRR, prioridade assumida desde março de 1995, ano em que já foram apresentadas as primeiras cartas temáticas sobre o Estado. Foi montado um laboratório de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento para dar suporte às atividades desenvolvidas pelo programa. É o ZRR que tem a responsabilidade de produzir o conhecimento sobre os recursos naturais do Estado e as suas diversas formas de utilização, o que é fundamental para a intervenção pública nos rumos do desenvolvimento e para o estabelecimento de políticas que levem ao Desenvolvimento Sustentável.

Outra prioridade estabelecida foi o Parque Tecnológico dos Produtos Naturais, partindo do pressuposto que era necessário agregar valores aos produtos extraídos dos recursos naturais do Estado via industrialização de matéria prima para efetivar-se um nível de competitividade para o setor industrial, possibilitando captar, gerar, adequar e difundir as tecnologias necessárias. Para o setor produtivo do Estado este seria o plano mais viável para o custo, em médio prazo, provocar os resultados esperados em um projeto desta natureza (FERREIRA, 2000).

Devido a problemas com a parte elétrica e goteiras que comprometiam a segurança do prédio, os museus foram fechados em maio de 1995 para reforma do prédio e da exposição, ficando as atividades restritas a exposições itinerantes e suporte a outros eventos do Instituto.

Em 1996, o fortalecimento dos museus entram como prioridade para o IEPA, uma vez que na avaliação dos dirigentes faltava divulgação do que se estava fazendo, e os museus teriam que fazer este elo com a comunidade. Foi iniciada uma discussão entre os técnicos do Museu para a concepção da nova exposição, além da constituição da Associação dos Amigos do Museu (FERREIRA, 2000).

O Estado passou, no final deste ano, por uma reforma administrativa buscando aperfeiçoar a Estrutura Organizacional do Estado. O IEPA teve então sua estrutura organizacional modificada, ficando vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – Sema.

2.2.6 Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA – 1997 até o presente

Decreto nº 5672 de 17 de dezembro de 1997:

O Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA compete à geração, adaptação e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos oriundos do desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o homem, a flora, a fauna e o ambiente físico do Estado do Amapá, nos seus diversos aspectos, visando colaborar no âmbito da administração estadual na formação das diretrizes; planejamento, acompanhamento e avaliação de projeto e pesquisas relativos ao desenvolvimento científico e tecnológico e do Programa de Desenvolvimento Sustentável e exercer outras atribuições correlatas [...]. (AMAPÁ, 1997).

Em 1998 o IEPA foi submetido a grandes modificações em sua estrutura, momento em que foram criados o Centro de Pesquisas Zoobotânicas e Geológicas, com as Divisões de Botânica, Zoologia, Geologia e Recursos Hídricos, e o Centro de Plantas Medicinais e Produtos Naturais, com as Divisões de Fitoterapia, Avaliação Terapêutica e Produtos Naturais. Além disso, foi incorporado ao Instituto o Zoneamento Ecológico Econômico e criada a Divisão de Informação e Documentação, tendo sob sua subordinação o Museu do Desenvolvimento Sustentável e Unidade de Educação e Extensão.

Com as diretrizes definidas e assimiladas pelo sistema organizacional, foi necessária nesse momento a avaliação dos conjuntos dos avanços científicos e tecnológicos ocorridos dentro do Instituto e a identificação dos pontos fortes e das potencialidades oriundas desse processo de mudanças que aconteceram ao longo dos quatro anos que se passaram, adotando uma matriz de planejamento que permitisse essa visualização (FERREIRA, 2000).

Dentro desse processo de análise foram estabelecidas as potencialidades institucionais, sendo elas: formação de recursos humanos; difusão da informação; consultoria ao setor produtivo; geração e adequação de tecnologias com aproveitamento dos recursos naturais.

2.2.7 Museu Kuahí

Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque-Kuahí:

O Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque-Kuahí tem por finalidade dar visibilidade à diversidade sócio-cultural dos povos indígenas do Oiapoque – das etnias Galibi-Kalinã, Galibi-Marworno, Karipuna e Palikur – e promover o diálogo intercultural entre os povos indígenas e a sociedade local, regional, nacional e internacional (SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2007).³

O Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque fica localizado no município de Oiapoque no Estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa. O Museu é uma instituição pertencente à estrutura da Secretaria de Estado da Cultura do Amapá.

A ideia de criar o Museu surgiu do anseio das comunidades indígenas formadas pelas etnias Galibi Kalinã, Palikur, Galibi Marworno e Karipuna, que representam um número expressivo da população deste município, consolidada como Povos Indígenas do Oiapoque em 1998. Porém, só foi concretizada em 19 de abril de 2007, com o objetivo de reunir seus artefatos, saberes e conhecimentos.

O Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque, Museu regional e indígena, possui característica própria. Trata-se de um Museu estadual que tem uma proposta museológica inovadora, pois é gerenciado pelos próprios índios, diretamente envolvidos em todas as atividades do Museu e que desenvolvem as ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação. O Museu se caracteriza como um espaço privilegiado para promover o estreitamento das relações entre os índios e a população do município de Oiapoque, em bases mais justas e democráticas, além de ser um apoio efetivo à cultura indígena, assumindo que a construção da cidadania para os índios se fundamenta nos seus próprios valores e saberes.

O Museu Kuahí pretende tornar-se um centro importante de pesquisa para os índios, caracterizando-se como espaço cultural relevante para a região norte do Amapá. O Museu também torna visível e acessível os produtos culturais e artesanais de forma mais respeitosa, agregando a esses produtos valor, informação

³ Cadastro Nacional de Museus.

e qualidade estética, preservando ainda a memória do passado, incentivando também novas soluções relativas à preservação do meio ambiente e ao uso de novas tecnologias.

A Tipologia do seu acervo é de antropologia e etnografia com 226 bens/acervos, estando esses catalogados em livro de registro, 15 peças de arqueologia, 5.887 acervos de imagem e som e 550 acervos biblioteconômicos.

O Museu possui uma área própria total de 1.250m², sendo 1.052m² edificadas e 198m² livres. A edificação é ocupada por dois núcleos: **1º andar:** 01 lojinha, 01 auditório, 04 salas de exposições, 01 hall, 01 sala de administração; **Térreo:** 01 reserva técnica, 01 sala de oficina pedagógica, 01 sala de processamento de dados, 01 biblioteca, 01 sala de leitura, 01 sala de pesquisa e documentação museológica; **Subsolo:** 01 Galpão, 01 depósito.

Seu corpo técnico é composto de dois gerentes de função gratificada, dezesseis contratados por tempo determinado, dentre eles um antropólogo, além de seis pessoas na equipe de apoio.



Foto: Luzete Côes

FIGURA 4 – Exposição do Museu Koahi

2.2.8 O Museu da Imagem e do Som – MIS

O Museu da Imagem e do Som, segundo o estatuto que regulamenta a Secretaria de Cultura do Estado do Amapá, tem como missão gerir as políticas públicas de resgate, preservação e difusão cultural relativas às artes e veículos de imagem e do som; coletar, preservar e dar tratamento técnico aos registros de imagens e dos sons produzidos e/ou adquiridos pelo Museu, além de divulgar o acervo e apresentar ações de qualificação e requalificação continuadas para a equipe técnica do Museu.

O Museu da Imagem e do Som foi criado em 02 de abril de 2007, a partir do Decreto Lei 1.073 que extinguiu a Fundação de Cultura do Estado do Amapá – FUNDECAP e criou a Secretaria de Estado da Cultura do Amapá – SECULT, atual mantenedora do Museu. Em decorrência de seu tempo de criação, o MIS está funcionando no prédio da SECULT até que seu projeto de edificação e estruturação sejam concluídos, o que ainda não tem prazo estabelecido. O número de bens culturais que compõem o acervo é de 24.303. Seu corpo técnico é formado por três pessoas, sendo um gerente e dois contratados.

2.2.9 Museu da Base Aérea do Amapá

Os trabalhos de construção da Base Aérea de Amapá tiveram início em 1941, em obediência ao decreto federal 3462, de 25 de julho de 1941, autorizando a realização de operações de guerra em solo brasileiro e, ao mesmo tempo, autorizando a Panair do Brasil – a época uma subsidiária da *Pan American Airways*, a iniciar as obras necessárias à construção de campos de aviação no Norte e Nordeste do Brasil, e com a finalidade de permitir a utilização de aeronaves de grande porte mediante as condições impostas pelo governo norte-americano.

O Museu da Base Aérea também já foi chamado Museu da Segunda Guerra, por ter servido de apoio ao Exército e à Aeronáutica Americana, sendo transformado, de fato, em Museu da Segunda Guerra Mundial. No local ainda existem componentes remanescentes da Segunda Guerra, como a torre de atracação de zepelins, paiol de munição – que na época era abastecido por

aeronaves carregando toneladas de bombas para serem armazenadas, sucatas de um Jeep, de um trator e de um carro de bombeiros. A fim de que as novas gerações não perdessem de vista a magnitude do que foi aquela organização militar no contexto das Nações Unidas, o Governo do Estado resolveu transformar a Base em um monumento vivo, que muito representará para a memória do povo amapaense, implantando o Museu da Base Aérea da 2^a Guerra Mundial do Amapá a Céu Aberto no ano de 1999, projeto da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá – SEINF do Governo do Estado do Amapá – GEA.

2.2.10 Museu da Arqueologia e Etnologia – MAE

O Governo do Estado do Amapá, através do Decreto lei nº 1073/2007, criou no dia 02 de abril de 2007 a Secretaria de Estado da Cultura do Amapá – SECULT, em substituição à Fundação Estadual de Cultura do Amapá, como forma de dinamizar as ações culturais no Estado através de uma nova estrutura formuladora e organizadora da política cultural do Estado. Diante do descaso com que tem sido tratada a riqueza material e imaterial do Estado, tanto nos aspectos arqueológicos como etnológicos, o Governo do Amapá, através da SECULT/AP, tem procurado minimizar estes efeitos e, para tanto, propôs a criação do Museu de Arqueologia e Etnologia ao qual compete realizar levantamento, registro, resgate, fiscalização, preservação, restauração e difusão do patrimônio arqueológico e etnológico do Amapá.

O MAE ainda está passando por processo de implantação, pois existe um prédio destinado a abrigar o acervo e os setores técnico e administrativo. Entretanto, está no aguardo de liberação de recursos para efetuar as obras de demolição do prédio e construção da edificação.

O acervo do Museu é composto de duas tipologias: o arqueológico, com o total de 361 acervos resultantes de prospecções realizadas por pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi e outros contratados pelo Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva – MHAJCS através de convênio com a Eletronorte; e o etnográfico, com total de 599 acervos que foram adquiridos por compra e por doação de comunidades indígenas e instituições locais. Entretanto, como o Museu é

fruto da reformulação da SECULT/AP, todo o acervo do MAE será transferido do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva.

2.3 O PAPEL DO MUSEU SACACA

Apesar de ser possível localizar a origem do Museu Sacaca nos históricos já apresentados, uma vez que esse Museu não foi criado em uma data específica, mas vem sendo construído a partir da evolução de dois museus, é importante a sistematização das informações para que se permita um maior entendimento, sem, no entanto, ater-se a muitos detalhes, visto que a proposta é a de destacar o papel atual do Museu (FERREIRA, 2007).

A compreensão da origem do Museu Sacaca está diretamente relacionada à história de dois museus já apresentados: o Museu de Plantas Medicinais Waldemiro Gomes e o Museu de História Natural Ângelo Moreira da Costa Lima. O primeiro, da década de 1960, mais precisamente de 1º de fevereiro de 1965, quando o então Governador General Luiz Mendes da Silva, através do Decreto 04/65, cria o Escritório Comercial e Industrial do Amapá, tinha, dentre outras, a incumbência de instalar o Museu Comercial, “destinado a manter uma exposição permanente e elucidativa dos produtos regionais”. Administrado por Waldemiro Gomes, químico, possuía uma pequena coleção de fibras, sementes e plantas medicinais, além do trabalho de atendimento ao público com doação de mudas e tratamento com produtos fitoterápicos. O Museu Comercial passa por várias alterações de nome, endereço e missão, até que em 1988, com a morte de seu curador, passa a se chamar Museu de Plantas Medicinais Waldemiro de Oliveira Gomes.

O segundo Museu está ligado ao nome de Reinaldo Maurício Goubert D'amasceno, pesquisador que reuniu material científico na área de endemias rurais, como: Malária, Filária e Leishimaniose, sendo conhecedor da importância da Amazônia como acervo inigualável da biodiversidade, viabilizou através do Governador da época, Ivanhoé Gonçalves Martins, a criação do Museu de História Natural Ângelo Moreira da Costa Lima, homenagem a um dos maiores entomólogos do país. A inauguração do Museu se deu em 06 de janeiro de 1974, já no endereço onde atualmente funciona o Museu Sacaca.

Em 1991, no governo de Anníbal Barcellos, é criado o Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá – IEPA, instituição pública que tem como finalidade “pesquisar o homem, a flora, a fauna e o ambiente físico do Estado do Amapá, em seus aspectos científicos, tecnológicos, econômicos, sociais e culturais”. Passam a fazer parte dessa nova estrutura os Museus Costa Lima e Waldemiro Gomes, com corpo técnico e acervos ampliados e uma pequena exposição permanente montada.

Após dois anos fechado, é reaberto ao público em 10 de abril de 1997, sendo então nomeado Museu do Desenvolvimento Sustentável, trazendo uma exposição mais interativa e que representa muito mais os resultados das pesquisas do IEPA. Foi montada também, em um espaço externo, uma representação da casa das populações ribeirinhas na intenção de medir o interesse dos visitantes por esse tipo de exposição. A casa já seria uma experiência piloto para o que seria, posteriormente, a exposição a céu aberto.

Em setembro de 1999, é acrescido ao nome do Museu o nome Sacaca, passando então a se chamar Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável, uma homenagem a Raimundo dos Santos Souza – o Sacaca, pessoa ilustre que desde seus treze anos usava as plantas medicinais na prática da puçangaria. Um grupo de estudo é formado para dar início ao projeto da exposição a céu aberto. O local escolhido seria o terreno ao lado do IEPA, até então um espaço alagado, totalmente tomado pelo mato. A proposta de um Museu que representasse as comunidades tradicionais do Estado, tão rico em diversidade cultural, com representações de índios, ribeirinhos e castanheiros, era um projeto realmente ousado com uma proposta museológica inovadora.

O projeto arquitetônico museográfico privilegiou, além da arquitetura regional, a matéria prima local e as comunidades como mãos-de-obra envolvidas nas construções dos ambientes. A proposta era que o Museu proporcionasse ao visitante a oportunidade de vivenciar a realidade das comunidades tradicionais da Amazônia, conhecendo o modo de vida da região e as experiências de sustentabilidade dessas comunidades, em um espaço agradável de conhecer. Com recurso originado do Ministério do Meio ambiente, as obras têm início no ano 2000.

Em 05 de abril de 2002, no governo de João Alberto Rodrigues Capiberibe, é inaugurada a exposição a céu aberto do Museu Sacaca. Em 20 mil

metros quadrados, é possível conhecer réplicas de habitações das etnias Palikur e Waiãpi, a casa da farinha Karipuna, a casa dos ribeirinhos, dos castanheiros, o orquidário, além da representação da ocupação dos rios e igarapés da região através do barco regatão Índia do Brasil. O monumento do Marabaixo simboliza a dança folclórica tradicional do Estado, uma das contribuições dos negros à cultura local. A exposição ainda abriga uma representação do sítio arqueológico do Maracá, localidade onde foram encontrados os fragmentos dos primeiros habitantes das nossas florestas. No viveiro de plantas é possível conhecer espécies da flora medicinal do Estado, bem como produtos fitoterápicos, uma das linhas de pesquisa do IEPA e, finalmente, a praça “do Sacaca”, com escultura no tamanho original de seu homenageado, o Sacaca. O Museu oferece ainda um auditório com 280 lugares; a praça de alimentação com quatro quiosques onde há a comercialização de artesanato e da culinária local; a casa de leitura Aracy Mont'Alverne, um espaço destinado à pesquisa sobre temas da cultura local e das pesquisas realizadas pelo Instituto; e a Casa das Exposições, destinada a exposições temporárias.



FIGURA 5 – Mapa de localização do Museu Sacaca

Os trabalhos com as escolas podem ser desenvolvidos a partir da exposição a céu aberto, com a seleção de temas e problemas relacionados aos

conteúdos das diversas disciplinas do currículo escolar, estimulando a observação, a criatividade e o senso crítico dos alunos e possibilitando a interação entre o ensino formal e o não formal.

Existem dois instrumentos importantes na ação pedagógica. O primeiro é o grupo cultural, formado por funcionários e monitores que combinam informação e arte, trabalhando a temática da cultura popular, como cantigas de roda, contos, lendas e mitos, desenvolvendo ainda atividades de educação ambiental e a divulgação do conhecimento científico, em especial as pesquisas desenvolvidas pelo IEPA. O segundo é o planetário móvel Maywaka - que significa universo na língua dos índios Palikur. A proposta do planetário é utilizar a etnoastronomia, ou seja, o saber sobre o céu a partir da visão dos diversos grupos sociais, índios, cientistas, pescadores, entre outros.

No Museu Sacaca o conhecimento científico interage com o conhecimento popular, produzindo um saber que nasce do reconhecimento do patrimônio cultural como instrumento de educação e desenvolvimento social. O que se busca neste processo é contribuir para formar cidadãos éticos, solidários e críticos com capacidade de transformar sua própria realidade.



FIGURA 6 – Fachada do Museu Sacaca

Com o objetivo de elaborar uma proposta museológica para reestruturação do MUSEU SACACA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EXPOSIÇÃO A CÉU ABERTO, em 2000 foi contratada a consultoria técnica da museóloga Prof^a. Dr^a. Maria Célia T. Moura Santos, que usou como metodologia para elaboração da referida proposta a realização de reuniões com os diversos segmentos envolvidos no projeto da Exposição a Céu Aberto – projetada para o espaço anexo ao Museu, bem como entrevistas, visitas ao espaço do Museu existente na época e ao espaço destinado à Exposição, consulta a documentos elaborados pela equipe técnica do Museu e à bibliografia disponível relacionada ao tema. O referencial teórico-metodológico apresentado no projeto seria o ponto de partida, a base necessária para a produção do conhecimento que seria enriquecido no processo.

Do ponto de vista da formulação das políticas públicas, o Estado do Amapá, à época da elaboração do documento, adotava o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAPÁ – PDSA, apoiado em uma estrutura teórico-conceitual que define diretrizes e estratégias, considerando que o desenvolvimento sustentável inclui “quatro dimensões básicas, a saber: a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica, a **sustentabilidade espacial** e a sustentabilidade político-cultural.” (CASTRO, 1998, p.15).

Em 1997, o Estado do Amapá aprovou a lei da biodiversidade que estabelece a competência do poder executivo de preservar a biodiversidade, a integridade e a utilização sustentável dos recursos genéticos localizados no Estado e de fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético. No que se refere à dimensão político-social, a referida lei, no capítulo I, art. 1º do parágrafo IV, estabelece como competência do poder executivo: “proteção e incentivo à diversidade cultural, valorizando-se os conhecimentos, inovações e práticas das comunidades locais sobre a conservação, uso, manejo e aproveitamento da diversidade biológica e genética.”⁴

É importante citar outros projetos desenvolvidos a partir desta política, projetos voltados para a conservação dos aspectos étnicos e culturais do Amapá, como as escolas indígenas, os vários projetos desenvolvidos com a Comunidade Afro

⁴ Lei da Biodiversidade do Amapá

do Curiaú, que é uma comunidade quilombola do Estado, a Escola Sambódromo de Artes Populares, a renovação das exposições do Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável, o projeto das Parteiras Tradicionais do Amapá, o projeto de restauração e revitalização da Fortaleza de São José do Macapá, entre outros.

O Estado do Amapá se apresentava como um campo fértil para atuação de um complexo museológico para atuar produzindo conhecimento, sendo compreendido como um processo educativo no sentido de formar cidadãos críticos e aptos a exercer a sua cidadania, tendo como suporte a sua identidade cultural. Os temas e problemas seriam potencializados no desenvolvimento das ações de **pesquisa, preservação e comunicação**, aplicadas em interação com as comunidades locais, reconhecendo no patrimônio cultural um instrumento de educação e desenvolvimento social. Nesse sentido, Cultura, Ciência e Tecnologia, em interação, estarão efetivamente contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

2.3.1 A Proposta da Exposição a Céu Aberto

A proposta da Exposição a Céu Aberto estava inserida no contexto de reestruturação do Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável. Por meio de dados coletados em entrevistas e consultas a documentos elaborados pela equipe do Museu, verificou-se a necessidade de elaborar uma exposição mais interativa que envolvesse a comunidade no seu processo de construção e retratasse a realidade amazônica, além de ser um ponto turístico e de lazer para a comunidade amapaense e meio de divulgação dos projetos de pesquisa do IEPA, difundindo os conhecimentos produzidos sobre a utilização dos recursos naturais renováveis.

Outro aspecto que também pode ser apontado como motivação para elaboração do projeto da referida exposição foi a grande participação da comunidade local nas diversas exposições temporárias apresentadas no Museu após a sua reestruturação, que tinham como objetivo trabalhar temas relacionados às culturas locais e, em especial, a reconstituição da Casa do Caboclo Ribeirinho, montada em 1996 como projeto piloto para o que viria a ser a Exposição a Céu Aberto, posteriormente.

2.3.2 Aspectos da Exposição “Casa do Caboclo Ribeirinho”



FIGURA 7 – Projeto Piloto do Museu Sacaca – Casa do Caboclo Ribeirinho



FIGURA 8 – Visita monitorada no interior da casa do ribeirinho

Para a execução do projeto foi escolhida uma área de 7.000m² anexa ao atual Museu, pertencente ao IEPA. O projeto inicial foi enviado para o Ministério do Meio Ambiente, tendo entrado no orçamento do instituto em 1999. O projeto arquitetônico para a área foi elaborado pela arquiteta Aneliza Smith, após discussões com todos os setores envolvidos.

A exposição, além de constituir mais um ponto turístico e de lazer para a comunidade amapaense, irá retratar a realidade amazônica, difundir os conhecimentos quanto à utilização dos recursos naturais renováveis. A área terá um pequeno rio, aproveitando a existência de um córrego já existente, que servirá para a criação de peixes da região, mostrando a importância desse ambiente na vida cultural da Amazônia. Além da referência sobre os recursos hídricos e potencial pesqueiro, o pequeno rio criará as condições para a reprodução do habitat de algumas comunidades tradicionais do Estado, entre elas a do caboclo ribeirinho. Ainda nessa concepção de reconstituição de ambientes tradicionais, serão construídas as casas típicas do castanheiro, seringueiro e de várias etnias indígenas existentes no Amapá. A Exposição a Céu Aberto do Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável proporcionará ao visitante a oportunidade de vivenciar a realidade das comunidades tradicionais da Amazônia, conhecendo o modo de vida da região e as experiências de sustentabilidade dessas comunidades, em um espaço agradável de conhecer.⁵

O projeto arquitetônico previa os seguintes espaços destinados aos serviços e às exposições:

SERVIÇOS

- Auditório para 180 lugares;
- Pátio de Alimentação (venda de comidas típicas das diversas regiões do Estado);
- Prédio da Administração;
- Decks para descanso;
- Maloca de leitura;
- Maloca de multiuso;
- Banheiros;
- Pórtico de recepção ao visitante;
- Passarelas cobertas para acesso às áreas de exposição e aos espaços destinados aos serviços.

COMPONENTES DA EXPOSIÇÃO

- Casa do castanheiro;
- Casa do caboclo ribeirinho;
- Casa do seringueiro;
- Casas das seguintes representações indígenas: Galibi; Palikur; Apalai; Caripuna; Waiãpi.

⁵ Objetivos apresentados em documento elaborado pela equipe do Museu.

- Casa de farinha (grupo Afro do Curiaú);
- Espaço para Exposições das coleções e projetos de pesquisa do IEPA.

As casas seriam construídas pelos diversos grupos que serão ali representados.

2.3.3 A equipe do Museu por ocasião do diagnóstico identificou as seguintes carências e necessidades a serem trabalhadas por ocasião do projeto museológico

- Ausência de um marco teórico-conceitual da equipe na área da Museologia;
- Ausência de um projeto museológico para a instituição;
- Ausência de um plano-diretor para a instituição;
- Ausência de uma organização técnica e administrativa para o Museu;
- Ausência de diretrizes, objetivos e metas;
- Carência de pessoal técnico especializado na área da Museologia;
- Ausência de ações museológicas de pesquisa, conservação e documentação, bem como de recursos humanos e materiais para a sua aplicação;
- Inadequação dos espaços físicos para a administração e para o desempenho das atividades técnicas;
- Ausência de interação com os diversos setores do IEPA.

2.3.4 Os objetivos apresentados para a elaboração do Projeto Museológico

Objetivo Geral

- Apresentar uma proposta de reestruturação e organização do **Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável**: Exposição a Céu Aberto, embasada em uma concepção museológica.

Objetivos Específicos

- Caracterizar o Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável, situando-o no contexto do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá e no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá, adotado na atual Gestão Governamental;

- Elaborar uma proposta museológica, tomando como referencial a construção do conhecimento na área da Museologia, na atualidade, adequando-a aos anseios dos diversos segmentos envolvidos na proposta de montagem da Exposição a Céu Aberto;
- Caracterizar as ações museológicas a serem aplicadas no Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável;
- Adaptar os já estruturados componentes da Exposição a Céu Aberto à concepção museológica adotada;
- Propor uma Organização Técnica e Administrativa para o Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável;
- Indicar os subprojetos e as consultorias técnicas necessárias à reestruturação e organização do Museu.

A discussão metodológica que norteou a proposta museológica do Museu Sacaca tomou por base o patrimônio cultural, por ser ele o referencial básico para o desenvolvimento das ações museológicas, considerando que os processos museais de museologia ativa, gestados ao longo dos anos, contribuíram de modo efetivo para a ampliação do conceito de patrimônio, na medida em que o conceituaram como a relação do homem com o meio, ou seja, o real, na sua totalidade: material, imaterial, natural e cultural, em suas dimensões de tempo e espaço. Consequentemente, os bens culturais a serem musealizados também foram ampliados.

Nesse sentido, as ações museológicas não foram processadas somente a partir dos objetos, das coleções, mas tendo como referencial o patrimônio global, tornando assim necessária uma ampla revisão dos métodos a serem aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação, nos diferentes contextos. Tudo estava sistematicamente explicado no projeto museológico.

Por outro lado, a ampliação do conceito de patrimônio está relacionada à criação de novas categorias de museus, como ecomuseus, museus comunitários, museus de vizinhança, etc., que não estão fechados nas paredes de um edifício, mas realizam as ações museológicas em um território, com uma população. Essas novas categorias de museus, abertas a uma população e a um território, irão contribuir também para que as ações museológicas possam ser processadas fora do

espaço restrito ao Museu, abrindo assim amplas possibilidades para a realização de novos processos de musealização. Do ponto de vista metodológico, foi um vetor a incentivar a busca de soluções criativas.

O projeto apresenta uma caracterização das ações museológicas de **pesquisa, preservação e comunicação**, a partir das contribuições dos novos processos museais.

2.3.5 A pesquisa

Construção do conhecimento, tomando como referencial o cotidiano, qualificado como patrimônio cultural. Este conhecimento é construído na ação museal e para a ação museal em interação com os diversos grupos envolvidos, objetivando a construção de uma nova prática social. Não se trata da pesquisa que se esgota na mera descrição e análise dos objetos. A pesquisa alimenta todas as ações museológicas em processo.

- **Preservação:**

Consideram-se as seguintes etapas:

Coleta: o acervo é o conjunto dos bens dinâmicos em transformação em uma comunidade, e não somente uma coleção. Esse acervo é propriedade privada ou coletiva dos indivíduos, não é adquirida nem pertence ao Museu. Trabalha-se com o acervo institucional, ou seja: materiais arquivísticos e iconográficos, plantas maquetes, depoimentos e testemunhos etc., e com o acervo operacional: as áreas do tecido urbano, socialmente apropriadas, como: paisagens, estruturas, monumentos, equipamentos, as técnicas do saber e do saber fazer, com os artefatos, com o meio rural etc.;

Classificação e registro: o processo documental não se limita ao registro do acervo. Busca-se, através da cultura qualificada, produzir conhecimento elaborado no processo educativo por meio das ações de pesquisa. Há uma documentação dos dados coletados, que são sistematizados de acordo com as características das diversas realidades que estão sendo musealizadas, formando o banco de dados do Museu, referente à realidade local, a partir das ações de pesquisa, por meio da ação interativa entre os técnicos e os grupos envolvidos.

Busca-se, ainda, a qualificação da cultura, da análise e compreensão do patrimônio cultural na sua dinâmica real, e não a seleção de determinados aspectos para armazenamento e conservação. O banco de dados é o referencial básico de informação, aberto à comunidade, que é alimentado, constantemente, pelos diversos processos em andamento no Museu.

Os instrumentos utilizados na documentação são criados e adaptados a cada realidade, discutidos com os diversos grupos envolvidos na ação museológica e absorvidos pelos mesmos para a sua aplicação. O processamento do conhecimento produzido e sua inclusão no banco de dados se dão com a participação dos componentes do Museu. Ao mesmo tempo em que os técnicos participam na elaboração dos instrumentos de coleta de dados, é estabelecido um processo dialógico no qual o museólogo e os demais grupos envolvidos são enriquecidos, tanto na fase do planejamento como na execução, havendo também um aumento da auto-estima de ambos quando o produto do seu trabalho é utilizado para a compreensão da realidade e para a construção de um novo conhecimento, atingindo, assim, os objetivos propostos na ação documental.

Conservação: busca-se a formação de atitudes preservacionistas. É estabelecido um processo no sentido de compreender os objetivos da preservação, no fazer cotidiano das pessoas. A conservação é, então, um processo de reflexão para uma ação que se dá em um contexto social, e não somente na aplicação de técnicas em determinados acervos. Esforços são concentrados na busca da sensibilização e na formação de conservadores, na própria população, a partir de suas aptidões e atitudes.

Comunicação:

A comunicação não está restrita à exposição. Faz parte do processo museológico, embora seja importante registrar que sempre fica uma distância entre o material “inerte” que é exposto e o processo vital que lhe deu origem. Ao contrário do procedimento mais usual dos museus, em que a exposição é o ponto de partida no sentido de estabelecer uma interação com o público, nesta ação museológica a exposição é, ao mesmo tempo, produto de um trabalho interativo, rico, cheio de

vitalidade, de afetividade, de criatividade e de reflexão, que dá origem ao conhecimento que está sendo exposto e a uma ação dialógica de reflexão, estabelecida no processo que antecedeu a exposição e durante a montagem, além de ser ponto de partida para outra ação de comunicação.

As demais ações museológicas de pesquisa e preservação, já analisadas anteriormente, também são um processo de comunicação, uma vez que são gestadas por meio de um processo constante de interação em uma ação pautada no diálogo, levando-se em consideração as características dos grupos envolvidos e as diversas maneiras de estar no mundo e de se expressar por meio de diferentes linguagens.

É interessante ressaltar que as ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação estão integradas entre si aos objetivos dos diferentes projetos e às características dos diversos grupos sociais, em um processo constante de revisão, adaptação e renovação.

2.3.6 Processo de musealização conforme consta no projeto museológico



FIGURA 9 – Processo de Musealização

Fonte: Projeto Museológico (SANTOS, 2000).

Tendo como meta principal a formação do sujeito ético, autônomo, solidário, crítico e transformador, foram destacados os referenciais abaixo como fundamentais para o desenvolvimento das ações museológicas que deverão ser desenvolvidas no Museu em interação com os diversos segmentos envolvidos:

- Análise crítica e interpretação das múltiplas realidades;
- Prática da cidadania, com autonomia intelectual e pensamento crítico;
- Compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos e dos processos produtivos;
- Relacionamento ético com o meio ambiente;
- Reconhecimento do valor social do trabalho;
- A valorização do patrimônio cultural e da pluralidade cultural;
- A apropriação, através da compreensão e recriação de diferentes linguagens, de forma crítica;
- Buscando-se articular o conhecimento com a vida, identificando os conceitos que passam por todas as áreas do saber, portanto, nucleares, foram destacados quatro núcleos básicos, sem, contudo, considerá-los únicos: **Identidade, Tempo, Espaço e Transformação.**

A justificativa para a escolha dos núcleos, segundo consta no projeto museológico, foi fundamentada no fato de que:

O ser humano nasce e constrói sua identidade nas relações que estabelece consigo mesmo e com os outros; vive em um determinado tempo histórico, psicológico e sociocultural; convive em um espaço geográfico, social, cultural e político; transforma a sociedade e é transformado por ela (SANTOS, 2000).

As ações museológicas deverão ter como elemento central a nossa identidade como sujeitos singulares e múltiplos, cidadãos amapaenses, brasileiros, sul-americanos, cidadãos do mundo. Deverão ser abertas possibilidades de leituras múltiplas do mundo, de tal forma que o conhecimento faça parte de nossas vidas, de nossa cultura, de nossa identidade e que não seja somente o conhecimento legitimado por outros grupos. Nesse sentido, a partir dos núcleos temáticos sugeridos anteriormente, os projetos deverão ser desenvolvidos com a participação dos grupos comunitários com o objetivo de produzir conhecimento a partir das

múltiplas realidades, qualificadas como patrimônio cultural, e integrando as diversas áreas do conhecimento.

Com relação ao acervo, a proposta seria que as ações museológicas do Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável fossem operacionalizadas com dois tipos de acervo:

O **acervo institucional**: toda a produção cultural que se refira ao universo do cotidiano e do trabalho, temas e problemas a serem musealizados no desenvolvimento dos diversos projetos, bem como o conhecimento produzido pelos pesquisadores do IEPA. Ao **acervo institucional** serão também incluídos materiais arquivísticos e iconográficos, fotografias, plantas, maquetes, depoimentos e testemunhos de várias naturezas, bem como toda a documentação coletada através de pesquisas sociológicas, históricas e antropológicas.

Quanto ao **acervo operacional**, serão considerados: a paisagem, estruturas, monumentos, equipamentos, áreas e objetos, socialmente apropriados, percebidos não só em sua carga documental, mas em sua capacidade de alimentar as representações.

Foram destacados os seguintes objetivos a serem alcançados pelo **Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável**:

- Promover a apropriação e a reapropriação do patrimônio cultural por meio das ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, tornando possível ao cidadão considerá-lo como um referencial para o exercício da cidadania;
- Contribuir, por meio do processo museológico, para geração de um processo de preservação do patrimônio global, visando ao desenvolvimento humano sustentável;
- Democratizar o conhecimento produzido pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA;
- Contribuir para aumentar as opções de lazer da comunidade;
- Musealizar o conhecimento produzido através dos diversos projetos, expondo, classificando, documentando, conservando, divulgando e promovendo a sua utilização;

- Promover a participação dos cidadãos na elaboração e na execução dos projetos, contribuindo para a construção do conhecimento, a partir das suas histórias de vida, integrando o Museu à sociedade, buscando, conjuntamente, a construção de uma nova prática social;
- Interagir com as instituições educacionais do Estado, elaborando projetos com o objetivo de utilizar o patrimônio cultural como um suporte essencial ao processo educativo e ao desenvolvimento social;
- Potencializar os recursos educativos da comunidade, realizando o intercâmbio necessário entre o ensino formal e não formal, um alimentando o outro;
- Viabilizar a utilização do potencial turístico da Cidade de Macapá e de outras regiões do Estado;
- Promover a formação de profissionais que potencializem suas instituições como agentes do desenvolvimento regional;
- Contribuir para a construção do conhecimento na área da Museologia;
- Proporcionar meios para que as instituições museais melhorem e ampliem seus campos de atuação no meio social onde estão inseridas;
- Melhorar o desempenho e a qualificação dos profissionais que atuam em instituições culturais e educacionais do Estado;
- Desenvolver e aplicar tecnologias, na área da Museologia, observando-se as necessidades e diversidades regionais;
- Criar oportunidade de ampliar conhecimentos, rever conceitos e modificar procedimentos de trabalho;
- Oferecer aos profissionais da área subsídios da reflexão contemporânea na Museologia, capacitando-os para a aplicação de metodologias e técnicas nos campos da conservação, da documentação e da comunicação museológicas;
- Promover o intercâmbio e parcerias com outros museus e instituições nos âmbitos local, nacional e internacional, buscando a realização de programas de cooperação mútua.

Com relação à abrangência do Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável, a proposta seria que a instituição deveria manter uma atuação significativa na cidade de Macapá, realizando projetos em interação com a rede de ensino, nos diversos níveis, bem como com instituições museais, com demais instituições da área da cultura e outras instituições locais.

A idéia era que o Museu estendesse também a sua atuação para além dos limites da cidade de Macapá, aplicando as ações museológicas em interação com comunidades localizadas nos municípios das várias regiões do Estado e mantendo um intercâmbio efetivo entre os outros Estados do Brasil e com outros países. Com essa abrangência, a pretensão era que fosse realizada uma troca efetiva no sentido de produzir conhecimento em interação e, ao mesmo tempo, serem realizadas ações no sentido de divulgar o Museu e os seus projetos.

É importante registrar que, ao adotar um projeto museológico sintonizado com o desenvolvimento da Museologia, na atualidade, e apoiado nas necessidades concretas das comunidades que estavam atuando conjuntamente com os técnicos do IEPA, o Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável poderá vir a ser um referencial nacional e internacional.

2.3.7 Organização técnica e administrativa

As concepções de Museu integral e de desenvolvimento comunitário, dispostas nos itens anteriores, estão pautadas em uma perspectiva pedagógica que busca a produção do conhecimento com o objetivo de aumentar a consciência e a capacidade de iniciativa dos grupos, visando à transformação. Como na proposta de educação transformadora, o **Museu integral** é constituído a partir do estudo da realidade vivida pelo grupo e da percepção que o grupo tem dessa mesma realidade. Percepção esta refletida nas exposições temáticas, que abordam os problemas e são o resultado de um processo de reflexão e construção conjunta do grupo, ou seja, técnicos e membros da comunidade, ambos se enriquecendo mutuamente. A declaração de Oaxtepec (1984) registra que: “a participação comunitária evita as dificuldades de comunicação características do monólogo museográfico, compreendido pelo especialista.” (SANTOS, 2000). Almeida (1996)

comenta que o Museu, nessa perspectiva, é considerado um meio e não um fim, destacando que existe uma interação entre ele e o mundo em transformação. É um instrumento cultural a serviço da população. Salienta que os membros da comunidade são os principais responsáveis pela organização e gestão do Museu e que esse processo reflete a identidade da comunidade.

Nesse sentido, propôs-se que a organização do Museu fosse constituída a partir da formação de um Núcleo Básico, que será o ponto de referência, **o núcleo central** no sentido de democratizar a gestão e de possibilitar a sua construção conjunta. A gestão e a organização do Museu deveriam ser alimentadas pela concepção museológica adotada, sendo que a sua operacionalização, através da aplicação das ações museológicas, em interação com os grupos comunitários, permitiria a concretização da relação teoria-prática, tornando reais os conceitos, ao passar do universo simbólico que os concebeu para o fazer cotidiano dos indivíduos envolvidos no processo. O Núcleo Básico seria também o responsável por estabelecer intercâmbios, parcerias e por divulgar o conhecimento produzido no país e no exterior.

Integrados ao Núcleo Básico, deveriam ser constituídos os Núcleos de Interação – **Núcleos Locais**, que deveriam ser formados, inicialmente, a partir dos diversos segmentos que estariam representados na Exposição a Céu Aberto, com os quais a Coordenação do Museu já estaria desenvolvendo um trabalho de interação, preparando os grupos comunitários que participaram da montagem da Exposição a Céu Aberto.

Os **Núcleos Locais** seriam o referencial básico no sentido de democratizar o conhecimento construído no **Núcleo Central** e, ao mesmo tempo, proporcionariam a oportunidade de, a partir da análise do fazer cultural local, aplicar as ações museológicas nas diversas comunidades, produzindo conhecimento, alimentando e renovando também o banco de dados e as exposições do **Núcleo Central** e, assim, criando novos espaços museológicos nas diversas regiões do Estado.

A Estrutura organizacional dos Núcleos Locais seria definida no processo a partir do diagnóstico que seria realizado sobre cada realidade, com a participação dos segmentos locais, garantindo-se que fossem criadas as condições necessárias

para que o processo museológico fosse desenvolvido e adaptado às características e aos anseios dos diversos grupos.

Diante disso foi sugerido através do projeto museológico o seguinte fluxograma para o planejamento das atividades:

FLUXOGRAMA DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES

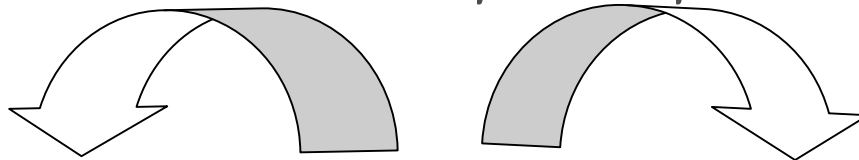


FIGURA 10 – Fluxograma

Fonte: Projeto museológico (SANTOS, 2000).

No quadro a seguir está apresentada a concepção dos Núcleos Central e Local com uma sugestão para as suas composições, reiterando que a composição seria dinâmica e com características próprias, de acordo com o processo de instalação e funcionamento dos núcleos, em cada realidade.

NÚCLEOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES MUSEOLÓGICAS



• NÚCLEO BÁSICO

• Componentes:

- Técnicos do IEPA;
- Equipe do Museu;
- Representantes das Comunidades;
- Consultores;
- Representantes da Associação de Amigos do Museu;
- Representantes das Instituições Parceiras.

• NÚCLEOS LOCAIS

• Componentes:

- Equipe de gestão local;
- Representantes da comunidade;
- Técnicos do IEPA;
- Equipe do Museu;
- Outros componentes a serem indicados pelos membros da comunidade local;
- Representantes das instituições Parceiras.

GRUPO DE TRABALHO COOPERATIVO

FIGURA 11 – Operacionalização dos Núcleos

Fonte: Projeto Museológico (SANTOS, 2000).

A sugestão para a organização técnico-administrativa do Núcleo Básico, necessária ao seu funcionamento, de acordo com a concepção museológica adotada, que deveria ser também enriquecida no processo de construção e reconstrução do Museu.

Conselho Consultivo

Setores:

- Coordenação;
- Administrativo e Financeiro;

- Gestão Operacional;
- Pesquisa e Documentação;
- Exposição e Programação Visual;
- Conservação;
- Ação Cultural e Educativa;
- Desenvolvimento Comunitário;
- Gestão Ecológica;
- Marketing.

Todos os setores, bem como os representantes do Conselho Consultivo deveriam compartilhar, igualmente, de autoridade e responsabilidade no sentido de definir a missão, os objetivos e as estratégias da instituição com a participação dos cidadãos-beneficiários. A participação deveria, então, ser expressa através de:

- Execução de políticas;
- Definição de objetivos e de metas;
- Discussão de estratégias para atingir as metas;
- Deliberação sobre os meios para alcançar os objetivos;
- Definição de pessoal, atribuições, planejamento e execução das ações;
- Acompanhamento e avaliação contínua.

As atribuições e a composição do Conselho Consultivo e dos Setores, bem como o pessoal para a sua composição, deveriam ser determinadas quando da elaboração dos subprojetos específicos e deveriam ser enriquecidas a partir da avaliação da aplicação dos planos de ação no processo, indicando também os referenciais necessários à elaboração do regimento do Museu.

Foi sugestionado ainda deixar uma área para exposições temporárias, considerando que o Espaço da Exposição a Céu Aberto não possuía uma sala ampla com este objetivo. Esta sala também poderia ser utilizada como ambiente para atividades múltiplas, de acordo com as necessidades dos projetos desenvolvidos pelos diversos setores do Museu.

2.3.8 Recursos financeiros

Os recursos financeiros para ampliação do Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável foram oriundos do convênio nº 99CV0026, firmado entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA, por meio da sua Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA, e o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA.

2.3.9 Sustentabilidade

A proposta de sustentabilidade do Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável estaria apoiada na motivação da equipe técnica no sentido de mobilizar as instituições e a comunidade local para a participação na gestão do Museu. Nesse sentido, a sua organização, manutenção e níveis hierárquicos seriam, ou ao menos deveriam ser definidos, a partir da discussão conjunta com os diversos segmentos envolvidos, devendo-se buscar a sua autogestão.

Por sugestão do Governador da época, foi proposta a adoção do modelo de Organização Social – O.S., adotado na época por algumas organizações da área da cultura no país e com algumas experiências concretas no Estado do Amapá. Posteriormente, através de alguns estudos de viabilidade, verificou-se que a proposta não seria ideal e optou-se por manter a estrutura do Museu vinculada ao IEPA como um dos seus seis centros de pesquisas (AMAPÁ, 2002).⁶

Foram indicadas ainda no documento algumas fontes e possibilidades de geração de recursos para o Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável:

2.3.9.1 Geração de recursos pelo Museu:

- Oficinas;
- Cursos;
- Confecção e venda de artesanato;
- Venda de produção bibliográfica;

⁶ Conforme consta no decreto Lei nº0699.

- Associação de Amigos do Museu;
- Venda de material de divulgação (cartazes, postais, vídeos, camisetas, etc.);
- Aluguel de espaços;
- Parcerias com a iniciativa privada;
- Parcerias com instituições nacionais e internacionais;
- Fontes financiadoras de projetos, nacionais e internacionais.

Para a operacionalização das ações propostas foram recomendadas as seguintes estratégias:

- Formação de uma comissão, composta pela equipe técnica do Museu e por técnicos do IEPA, para execução e acompanhamento dos trabalhos de montagem da Exposição a Céu Aberto, de acordo com o projeto elaborado.
- Montagem das exposições com a participação dos representantes das comunidades que foram contatados pela coordenação do Museu, com a proposta de que fosse aproveitando o momento para discutir a proposta de estruturação dos Núcleos Locais.
- Contratação de consultorias para acompanhamento das ações museológicas e elaboração dos seguintes subprojetos:
- Organização administrativa do Museu, de acordo com o modelo de instituição a ser adotado;
- Documentação;
- Conservação;
- Ação Cultural e Educativa;
- Implantação dos Núcleos Locais;
- Formação de uma equipe para analisar a proposta de reestruturação e reforma do espaço atual do Museu, no sentido de viabilizar a sua execução, dotando o Museu de espaços físicos adequados ao desempenho das atividades técnicas e administrativas;
- Elaboração de um programa de mobilização da comunidade com o objetivo de divulgar o projeto de reestruturação do Museu, discutindo a concepção museológica adotada, buscando envolver a mesma nas diversas ações a serem desenvolvidas, bem como na busca de parcerias e na autogestão da instituição;

Segundo o projeto, as potencialidades e retornos dos diversos projetos realizados em interação com os núcleos locais deveriam contribuir não só para o desenvolvimento do indivíduo, como também em relação aos níveis macro e institucional, podendo-se destacar os seguintes aspectos:

Em relação ao indivíduo:

- Reconhecimento e respeito à identidade cultural e à diversidade;
- Melhoria da autoestima;
- Compreensão da História como construção e reconstrução, ou seja, a História como possibilidade, e não como determinação;
- Prática da cidadania – O Homem como agente da História;
- Desenvolvimento de atitudes preservacionistas – relacionamento ético com o meio;
- Reconhecimento do valor social do trabalho;
- Melhoria do processo de aprendizagem.

Em relação aos níveis macro e institucional:

- Referenciais para embasamento de uma política cultural para o Estado;
- Fonte de renda e captação de recursos;
- Ampliação do potencial turístico do Estado do Amapá;
- Referencial para a Museologia, a Educação e a Cultura no Brasil e no Exterior;
- Ampliação das opções de lazer das comunidades;
- Contribuição para a operacionalização dos objetivos e das metas do Programa de Desenvolvimento Sustentável adotado pelo Governo do Estado do Amapá.

O Museu e a sua proposta museológicas estavam prontos e foram muito bem aceitos pela sociedade e corpo técnico, respectivamente. Era tudo muito perfeito,

uma área linda, verde, para contemplação, no coração da cidade. A proposta muito bem escrita, um corpo técnico totalmente capacitado e convencido do caminho que deveria seguir. Enfim, esse foi um grande avanço para o Estado do Amapá no que se refere à salvaguarda da memória, principalmente das populações tradicionais, essas inclusive envolvidas no projeto como exemplo para a construção das casas.

Como possibilitar que tudo o que foi pensado, tudo o que foi proposto, aconteça realmente, que as metas do projeto museológico sejam alcançadas, que o Museu consiga garantir sua manutenção dentro do que foi proposto? A permanência da Exposição a Céu Aberto dentro das qualidades necessárias mínimas para visitação é uma grande desafio, tendo em vista a quantidade de material perecível, como a madeira e a palha existentes na exposição.

A existência de uma política cultural que forneça subsídios para a sobrevivência não só desse Museu, mas das demais instituições culturais, é imperiosa e, diante dessa reflexão, surge a necessidade de que se reflita acerca das políticas públicas que realmente existem e contribuem para a manutenção dessa instituição.

3 POLÍTICA PÚBLICA PARA MUSEUS: A REALIDADE DA UNIÃO E DO ESTADO DO AMAPÁ

Um estímulo ao desenvolvimento, à criatividade, à produção de saberes e fazeres e ao avanço tecnológico científico do campo museológico. Essa política deve ter como premissa a democratização do acesso aos bens culturais produzidos, bem como a democratização dos dispositivos de estímulo e incentivo à dinâmica de produção de bens culturais e étnicos, de diferentes regiões e localidades existentes no País (BRASIL, 2006b).

3.1 AS POLÍTICAS CULTURAIS DO GOVERNO FEDERAL PARA A ÁREA DE MUSEU

Para melhor compreender o caminho percorrido para que se chegasse à construção de uma política pública para museus, é necessário compreender também como se deu a criação das instituições que fortaleceram e vêm a cada dia mais fortalecendo as políticas no campo museológico. Podemos iniciar essa trajetória histórica com o final da Segunda Guerra, em 1946 mais precisamente, quando foi criado o Conselho Internacional de Museus – ICOM, uma organização não-governamental ligada à United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO. A presença do museólogo Mário Barata em Paris no momento da criação do ICOM foi determinante para que no mesmo ano fosse criada no Brasil a representação nacional do órgão. Essa criação foi fundamental para a questão da intensificação do intercâmbio cultural, técnico e científico com outros países, especialmente com a França e os Estados Unidos da América, países de vanguarda cultural.

Outros dois eventos fundamentais, dessa vez para a profissionalização da museologia no campo da educação, foram os encontros realizados em 1956 em Ouro Preto-MG, o 1º Congresso Nacional de Museus e, em 1958, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, aconteceu o seminário regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus.

No ano de 1963, foi criada a Associação Brasileira de Museologistas, responsável pela realização de inúmeros fóruns, congressos, seminários, encontros,

e debates, sendo o principal agente de mobilização na luta pela regulamentação da profissão de museólogos – o que viria a acontecer em 1984.

Em 1976, foi realizado em Recife o 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Museus. O encontro teve como resultado o documento denominado Subsídios para Implantação de uma Política Museológica Brasileira, publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Em 1979, foi criada em Pernambuco, por Aloísio Magalhães, a Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM, que abrigou, durante aproximadamente uma década, um conjunto expressivo de museus não atendidos pela política cultural da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Foi no âmbito da FNPM que, em 1983, instalou-se o Programa Nacional de Museus, que desenvolveu projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros.

Em 1986, surge o Sistema Nacional de Museus, cujo objetivo era o de articular e apoiar financeiramente projetos museológicos. Todo esse contexto deu-se em momentos de grandes discussões acerca do papel do Museu enquanto instituição de preservação e proteção das referências culturais.

Os documentos produzidos em 1972, durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile, e em 1984, durante a Reunião Internacional de Quebec, repercutiram positivamente no Brasil. Iniciativa no sentido de pensar a museologia como uma atitude mais prática, mais próxima do cotidiano da comunidade, se fortalecia mais e mais.

Mesmo com esses avanços, no início dos anos 90, a Fundação Nacional Pró-Memórias e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram extintas e, em substituição, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, posteriormente denominando IPHAN.

Como já foi colocado no primeiro capítulo, onde é demonstrado que as ações de comunicação, pesquisa e preservação do patrimônio cultural nasceram nas instituições museais, mesmo tendo se disseminado nas instituições específicas de pesquisa, essas ações persistem nos museus ainda que com formatos mais delineados, ou seja, reformuladas. As relações entre os museus e o patrimônio não

nasceram e não se esgotaram no século XX. Esse entendimento favorece a compreensão de que as categorias Museu e patrimônio podem ser consideradas como campos complementares e, por isso mesmo, uma não se reduz obrigatoriamente à outra. Em outras palavras, os museus não são apêndices do campo patrimonial, eles constituem práticas sociais específicas, com trajetórias próprias e com funções peculiares (BRASIL, 2007, p.13).

O Movimento Internacional da Nova Museologia – MINOM, que se organizou nos anos 80 a partir da museologia dos anos 70 – principalmente pela Mesa Redonda de Santiago do Chile, mas que se desenvolveu através de vários movimentos por todo o mundo, no Brasil destacou-se, em termos teóricos e práticos, o trabalho inovador, ousado e inspirador de Waldisa Russio, uma museóloga popular, politicamente engajada e com comprometimento social.

A musealização, como prática social específica, derramou-se para fora dos museus institucionalizados. Todas as coisas eram passíveis de musealização, se não de forma prática e concreta, ao menos um olhar mais museológico era possível dispensar aos locais que tivessem alguma significação.

Os museus conquistaram notável centralidade no panorama político e cultural do mundo contemporâneo. Deixaram de ser compreendidos por setores da política e da intelectualidade brasileira apenas como casas onde se guardam relíquias de um passado. Os museus não eram mais fechados aos gabinetes e coleções, eles estavam na prática do cotidiano, nas relações sociais e em tudo o que elas envolviam. As práticas sociais e a preservação da memória dessa sociedade; é por esse relevante serviço prestado à sociedade e à preservação da memória, que as instituições museais vêm conquistando um espaço cada vez maior.

Hugues de Varine, ainda nos anos 70, diante dessa nova concepção de Museu que privilegia o homem, começa a “desenhar” essa nova ideia de Museu que, ao substituir a ideia original por outra, vê a instituição em um contexto comunitário, ambiental e de território.

A partir dessas mudanças, faz-se necessário pensar os museus brasileiros diante dessa dinâmica de como colaborar, através de políticas públicas,

de forma a fortalecer essas instituições para que esse movimento tão fundamental para a cultura seja aproveitado ao máximo em prol das comunidades.

Voltando aos eventos que construíram essa política, é importante listar o 8º Fórum Estadual de Museus realizado na cidade do Rio Grande/RS, sob o tema “Museus e Globalização” em comemoração aos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile. O referido evento ocorreu em maio de 2002, ocasião em que foi elaborada e divulgada a “Carta do Rio Grande”. Ainda em 2002, o Conselho Federal de Museologia – COFEM elaborou e divulgou o documento denominado “Imaginação museal a serviço da cultura”. Estes dois documentos informariam a Política Nacional de Museus.

Em 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e estando o Ministério da Cultura (MinC) sob a gestão do Ministro Gilberto Gil, foi desenvolvido um plano de implementação de políticas públicas para museus, dando sinais do reconhecimento da importância dos museus na vida cultural e social brasileira.

O MinC criou a Coordenação de Museus e Artes Plásticas, vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e, por seu intermédio, convidou a comunidade museológica para participar democraticamente da construção de uma política pública voltada para o setor. Um dos frutos dessa ação inédita foi o lançamento da Política Nacional de Museus, em 16 de maio de 2003, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Em termos metodológicos, o processo de construção da Política Nacional de Museus foi dividido em quatro etapas, conforme consta no próprio documento da PNM:

1. Elaboração de um documento básico para discussão geral com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e universidades, além de profissionais de destacada atuação na área. Esse documento levou em conta a “Carta do Rio Grande” e o texto “Imaginação museal a serviço da Cultura”, anteriormente citados.
2. Apresentação e debate público do documento básico em reuniões ampliadas no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 23 e 27 de março de 2003, com a participação de diretores de museus, representantes estaduais e municipais

de cultura, professores de universidades, representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional.

3. Ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais. Profissionais de museus de diferentes áreas do conhecimento, professores, estudantes, aposentados, pesquisadores, técnicos, gestores culturais, líderes comunitários, políticos, educadores, jornalistas e artistas – os interesses em participar do debate – puderam contribuir para o aprimoramento da proposta inicial. Além das contribuições nacionais, o documento contou também com a leitura crítica e sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal.
4. Finalmente, uma equipe mista, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, consolidou as diferentes sugestões e apresentou uma nova versão para o documento inicial. Essa versão foi mais uma vez submetida ao debate por meio eletrônico, corrigida, ajustada, aprovada, publicada e lançada no outono de 2003.

Um dos resultados dessa ampla consulta foi o entendimento dos museus como práticas e processos sócio-culturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática e participativa, museologicamente voltados para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de ampliar o campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.

Os princípios adotados na orientação da Política Nacional de Museus, segundo consta em documento oficial, foram os seguintes:

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.

3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.
5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.
6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.
7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especialidades e diversidades.

Uma vez apresentados os objetivos, a rede de parcerias e os princípios orientadores da Política Nacional de Museus, o documento, consolidado após muito debate, identificou sete eixos programáticos capazes de aglutinar, orientar e estimular a realização de projetos e ações museológicas:

1. Gestão e configuração do campo museológico com a implementação do Sistema Brasileiro de Museus, o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus, a criação do Cadastro Nacional de Museus, o aperfeiçoamento de legislação concernente ao setor, a integração de diferentes instâncias governamentais envolvidas com a gestão de patrimônios culturais musealizados, a criação de pólos museais regionalizados, a participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento e na promoção de seus patrimônios culturais, o estabelecimento de planos de carreira seguidos de concursos públicos específicos para atender às diferentes necessidades das profissões museais, entre outras ações.
2. Democratização e Acesso aos Bens Culturais, que comportavam principalmente as ações de criação de redes de informação entre os museus brasileiros e seus profissionais, o estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a criação de programas destinados a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, além do apoio à realização de

eventos multiinstitucionais, à circulação de exposições museológicas, à publicação da produção intelectual específica dos museus e da museologia e às ações de democratização do acesso aos museus.

3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que tratavam fundamentalmente: das ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em museologia; da ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, além de cursos técnicos e de oficinas de extensão; da inclusão de conteúdos e disciplinas referentes ao uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais nos currículos dos ensinos fundamental e médio; da criação de pólos de capacitação e de equipes volantes capazes de atuar em âmbito nacional; do desenvolvimento de programas de estágio em museus brasileiros e estrangeiros, entre outras ações.
4. Informatização de museus, destacando-se a criação de políticas de apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos, ao estímulo de projetos para a disponibilização de informações sobre museus em mídias eletrônicas e o apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologia para outras instituições de memória.
5. Modernização de Infra-Estruturas Museológicas, abrangendo a realização de obras de manutenção, adaptação, climatização e segurança de imóveis que abrigam acervos musealizados, bem como projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratórios de restaurações e conservação. Também estavam previstos o estímulo à modernização e à produção de exposições, o incentivo a projetos de pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias de conservação, documentação e comunicação.
6. Financiamento e fomento a museus, enfatizando a constituição de políticas de fomento e difusão da produção cultural e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais; o estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado; a criação de um fundo de amparo para o patrimônio cultural e os museus brasileiros; o desenvolvimento de programas de qualificação de museus junto ao CNPq, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e às fundações de amparo à pesquisa e o aperfeiçoamento da legislação de

incentivo fiscal, visando à democratização; à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

7. Aquisição e gerenciamento de acervos culturais, voltados para criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos de comunidades indígenas, afrodescendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira, além do estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais e do apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais, assim como às ações e dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção dos bens culturais vinculados à história e à memória social de interesse local, regional ou nacional.

Um dos primeiros desdobramentos da Política Nacional de Museus foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU no âmbito do IPHAN, em 2003. A diversidade do conjunto de museus do IPHAN e a inexistência formal de um setor na área federal voltado às ações no campo da museologia foram motivos suficientes para a criação do DEMU.

O surgimento do DEMU no cenário museal brasileiro teve como consequência o fortalecimento dos museus do MinC, uma vez que a política ficou muito mais próxima deles, ao menos no início. Na sequência deste processo, foi criado o Sistema Brasileiro de Museus, outra ação fundamental para a implantação da Política Nacional de Museus.

Como consequência do exercício de uma nova imaginação museal e contando com o estímulo e a parceria direta do DEMU, foram criados por todo o país novos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia. Durante aproximadamente 40 anos, apenas a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio formava museólogos no país. Em 1970, surgiu um segundo curso em Salvador, vinculado à Universidade Federal da Bahia – UFBA. Até 2003, estes eram os dois únicos cursos de graduação em Museologia existentes no Brasil.

A partir da PNM, foi criado um curso de pós-graduação correspondente ao mestrado e cinco cursos de graduação vinculados às seguintes instituições:

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Estão em fase de implantação pelo menos outros quatro cursos: Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade de Brasília – UnB, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Universidade Federal de Sergipe – UFS.⁷

Na opinião dos técnicos da área, os investimentos em cursos de formação merecem uma especial atenção por, pelo menos, três bons motivos: eles representam a possibilidade de acolhimento de vocações orientadas para os estudos sobre museus, memória, patrimônio, paisagens culturais e territórios musealizados; indicam a configuração de um cenário propício para o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e práticas; apontam para o amadurecimento da museologia brasileira.

Desde a sua criação, em 2003, o DEMU chamou para si a responsabilidade pela elaboração do mapeamento censitário dos museus no Brasil. Em 2005, o projeto do Cadastro Nacional dos Museus foi iniciado com recursos disponibilizados pelo Ministério da Cultura da Espanha por intermédio da Organização dos Estados Ibero-Americanos.

O Brasil, conforme consta nos dados da PNM, iniciou o século XX com cerca de 12 museus e chegou ao século XXI, de acordo com os dados do Cadastro, com 2.208 unidades museológicas. Registrem-se, os últimos dados do Cadastro apontam um número de 2.778. Estes dados já despertam para o fato de que no Brasil, diferentemente da Europa, o século dos museus é o século XX e não o XIX.

Os mais de dois mil museus que hoje existem no Brasil são instituições públicas e privadas, museus presenciais e virtuais, a grande maioria aberta ao público que gira em torno de 20 milhões de pessoas por ano, e que geram mais de dez mil empregados diretos. Isso demonstra a importância da área para o desenvolvimento do país.

⁷ Esses dados são do Relatório de 2006.

A Política Nacional de Museus tem dado um grande salto na busca de colaborar para que esses museus obtenham suporte financeiro para sua modernização. Nesse sentido, a criação de instrumentos de fomento e financiamento diversificados com critérios públicos de seleção de projetos tem sido um grande diferenciador. Com esse foco, o MinC e demais órgãos federais estabeleceram políticas de financiamento e fomento a museus via Fundo Nacional de Cultura, Mecenate e Editais, como os de Modernização de Museus (IPHAN/MinC), Adoção de Entidades Culturais (Caixa Econômica Federal – CEF), Preservação de Acervos (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) e Apoio à Cultura-Patrimônio (Petrobras).

Algumas ações foram implementadas pelo DEMU, sendo uma delas a reformulação do programa de financiamento denominado Museu: Memória e Cidadania, que deixou de ser exclusivo dos museus federais desde 2004. Essas ações permitiram que instituições de todo o país tivessem acesso ao financiamento de seus projetos, levando em conta critérios como impacto regional e institucional, relevância dos acervos, localidade e tamanho.

O grande desafio da PNM, diante das expectativas da sociedade, é a criação e execução de ações de fomento com foco nos médios e pequenos museus brasileiros, além de facilitar e democratizar o acesso destas instituições aos recursos orçamentários destinados à área.

No que se refere ao modelo de gestão, a PNM foi construída com base em uma metodologia que estimulou a participação de múltiplos atores sociais. Reuniões presenciais sistemáticas e debates virtuais permitiram que fosse desenhado um cenário nacional dos museus, trazendo à tona os pontos fortes e as oportunidades, os pontos críticos e as ameaças. Conforme consta no documento da Política em termos de pontos fortes e oportunidades, destacam-se:

- A diversidade e a capilaridade museal;
- A forte inserção dos museus nas comunidades locais;
- O expressivo leque de serviços disponibilizados ao público, com atenção aos programas educativos e as exposições temáticas de curta, média e longa duração;

- A presença, em alguns museus, de equipes altamente qualificadas, equipamentos modernos e práticas museais exemplares;
- Relevantes exemplos de documentação e gestão de coleções, bem como de capacitação do corpo técnico dos museus;
- Ampla rede de apoio e colaboração nacional e internacional;

Em termos de pontos críticos e ameaças, destacam-se:

- A precariedade de nível jurídico e administrativo de muitos museus;
- A falta de eficácia nos procedimentos técnicos de documentação e gestão de acervos;
- A carência de políticas de segurança e conservação preventiva;
- A fragilidade dos instrumentos de gestão nos museus e o desempenho pouco eficaz da sua função social;
- A pouca valorização da função pesquisa;
- Coleções deficientemente inventariadas, conservadas, estudadas e divulgadas;
- A baixa ocorrência de periódicos especializados para a divulgação da produção de conhecimento e práticas museais.

Diante desse cenário, o Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN buscou trabalhar essas dificuldades e ameaças e, ao mesmo tempo, fortalecer os pontos fortes e as oportunidades. Nesse sentido, foi construído um modelo de gestão que segue os itens abaixo relacionados.

Instrumentos institucionais: refere-se à organização institucional do setor museológico, o que envolve a criação do Sistema Brasileiro de Museus, do Cadastro Nacional de Museus, do Observatório de Museus e Centros Culturais e do Instituto Brasileiro de Museus com a definição de uma legislação específica para o campo museal – o Estatuto de Museus.

Instrumentos de fomento: referem-se aos dispositivos políticos e administrativos que foram pensados e desenvolvidos visando à revitalização dos museus, tais como o Programa Museu Memória e Cidadania, os editais do MinC, do

Banco Nacional do Desenvolvimento Social, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás, além das leis de incentivo à cultura e dos programas estaduais e municipais de apoio a museus.

Instrumentos de democratização: referem-se à formação de uma rede de colaboradores nacionais e internacionais. O Sistema Brasileiro de Museus, por sua capacidade de aglutinação e articulação de entidades e atores sociais, é um dos pontos de destaque dessa rede. Outros instrumentos de democratização são as redes temáticas, o lançamento de editais, os programas de capacitação e formação profissional, o programa de cooperação internacional desenvolvido em parceria com Espanha e Portugal, a realização de fóruns estaduais e municipais de museus e a criação e revitalização de sistemas estaduais e municipais de museus.

Modelo de gestão da Política Nacional de Museu⁸:



FIGURA 12 – Modelo de Gestão
Fonte: Relatório de Gestão PNM.

⁸ Extraído do relatório de gestão da PNM de 2003 a 2006.

A partir da criação e implementação da PNM, que vem de encontro à valorização das instituições museais e seus novos desafios, percebe-se no meio dos grandes incentivadores desses avanços o empenho para criação do Instituto Brasileiro de Museus, considerando que sua concepção iria desvincular as questões da área para algo muito maior e que tivesse mais força para avançar. E, assim, em janeiro de 2009, sob a Lei nº. 11.906, foi criado o IBRAM.

A construção desse anteprojeto foi discutida por equipes técnicas e administrativas, no âmbito dos museus federais, e examinada por equipes especializadas em planejamento e gestão pública, sendo hoje é uma realidade.

Em termos operacionais, o IBRAM é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MinC, atuando em sintonia com o Sistema Brasileiro de Museus. De sua estrutura fazem parte os museus atualmente ligados ao IPHAN, além de outras unidades museológicas associadas por convênios, acordos e outros dispositivos legais.

Os primeiros anos de implantação da Política Nacional de Museus, juntamente com seus resultados e a expectativa que gerou nos gestores e técnicos da área, aumentou a responsabilidade do MinC. Um dos mais graves problemas das políticas de cultura, segundo a análise dos próprios técnicos, tem sido a descontinuidade das ações e a perda das conquistas alcançadas (BRASIL, 2007, p.21), o que tem produzido um ambiente de desconfiança e descrença. Por tudo isso, preservar o caráter participativo e democrático da atual Política de Museus é fundamental. Tal necessidade de preservação está muito mais ligada a pessoas que a instrumentos de. Essa parece ser também a sugestão de Canclini (2000, p.265):

Talvez uma tarefa-chave das novas políticas culturais seja, tal como tentam certas performances artísticas, reunir de outras maneiras afetos, saberes e práticas. Reencontrar ou construir signos que representem de modo crível, identidades de sujeitos, que ao mesmo tempo querem, sabem e agem: sujeitos que respondam por ações e não personagens que representem marcas de entidade enigmática. Este é um núcleo dramático do presente debate cultural, ou seja, do sentido com que as opções de desenvolvimento social vêm se reelaborando.

Nesse sentido, e buscando superar os desafios e obstáculos, é que a Política Nacional de Museus tem almejado avançar no sentido de subsidiar as instituições museais no seu crescimento e desenvolvimento.

3.2 OS PROGRAMAS DE GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ E O MUSEU SACACA

O PDSA é um audacioso projeto político de desenvolvimento humano. Iniciado em 1995, em sete anos os resultados sociais, econômico, ecológicos, políticos (cidadania e democracia) estão aí para mostrar que o desenvolvimento sustentável, no nível de todo um estado, é possível na Amazônia. Com a mais recente experiência do Acre, o PDSA é, no Brasil, a única realização regional integrada de desenvolvimento sustentável associando, cada um nas suas responsabilidades, e com suas contradições, um governo (e sua oposição), os órgãos públicos, os atores econômicos, a sociedade civil, os cidadãos (RUELLAN; CABRAL; ROULIN, 2007, p.9).

O conceito de desenvolvimento sustentável surge no mundo no início dos anos 80, mas no Brasil só ganha força no final da década de 1980 e início dos anos 90, mais precisamente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (ECO-92), que aconteceu no Rio de Janeiro. Desde então era comum o rótulo de sustentabilidade, levando vários teóricos a discutir sobre o conceito. O que mais vigorou, no entanto, foi o que apareceu em publicação conjunta da International Union for Conservation of Nature – UICN, do World Wildlife Fund – WWF e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (1980), e posteriormente no famoso relatório Brundtland: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.46).

No Amapá, em 1995, assume o governo do Estado João Alberto Rodrigues Capiberibe, que adota como matriz do conjunto das políticas públicas do Governo do Estado o **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá – PDSA**. Em um livro denominado AMAPÁ: Um norte para o Brasil, onde são apresentadas várias entrevistas do então governador, em uma delas tomadas pelo jornalista Rui Xavier, quando inquirido sobre uma definição sobre o que é o desenvolvimento sustentável, Capiberibe (MOULIN, 2000, p.53) respondeu “combinação de atividade econômica com atividade social e preservação ambiental”. Na mesma entrevista foi pedido um projeto síntese e a resposta foi a seguinte: “tem uma questão fundamental no desenvolvimento sustentável que é a questão cultural, o reconhecimento da experiência acumulada pelas populações tradicionais”. Como exemplo de projeto foi citado o das parteiras da floresta, um dos projetos sociais do

governo de Capiberibe pelo papel importante de humanização do parto e redução da mortalidade infantil. Vale ressaltar também a importância das parteiras, visto que no Estado do Amapá muitas comunidades são distantes umas das outras e não há postos de saúde próximos, sendo o trabalho de parto entregue às parteiras.

Esse exemplo é importante citar, pois ilustra bem o papel que o Museu Sacaca, a época com o nome de Museu do Desenvolvimento Sustentável, recebeu nesse governo. Muitas pessoas que compunham o governo Capiberibe (2000) diziam ser o Museu Sacaca a “vitrine do PDSA”, já que reproduzia em suas exposições os principais projetos desenvolvidos pelo governo. O próprio programa de Parteiras da Floresta foi representado em uma exposição temporária aberta em 1998.



FIGURA 13 – Exposição temporária Parteiras do Amapá

Chelala, economista que compôs o governo de Capiberibe na pasta do planejamento, em seu artigo “O desenvolvimento sustentável em diferentes práticas”, publicado no livro “Desenvolvimento Sustentável no Amapá: uma visão crítica”, tece uma análise da dimensão cultural do “Governo Capi”, apontando-a como um dos setores mais valorizados pelo governo, fazendo referências a vários programas culturais, como: o resgate de cultura e tradição indígenas com demarcação de terras, as modalidades educacionais, a valorização do artesanato e

as atividades culturais como os jogos, resgate da língua e o início da construção do Museu indígena, posteriormente inaugurado no governo de Waldez Góes com o nome de Museu Kuahi, já apresentado no primeiro capítulo, e que é administrado pelo índio Sérgio Marworno, da aldeia Galibi-marworno.

Outro ponto importante destacado por Chelala é a valorização da cultura negra aqui no Amapá, distribuída por várias comunidades quilombolas, sendo maior o destaque à comunidade do Curiaú. No governo do PDSA foi construído o Centro de Cultura Negra com o objetivo de servir como referência para suas manifestações, como o Marabaixo, o Encontro dos Tambores, dentro outros. O centro entregue a União dos Negros do Amapá – UNA– passou por algumas dificuldades de administração, mas persiste ainda hoje.

Outra iniciativa citada no artigo foi a criação da Escola Sambódromo de Artes Populares, cujo objetivo, além do fomento a realização do carnaval, era de servir como espaço para a realização de oficinas de artesanato. Hoje o espaço já não funciona como escola, ele abriga as instalações da Secretaria de Estado da Cultura.

Finalmente, como iniciativa do Governo de Capiberibe, e citado no artigo como sendo o “corolário” do PDSA no que tange à cultura, a obra do Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável, inaugurada no último dia do governo do PDSA.

O Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável, erigido num amplo espaço em plena capital. Que busca reproduzir com fidelidade o modo de vida dos índios e dos ribeirinhos, a cultura e arte do nosso povo, as riquezas e virtudes da nossa terra. Ali no Museu Sacaca pode-se sentir como um povo fica mais rico quando resgata sua verdadeira cultura e identidade (CHELALA, 2007, p.212).

No mesmo livro, Alain e Françoise Ruellan, colaboradores de Capiberibe, em artigo intitulado “Sete anos de desenvolvimento sustentável no Amapá: um exemplo para Amazônia”, descrevem ainda de forma mais clara o papel do Museu Sacaca no contexto daquele governo:

O Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável: situado em Macapá, foi criado como um lugar de formação para todo o público, sobre o Amapá, sua geografia e sua história, seus recursos naturais e humanos, seus problemas e suas dinâmicas de desenvolvimento, com coleções científicas, exposições permanentes e temporárias, um centro de documentação, sessões de capacitação. Esse museu foi colocado sob a responsabilidade do IEPA (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá),

que devia exercer aí a função não somente de educação popular como também a da transparência em relação às pesquisas científicas que ele desenvolve (cf. §3). Neste Museu, uma nova experiência foi inaugurada no início de abril de 2002: a de uma exposição permanente a céu aberto (ecomuseu) onde são apresentadas as atividades e as culturas das diversas comunidades tradicionais do Amapá (índios, negros, caboclos, extrativistas, pescadores, agricultores) e como essas atividades e culturas evoluíram no PDSA (RUELLAN; CABRAL; ROULIN, 2007, p.34).

O texto deixa bem evidente a missão do Museu de ser a “vitrine do PDSA”. Vale lembrar aqui que no primeiro capítulo, onde foi realizada a abordagem histórica dos museus do Amapá, é descrita a trajetória história do hoje Museu Sacaca, mas que iniciou na década de 1960 com os trabalhos de Waldemiro Gomes com plantas medicinais, madeira e fibra, que se modifica ao longo dos anos e, em 1991 com a criação do IEPA, passa a compor sua estrutura.

A questão da educação é transversal no Museu, passa por seus projetos, instrumentos e eventos. Mas os museus não devem ser vistos com esse determinante da educação, e sim como um espaço de várias possibilidades da memória, principalmente, além de um ambiente de contemplação descompromissada, de sonhos, de puro lazer, enfim, do que se deseja naquele momento buscar.

Na continuação do texto de Ruellan, Cabral e Roulin (2007, p.34) sobre o papel do Museu Sacaca, encontramos ainda a seguinte informação:

Esse Museu participava, com outras atividades permanentes e temporárias (exposições, feiras, lojas de artesanato e dos produtos da floresta), da informação popular, em particular no meio dos cidadãos, sobre a importância dos meios naturais e de seus produtos, e sobre a responsabilidade de cada um para a conservação e o uso sustentável destes meios e produtos. Tratava-se de fazer com que os cidadãos das grandes cidades não esqueçam a importância capital do meio que os envolve e do qual eles dependem.

É verdade que a Exposição a Céu Aberto toca muito mais no imaginário e na lembrança dos seus visitantes que as exposições em vitrines. A possibilidade de vivenciar o cotidiano das comunidades tradicionais é uma experiência única. Entretanto, no que tange às informações sobre o IEPA, percebe-se que houve uma lacuna que vai desde a abertura do Museu, no seu novo formato em 2002, até a abertura da exposição de longa duração denominada “IEPA: novos caminhos da pesquisa científica e tecnológica do Estado do Amapá”, que é aberta em junho de

2009, com recursos do Governo do Estado, IPHAN e Promotoria do Meio Ambiente, através dos recursos do Termo de Ajuste de Conduta – TAC. Essa exposição construída em conjunto com os pesquisadores, sob a coordenação de Núbia Almeida, vem resgatar esse papel difusor das pesquisas do IEPA que o Museu Sacaca sempre teve, pois na Exposição a Céu Aberto, especificamente com relação aos trabalhos do Instituto, existia somente a casa da fitoterapia que apresentava os produtos fitoterápicos em vitrines. Originalmente, existiam também na Exposição a Céu Aberto, mais especificamente na Casa do Caboclo Ribeirinho, no Regatão Índia do Brasil e na casa do castanheiro, computadores onde em multimídia eram mostradas algumas atividades do Estado relacionadas ao tema. Entretanto, os multimídias logo apresentaram dificuldade em sua exposição, pois exigiam um suporte técnico para manter sua exibição, o qual o instituto não conseguiu manter.

Outro texto que também apresenta o papel a ser desempenhado pelo Museu no contexto do PDSA é o artigo intitulado “Pesquisa científica e tecnológica na Amazônia: a atuação do Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá”, escrito por Alan Cunha, Diretor Presidente do IEPA, de 2000 a 2002, Eliana Pinho, Diretora Administrativa Financeira e Manoel Cabral de Castro, Secretário da pasta de Ciência e Tecnologia, todos exonerados logo após a saída de Capiberibe, quando assume o governo a então vice-governadora Dalva Figueiredo, que compõe sua nova equipe.

A ampliação da infra-estrutura do Museu Sacaca representou a maior expansão física experimentada pelo IEPA desde sua origem (5 hectares em plena área central urbana de Macapá). Em sua nova estrutura, foi inaugurado em 5 de abril de 2002, exatamente no último dia de vigência do PDSA. A inauguração expressou um verdadeiro resgate histórico e científico de uma herança que remonta às origens do IEPA, cujas raízes são o meio ambiente e a singularidade histórica e sociocultural do Amapá. O evento de inauguração, ao selar um acordo político de continuidade do PDSA, pelo menos por mais nove meses, foi colocado nas falas das autoridades presentes no evento como um marco histórico de compromisso político e de afirmação das esperanças suscitadas pelo PDSA. Nesse espaço, os elementos museológicos, as atividades lúdicas, artísticas, culturais e educacionais, os debates e reflexões científicos, as exposições a céu aberto, enfim, todo esse conjunto de manifestações deveria ser resgatado e valorizado nas atividades de pesquisa do IEPA. Constituiriam, ainda, fonte de fortalecimento da auto-estima dos amapaenses e de inspiração para sua confiança na construção de uma sociedade solidária e sustentável no Amapá (CUNHA, 2007, p.172).

Todas as falas e discursos apontam para o fato de que o Museu tinha um papel crucial no programa de governo que era o de externar para a sociedade os

frutos do PDSA, obtidos principalmente através das pesquisas do IEPA. Ouvia-se muito falar que o Instituto era a “menina dos olhos do governador”.

Capiberibe afastou-se do governo em 05 de abril de 2002, no dia em que inaugurou o novo espaço do Museu Sacaca, já com a Exposição a Céu Aberto. A partir dali foi candidato ao cargo de Senador da República. Pelos oito meses restantes, sob o governo da sucessora de Capiberibe, Dalva Figueiredo, candidata ao cargo de governadora, houve a reformulação da estrutura administrativa do IEPA, citada no primeiro capítulo, quando são criados os seis centros de pesquisa, formalizando a estrutura do Museu, que até então funcionava como uma gerência temporária. Com a nova estrutura, o Museu passa de Museu do Desenvolvimento Sustentável a Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca.

Com o final do mandato de Dalva Figueiredo, em razão de não ter sido eleita, assume o governo do Estado Antônio Waldez Góes da Silva, que apresenta como plano de governo “**Amapá: Desenvolvimento com Justiça Social**”. O plano é um indicativo de compromisso para o programa de Governo e, conforme consta no documento fundamentado numa percepção de busca de um crescimento econômico equilibrado, com responsabilidade pública, fortalecimento institucional e integrado com inclusão social, política, cultural, física e operacional do Estado. Apresenta como oportunidades de ação afirmativa para o progresso do Estado as seguintes potencialidades: riquezas naturais, agricultura, pecuária e silvicultura, pesca e piscicultura, parque energético, área de livre comércio, a implantação de parques produtivos, ecoturismo e o extrativismo. Diante dessas potencialidades, constata-se a existência de alguns desafios a serem enfrentados no campo cultural:

O Amapá carece de um grande Centro de Convenções para atrair e abrigar eventos culturais e científicos e servir de vitrine para o resto das atividades que se desenvolvem na região. A implantação de infra-estrutura e facilidades para tornar o Estado atrativo para os forasteiros e acolhedor para seus habitantes representam outros grandes desafios para os governantes do Estado (SILVA, 2003, p.15).

Os orientadores estratégicos do plano são o crescimento, a integração, a responsabilidade e a solidariedade. Na busca sobre referências a cultura, é apresentada no orientador “Integração” a preocupação com o interior do Estado, bem como a administração e crescimento de nossas cidades com atenção equitativa

de políticas públicas de governo, buscando a integração física do território, do povo, das instituições, das atividades econômicas e das manifestações culturais. Ainda na busca das citações culturais, no orientador “Responsabilidade”, em suas subdivisões, é apresentada a Responsabilidade Cultural, “modulada pelo respeito à afirmação dos usos e costumes, tradições e manifestações culturais locais, regionais e nacionais, no contexto da vida da sociedade amapaense”.

Dos programas estruturantes citados, encontramos o Programa Estruturante de Implantação de um Centro de Difusão de Cultura, Desporto e Lazer, sendo apresentado como uma ação contundente no resgate da cultura, promoção do turismo e consecução da educação e desporto:

O Estado do Amapá carece de referência cultural, educativa e de lazer. Dessa forma, tem estado de fora do circuito dos eventos culturais do país e representa pouco atrativo para atividade de vulto neste segmento.

Assim, entendemos que estabelecer um grande Programa de Fomento à Cultura e ao Turismo mediante a implantação de um grande Centro de Referência da Difusão de Cultura e Lazer é necessidade de nosso Estado.

Com o Programa Estruturante do Centro de Difusão de Cultura e Lazer, pretendemos viabilizar recursos para a construção de um amplo e multiuso Centro de Convenções, associado à revitalização de salas de cultura e centros de trabalho artesanais e de manifestações culturais diversas, contíguos a projetos de urbanização e revitalização de pontos culturais e turísticos tradicionais como o Marco Zero⁹, o Sambódromo, o Teatro de Espetáculos e Arenas, Palcos públicos de shows e o Estádio Olímpico Zerão.

Este Programa, além de implantar infra-estrutura física necessária às diversas atividades, vai servir de grande atrativo de investimentos para o Estado e vai recolocar nosso território no circuito nacional de cultura, lazer, desporto e turismo. Sob a égide deste Programa, muitas outras ações poderão ser desenvolvidas respeitando as diretrizes da integração e da eficiência alocativa que caracterizarão nosso governo (SILVA, 2003).

As Políticas Orientadoras da Ação Governamental que o plano descreve como objetivo ou políticas setoriais para concretizar as ações citadas são: resgatar, valorizar e difundir as manifestações culturais nativas e populares; promover a descentralização da atuação administrativa; apoiar os produtores culturais na divulgação de suas atividades; promover o intercâmbio com o setor de turismo.

Algumas ações estratégicas foram estabelecidas no sentido de alcançar os objetivos, são elas: fazer um mapeamento das zonas e manifestações culturais do Estado; publicar um calendário anual de eventos cívicos e culturais; implantação da

⁹ Monumento do Marco Zero do Equador, onde está simbolizada a linha imaginária do Equador, onde acontecem as representações do fenômeno do equinócio.

disciplina Educação Moral e Cívica em todos os currículos escolares da rede estadual de ensino; reorganizar e revitalizar o espaço físico da Fundecap¹⁰; reativar o Conselho de Cultura do Estado do Amapá sob bases democráticas de funcionamento; criação do Museu do pioneiro; restabelecer o projeto “Caça Talentos” nas escolas de 1º e 2º graus, ensino médio e Universidade; incluir no circuito turístico as manifestações culturais nativas e populares; recuperar a memória do Herói do Amapá, “Cabralzinho”¹¹; assegurar ao artista amapaense condições necessárias à divulgação de sua produção artística; incentivar a publicação de obras de autores amapaenses; instituir a semana da cultura amapaense a ser realizada em todo o Estado com eventos diversificados.

Importante citar neste trabalho as políticas orientadoras e as ações estratégicas para a Ciência e Tecnologia, uma vez que o Museu Sacaca é o Museu da difusão científica e tecnológica. Como políticas orientadoras, encontramos: formar um corpo de pesquisa capaz de estabelecer as bases de nosso conhecimento sobre a natureza e a tecnologia regional; incentivar e apoiar a implantação de um centro de referência em pesquisa do Estado; viabilizar o desenvolvimento de conhecimento e meios tecnológicos para a consolidação e ampliação da produção de fitoterápicos a partir da biodiversidade regional; estabelecer uma interligação operacional entre os órgãos institucionais e centros acadêmicos que participam da ciência e tecnologia.

Algumas ações estratégicas: equipar os centros de pesquisas existentes no Estado, especialmente o IEPA; estabelecer convênios de cooperação entre as instituições de pesquisas e as Universidades sediadas no Estado; incentivar e divulgar o uso de produtos locais produzidos a partir do conhecimento gerado no Estado; Elaborar o zoneamento ecológico e econômico do Estado como passo inicial para a definição de áreas e nichos de direcionamento da pesquisa; apoiar a produção, divulgação e ampliação da tecnologia local nos processos produtivos e administrativos; viabilizar a participação da iniciativa privada no financiamento da pesquisa local; intermediar a captação e aplicação de recursos federais,

¹⁰ Fundecap era a extinta Fundação de Cultura do Estado do Amapá, transformada em 2007 em Secretaria de Estado da Cultura, sendo transferidas suas instalações para o sambódromo onde no governo Capiberibe funcionava a Escola de Artes Sambódromo.

¹¹ Francisco Xavier da Veiga Cabral – Cabralzinho, a quem a história do Amapá chama de “chefe”, Comandante do Exército do Amapá na luta contra a subordinação à França (ALÍPIO JÚNIOR, 2008).

internacionais e regionais destinados ao desenvolvimento da ciência e pesquisa no Estado e na região. Como é possível perceber, não há no governo de Waldez Góes, ao menos no que se refere ao plano da Ciência e Tecnologia, holofotes diferenciais para o Museu Sacaca.

Na análise realizada pelo Deputado Federal Evandro Milhomem, considerado por muitos o Deputado da Cultura, com relação às ações do governo de Waldez Góes, ele chama a atenção para a criação da Lei Estadual de Incentivo a Cultura, Lei nº. 0777 de 14 de outubro de 2003, modificada pela Lei nº. 0912 de 01 de agosto de 2005, e Regulamentada pelo Decreto nº. 4823 de 28 de outubro de 2005, que considera uma das grandes iniciativas do governo para a cultura (MILHOMEM, 2010). A Lei tem o seguinte objetivo:

Permitir que qualquer empresa com sede no Estado do Amapá possa abater de uma parcela dos recursos que teria de desembolsar do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e o use para patrocinar projetos culturais à sua escolha, desde que aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura, podendo assim veicular sua marca em toda mídia desses projetos (KAMP; WHIBBE, 2005, p.13).

Quando trata dos segmentos incentivados, e lista todos os que podem acessar a Lei, os segmentos Bibliotecas, Arquivos, Museus e Centros Culturais são citados na alínea X. Perguntado ao historiador e membro do Conselho de Cultura, Fernando Rodrigues, sobre a quantidade de museus que já acessaram ao recurso, ele respondeu que ainda nenhum Museu se habilitou a acessar o recurso.

Outro ponto ressaltado pelo Deputado Evandro Milhomem, é com relação ao interesse dos empresários em financiar os projetos, pois eles não veem a cultura como fonte de investimento, não há uma preocupação. Para tal classe, a cultura é festa, é diversão, e na verdade:

ela não é só isso, tem uma provocação, tem uma origem e se apresenta através das manifestações, e o empresariado quer acumular riqueza. Isso é um engano, pois a cultura pode ser um grande difusor de propaganda. Quando um artista no palco fala para 300 pessoas, leva as pessoas a valorizarem as pessoas que financiam. A cultura gera emprego e renda, diminuindo o fosso social e conseqüentemente diminui a violência. A cultura poderia ser um estágio preventivo da violência, é educacional com vários critérios de inclusão social (MILHOMEM, 2010).

Com relação à política cultural do Estado, o Deputado afirma que ela não é sustentada, não é uma política que a secretaria possua um recurso e uma proposta definida para cada segmento de forma planejada. O que acontece, segundo ele, é que os projetos vão chegando e a secretaria vai atendendo às demandas. O projeto chega, o governo autoriza e a secretaria executa; não há um planejamento previamente definido. Em sua opinião, o volume de recurso aplicado é muito grande, no entanto via secretaria de cultura é quase nada. Os projetos apenas passam pela SECULT e são executados fora, e executar uma política dessa forma é muito difícil. Com relação a museus, e mais especificamente ao Museu Sacaca, que é um conjunto da representatividade da população amapaense, tem que ser trabalhado de forma mais representativa, obedecendo às características próprias do Museu. O Museu precisa ser revitalizado urgentemente, afirmou o Deputado. “Se o Estado do Amapá não atentar para a importância dos museus será um Estado sem memória; e se não tem memória, não tem história. O Estado tem que ter uma identidade própria.”

Como ação do Deputado Milhomem, pode ser citado o Projeto Teia Cultural que envolve todas as atividades culturais, como música, dança teatro, oficina de artesanato, oficina de circo, museus, literatura, executado com recurso de emenda parlamentar no valor de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais), está sendo encerrado em março do ano de 2010, com algo em torno de 500 pessoas trabalhando, entre artistas, oficinheiros e pedagogos, acontecendo em Macapá e Santana nos bairros periféricos, como forma de inclusão das pessoas que não têm acesso a cultura. Quem o executa é a Secretaria de Estado de Cultura, a Coordenadoria do Município de Macapá e a Secretaria do Município de Santana (MILHOMEM, 2010).

3.3 OS BENEFÍCIOS DAS POLÍTICAS FEDERAL E ESTADUAL PARA O MUSEU SACACA

A seção três será destinado à apresentação de dados estatísticos das políticas, ações e suas análises, tanto na esfera estadual como federal. Este item do capítulo dois, que abordará a relação das políticas com o Museu, será um espaço destinado às demais ações ou à inexistência delas que, de alguma forma, tem feito a diferença no cotidiano do Museu Sacaca.

Começando pela Política Nacional de Museus, já apresentada no primeiro item do capítulo, instituída em 2003 em suas várias ações, devemos ressaltar as iniciativas que de uma forma ou de outra contribuíram para que o Museu Sacaca, além da captação de recurso, tivesse seus projetos reconhecidos através dos prêmios e, mais ainda, que através do cadastro nacional ganhasse visibilidade para as demais instituições do Brasil.

Considerando os sete eixos programáticos da PNM, podemos citar como intervenções ocorridas no Museu Sacaca, a partir das políticas públicas:

No eixo Gestão e Configuração do Campo Museológico, os museus do Amapá participaram, em abril de 2008, de uma oficina intitulada “Implantação de Sistemas de Museus”, ministrada por Gilson Nunes, que objetivava oferecer suporte técnico para que se criasse o Sistema de Museus do Amapá. A coordenação da ação pós-oficina ficou sob a coordenação da Secretaria de Estado da Cultura – SECULT e, segundo a museóloga Simone Maria de Jesus, funcionária da SECULT, o processo para criação do Sistema encontra-se na Procuradoria do Estado. Outro ponto a ser citado e relacionado a este eixo é o Cadastro Nacional de Museus, que faz um senso dos museus do Brasil e apresenta suas diversidades. O Museu Sacaca faz parte do cadastro desde 15 de outubro de 2007, usufruindo de todos os benefícios que os museus cadastrados têm, tais como receber informativos e somar pontas na seleção dos editais de financiamento. Com a criação do Estatuto de Museus, que é o aperfeiçoamento da legislação concernente ao setor a qual todos os museus terão que se adaptar a contar cinco anos de sua publicação, espera-se que as instituições governamentais se obriguem a promover essas adequações, beneficiando assim os museus.

Com relação ao eixo de Democratização e Acesso aos Bens Culturais, que comporta principalmente as ações de criação de redes de informação entre os museus brasileiros e seus profissionais, o Museu Sacaca recebe semanalmente o Boletim Eletrônico do IBRAM, onde tem a oportunidade de divulgar suas ações sempre que preciso, além de ter sido contemplado com a publicação do artigo “Um Museu vivo chamado Sacaca”, de autoria de Núbia Soraya de Almeida Ferreira, na revista “Musas 5”, especializada na área de responsabilidade do IBRAM.

No eixo Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que trata fundamentalmente das ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em museologia, o Estado do Amapá foi contemplado com as seguintes oficinas: em 2007, “Elaboração de projetos e fomento para a área museológica” – nos dias 20, 21 e 22 de março de 2007, ministrada por Paulo Nascimento, que contou com 56 participantes e “Expografia” – nos dias 29, 30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2007, ministrada por Anaildo Baraçal e contando com 35 participantes; em 2008, “Implantação de Sistemas de Museus” – nos dias 7, 8 e 09 de abril de 2008, ministrada por Gilson Nunes e contando com 30 participantes, “Plano museológico: implantação, gestão e organização de museus” – nos dias 26, 27 e 28 de maio de 2008, ministrada por Marcio Rangel, que contou com 30 participantes e “Ação educativa em museus” – nos dias 28, 29 e 30 de julho de 2008, ministrada por Maria Célia Teixeira Moura Santos e contando com 65 participantes; em 2009, “Museu, memória e cidadania” – nos dias 17, 18 e 19 de junho de 2009, ministrada por Antônio Marcos de Oliveira Passos.

Além das oficinas, pode ser citado o convite feito à diretora do Museu Sacaca, Núbia Almeida, para participar como convidada do 2º Fórum Nacional de Museus, ocorrido em agosto de 2006 em Outro Preto – MG.

Nos eixos de Modernização de Infraestruturas Museológicas, bem como no eixo Financiamento e Fomento para Museus, pode ser enfatizada a contemplação em editais, como os de Modernização de Museu do IPHAN, o da Caixa de Adoção de Entidades Culturais e o da Petrobrás. Os valores serão apresentados no capítulo três.

Outro ponto são os Prêmios conquistados pelo Museu Sacaca que, além de darem visibilidade a seus projetos, premiam com valores que permitem investimentos no Museu e ainda oportunizam aos técnicos a participação em eventos e cursos específicos da área:

- Prêmio Cultura Viva – Ministério da Cultura e Petrobrás; categoria Gestão Pública, ano de 2006;

- Prêmio Darcy Ribeiro – Projeto Aprendendo no Museu; IPHAN, MinC e PNM, ano de 2008;
- Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, Categoria Educação Patrimonial; IPHAN, ano de 2008;
- Prêmio Darcy Ribeiro – Projeto Nas Trilhas do Conhecimento; IPHAN, MinC e PNM, ano de 2009;
- Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, Categoria Educação Patrimonial; IPHAN, ano de 2009.

As ações do Estado do Amapá relacionadas ao Museu Sacaca estão diretamente ligadas a sua manutenção, uma vez que os recursos externos captados são disponíveis somente para capital e investimento. Cabe ao Estado o recurso destinado ao dia-a-dia, como o pagamento de pessoal, quer seja corpo técnico do quadro do Estado ou cargos comissionados disponibilizados ao Museu. Daí surge uma grande questão: o Museu não possui quadro técnico próprio. Os funcionários que lá desenvolvem suas atividades, no total de 39 funcionários, sendo: 10 cargos comissionados sem vínculo, 17 contratos administrativos temporários - 10 deles estão no Museu desde 2003 trabalhando no serviço de visita guiada e não têm estabilidade, 8 são do quadro do Estado e 4 do quadro da União à disposição do Estado. Desse total, 12 também assumem cargos de chefia. Essa situação dificulta muito a continuação de suas atividades, pois nas mudanças de governo, principalmente, há uma grande rotatividade gerando, em alguns casos, a perda do funcionário capacitado.

Uma vez que cabe ao Governo do Estado a manutenção do Museu Sacaca, e sendo esse ligado ao IEPA, como bem colocou o Diretor Presidente do IEPA Benedito Vítor Rabelo em sua entrevista, no Museu Sacaca vêm concorrendo o pouco recurso com a pesquisa:

O Museu padece de uma dificuldade, que não é só sua, mas de todo o IEPA, que o instituto garanta funcionalidade aos centros. Com o crescimento da instituição cresce a responsabilidade de dar aporte a um centro essencial como o Museu. Não se deve duvidar de que está bem colocado dentro do IEPA¹². A Museologia como campo da ciência tem autonomia para caminhar dentro do instituto. O Museu Sacaca ganhou um espaço na sociedade, que cobra essa boa estrutura de

¹² O comentário faz referência a um movimento que tentou levar o Museu Sacaca para a Secretaria de Cultura.

essencialidade pelo papel de difusão da cultura, o que passa um encargo para o instituto, pois esse viés da cultura veio par o instituto sem o adendo de recurso (AMAPÁDIGITAL.NET, 2010).

Dessa forma, o governo vem mantendo a estrutura do Museu, bem como de seus eventos que já estão definidos em calendário fixo anual.

Outro ponto que pode ser abordado é a manutenção da estrutura física, como as trilhas as passarelas, pintura do prédio e as habitações. Não há no Estado uma política de parceria com a iniciativa privada, inclusive da Lei de Incentivo à Cultura, que possibilite a captação desse tipo de recurso. Todas as intervenções feitas no sentido de melhoria do espaço físico vêm dos recursos da Secretaria de Infraestrutura do Estado – SEINF, pois cabem a essa pasta as execuções das obras do Estado.

Finalmente, deve ser citada a contrapartida dos convênios que são solicitados ao Estado, visto que estes têm sido atendidos prontamente, garantindo assim a captação dos recursos de convênio.

São essas as ações empreendidas pelos governos Federal e Estadual no sentido de oferecer suportes, sejam eles técnicos e/ou financeiros, para que as instituições museais, e nesse caso específico o Museu Sacaca, subsistam e cumpram seu papel de instituições promotoras da difusão do bem patrimonial e da história de suas populações, como bem disse o Deputado Milhomem (2010) em sua entrevista, “para que o Estado não seja um Estado sem história e sem memória”.

Essas informações vêm acompanhadas de dados estatísticos que nos permitem mensurar e avaliar a eficácia das ações para as instituições. É através desses dados numéricos que será possível a avaliação das políticas ou das ações destinadas aos museus.

4 O MUSEU SACACA E OS DADOS DAS POLÍTICAS DE MUSEUS

Nessa seção será apresentado o dados da Política Nacional de Museu no que se refere ao Estado do Amapá e ao Brasil traçando um comparativo às ações da PNM principalmente no Museu Sacaca.

4.1 ANÁLISES QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS DADOS DA PNM

Para começar a apresentar os dados da PNM, é importante apresentar o universo da diversidade museológica brasileira com que essa política trabalha. O levantamento estatístico realizado pelo Cadastro Nacional de Museus, uma das ações da política, apresenta os seguintes dados: 2.759 museus presenciais, 2.541 instituições abertas ao público, 83 museus em implantação, 135 instituições fechadas e 19 museus virtuais, sendo 2.778 o total de museus mapeados. Vale ressaltar que apenas 15% dos municípios brasileiros têm museus. Esses são dados oficiais do cadastro nacional do IBRAM. Pelo gráfico a seguir, é possível perceber que a região norte detém o menor número de instituições museais e que, em contrapartida, o sudeste possui quase quatro vezes mais. Esses números já eram previsíveis no que se refere não só à cultura, mas às diversas esferas do investimento. O eixo onde há maior concentração é sempre São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse caso específico de museus, o Estado de Minas Gerais apresenta tradição, inclusive no que se refere à construção das redes de museus, encontrando-se bastante fortalecida, assim como também a rede do Rio Grande do Sul que tem servido de referência para os outros museus em eventos e congressos. Os técnicos desses Estados estão sempre ministrando palestras sobre a importância da formação das redes para o fortalecimento dessas instituições.

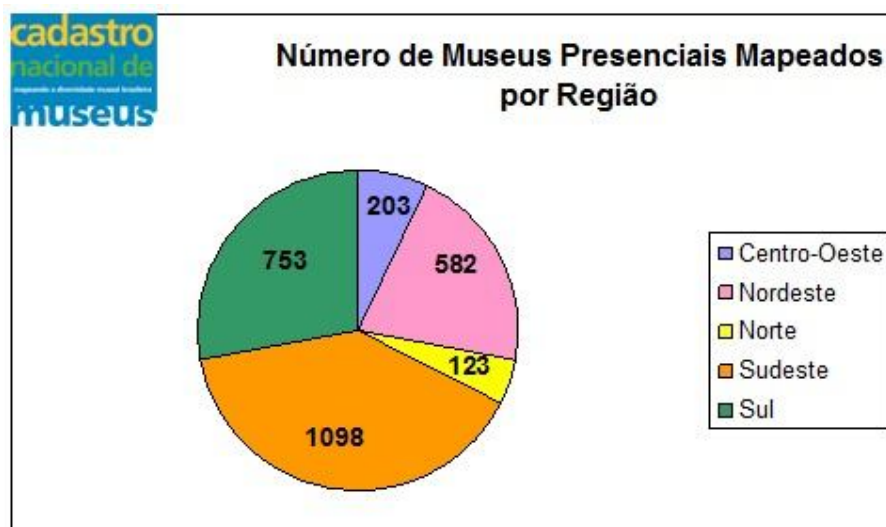


FIGURA 14 – Museus presenciais por região

Apesar das diversas formas de museus que vêm se apresentando, principalmente com o advento da tecnologia, o surgimento dos museus virtuais e toda a discussão que gira em torno da sua concepção, nesse momento o que interessa saber é o número de museus presenciais, aqueles que têm prédio, seja convencional ou não, exposição de objetos e toda a documentação que envolve a catalogação do acervo, apresentados nos gráficos a seguir, por região:

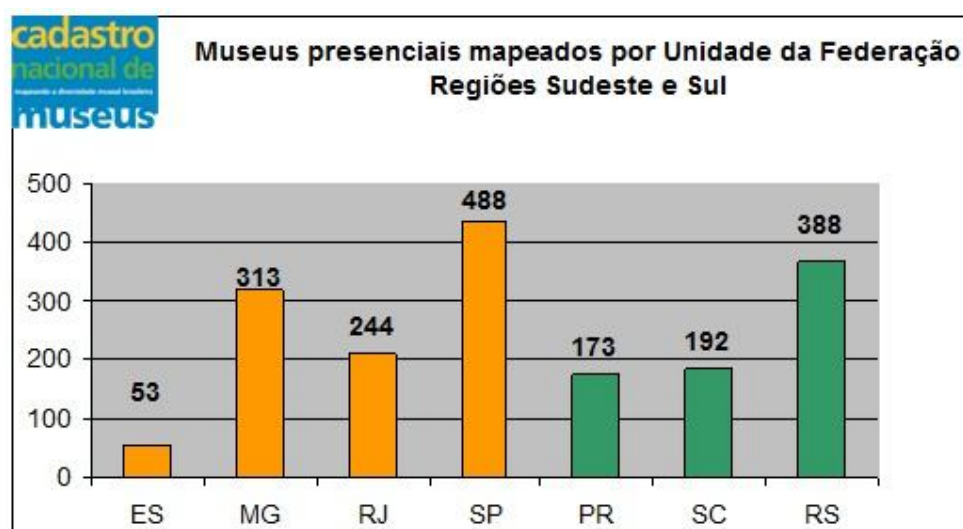


FIGURA 15 – Museus presenciais por Unidade da Federação

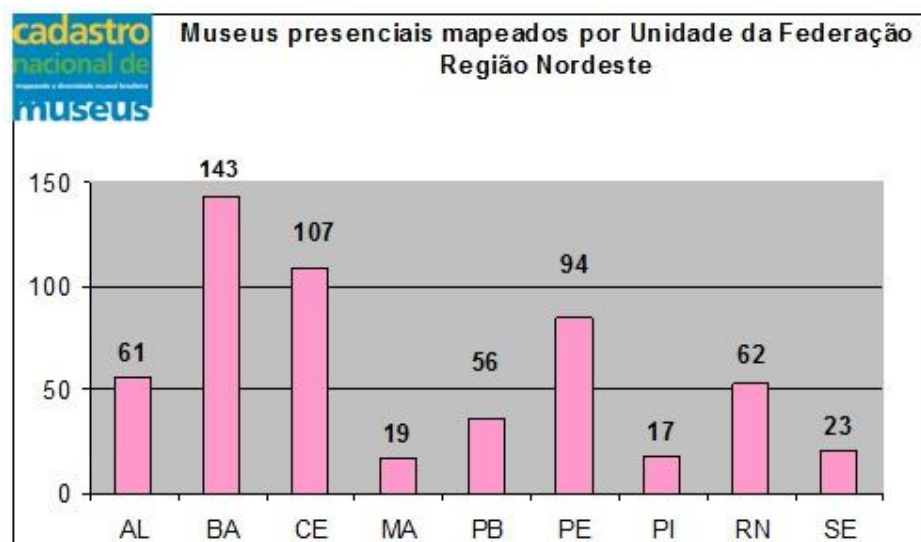


FIGURA 16 – Museus presenciais nordeste

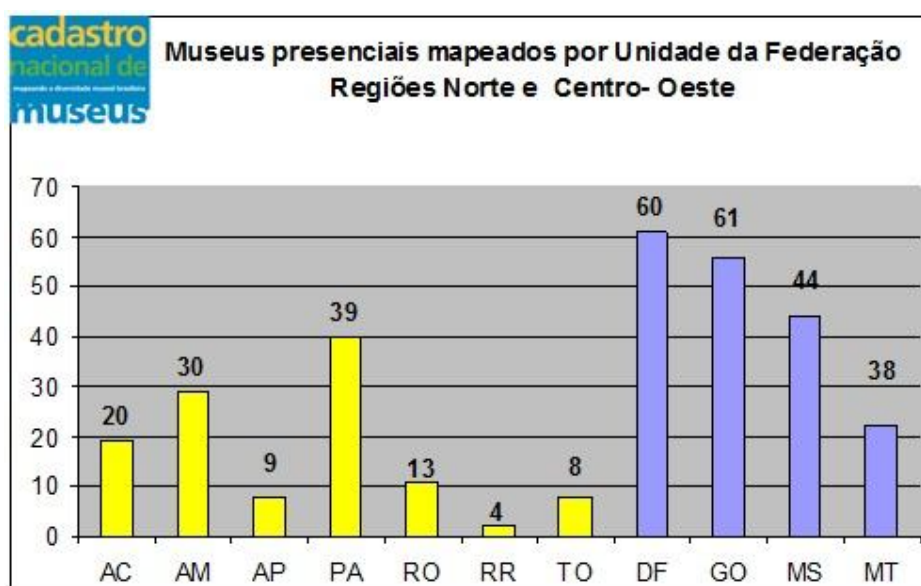


FIGURA 17 – Museus presenciais Norte e Centro-Oeste

Com 09 museus presenciais mapeados, o Estado do Amapá ocupa hoje o 5º lugar em número de museus na região norte, ou seja, em um universo de sete Estados. E este não é um número confirmado, porque mesmo que se inclua o Centro de Arqueologia da Universidade Federal do Amapá, ainda assim somam oito, que são eles: Museu Sacaca, Museu Fortaleza de São José, Museu Histórico Joaquim Caetano, Museu Koahí (são os que estão abertos ao público) e os que ainda estão se estruturando, Museu da Imagem e do Som, Museu da Antropologia e

Arqueologia e Museu da Base Aérea. Perguntado ao consultor do cadastro do Estado do Amapá, professor João Batista Oliveira, este também não soube informar qual seria o nono Museu. Essa colocação certamente não deve provocar orgulho ao Estado. Entretanto, com a criação dos novos museus, percebe-se que há a intenção de que as instituições museais se fortaleçam e o reconhecimento da importância dessas para a memória da sociedade.

No Estado do Amapá, dos oito museus, cinco estão na capital. Os outros dois, o Museu Kouahí e o Museu da Base Aérea, estão nos municípios de Oiapoque e de Amapá, respectivamente. Recentemente foi aprovada a criação do Museu do Município de Mazagão, que é o município mais antigo do Estado e que possui uma festa muito tradicional – a Festa de São Tiago, além de acervos e prédios que merecem toda a atenção do serviço de preservação do patrimônio. A descentralização de museus da capital tem merecido atenção da atual gestão do IBRAM. “Todos os municípios do país devem ter um Museu, já que todos têm uma história para contar.” (MARTI, 2009).¹³



FIGURA 18 – Municípios com Museus

Com relação aos investimentos financeiros da Política Nacional de Museus, constata-se um aumento de investimentos no setor nos anos de 2001 e 2002. O investimento total anual ficou em torno de R\$ 20 milhões. Após o

¹³ Do artigo Racha de Museus, publicado na Folha de São Paulo em 24/12/2009.

lançamento da PMN, o investimento superou a casa de R\$ 40 milhões nos anos de 2003 e 2004. Em 2005, os investimentos atingiram o montante de R\$ 90 milhões. Isso significa que foram mais do que quadruplicados os recursos destinados a museus, se comparados ao saldo de 2001. Esses números demonstram claramente que a PNM, através do Departamento de Museus, disponibilizou recursos ao setor.

Os investimentos também têm reflexo na ampliação do número de visitas aos museus. Enquanto em 2003 os dados registravam 17,5 milhões de visitantes por ano, em 2005 este número subiu para 20 milhões, sendo esse um acréscimo animador.

Os valores apresentados abaixo se referem aos recursos oriundos do Fundo Nacional de Cultura, do Programa Monumenta e da Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Mecenato. Por meio deles é possível perceber que a partir da PNM, implementada em 2003, há um salto nos investimentos em museus.

TABELA 1 – Investimentos em museus – Sistema MinC

ANOS	TOTAL
2001	20.043.812,57
2002	24.483.431,67
2003	44.663.966,40
2004	40.388.758,03
2005	92.924.041,63

Fonte: SIAFI, SALIC e Monumenta.

TABELA 2 – Investimento em museus pelo Sistema MinC – Mecenato

ANOS	PROJETOS COM CAPTAÇÃO	TOTAL CAPTADO
2001	25	5.449.653,57
2002	27	7.029.603,17
2003	37	21.561.104,43
2004	34	22.840.645,13
2005	89	58.791.261,33

Fonte: SALIC.

O IPHAN também buscou parceria com empresas estatais. Dessa forma, a partir do ano de 2004, foram publicados diversos editais destinados ao apoio a projetos na área museológica, tanto com recursos diretos do Fundo Nacional de Cultura, como por meio de recursos de patrocínios de empresas estatais.

Segundo o IPHAN, a opção pelo procedimento de seleção de projetos por meio de editais, com critérios objetivos e amplamente divulgados, vincula-se à decisão política de conferir um caráter democrático ao processo de distribuição de recursos públicos destinados ao financiamento de museus e de proporcionar uma distribuição mais equilibrada dos investimentos por todas as regiões do país.

Os editais voltados à área museológica, criados a partir de 2004, que visam proporcionar maior e melhor estrutura aos museus são os seguintes:

- Edital Modernização de Museus do IPHAN/MinC – voltado para o apoio a projetos que visem a aquisição de equipamentos, material permanente e acervos museológicos para os museus não vinculados ao Ministério da Cultura.
- Programa Petrobras Cultural – Area de Apoio a Museus, Arquivos e Bibliotecas – destina-se a projetos que tenham por finalidade promover a preservação e a difusão de acervos culturais e de memória, sendo necessária a aprovação pela Lei Rouanet.
- Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais – visa à preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro por meio da seleção de projetos de instituições ou entidades culturais abertas à comunidade, inclusive museus.
- Programa BNDES de Apoio a Projetos de Preservação de Acervos – destina-se ao apoio de projetos de modernização de museus, arquivos e bibliotecas, com vistas à preservação de seus acervos e à melhoria das condições de atendimento ao público. São seis categorias de apoio: catalogação, gerenciamento ambiental, instalação de sistemas de segurança, higienização e acondicionamento, melhoria de infraestrutura e restauração.

No quadro a seguir será possível verificar os projetos aprovados dentro dos editais citados, bem como os valores por região e por Estado no período de 2004/2009:

TABELA 3 – Editais de apoio a museus

ANOS 2004 – 2009

Editais de Apoio a Museus (MinC/Iphan/IBRAM, Petrobrás, BNDES e Caixa)				
Projetos Aprovados por Região				
Região	Estado	Valor Aprovado 2004-2009	Quantidade de Projetos	%Projetos aprovados
Norte	AC	842.586,51	6	1,55%
	AM	631.846,00	4	1,03%
	AP	1.037.164,20	10	2,58%
	PA	2.609.299,45	15	3,88%
	RO	129.913,60	2	0,52%
	RR	95.095,00	1	0,26%
	TO	333.731,90	6	1,55%
Total Norte		5.679.636,66	44	11,37%
Região	Estado	Valor Aprovado 2004-2009	Quantidade de Projetos	% Projetos aprovador
Sul	PR	1.421.331,35	15	3,88%
	RS	2.685.675,84	39	10,08%
	SC	2.077.231,63	26	6,72%
Total Sul		6.184.238,82	80	20,67%
Centro-Oeste	DF	337.550,00	2	0,52%
	GO	1.606.839,90	10	2,58%
	MS	661.345,60	7	1,81%
	MT	674.557,51	8	2,07%
Total Centro-Oeste		3.280.293,01	27	6,98%
Editais de Apoio a Museus (MinC/Iphan/IBRAM, Petrobrás, BNDES e Caixa)				
Projetos Aprovados por Região				
Sudeste	ES	201.756,00	3	0,78%
	MG	4.364.694,64	41	10,59%
	RJ	7.512.997,73	47	12,14%
	SP	6.482.005,18	36	9,30%
Total Sudeste		18.561.453,55	127	32,82%
Nordeste	AL	730.815,50	8	2,07%
	BA	3.528.713,00	23	5,94%
	CE	2.490.447,51	17	4,39%
	MA	330.827,91	3	0,78%
	PB	574.367,20	9	2,33%
	PE	2.071.213,21	21	5,43%
	PI	968.355,04	10	2,58%
	RN	588.463,91	12	3,10%
	SE	427.651,77	6	1,55%
Total Nordeste		11.710.855,05	109	28,17%
Total Geral		45.416.477,09	387	100,00%

Com esses dados, é possível perceber que o Estado do Amapá, considerando a região norte, só capta menos recursos que o Estado do Pará. Entretanto, deve-se observar que o Pará possui trinta museus a mais que o Amapá, sendo que no total o Amapá aprovou 10 projetos e o Pará 15, colocando assim o

Estado do Pará em uma condição privilegiada no que se refere à iniciativa dos técnicos em acessar os recursos.

Outra análise possível de se fazer é a de que a região sudeste do país ainda é a grande captadora de recursos dos editais, o que talvez explique a existência de um movimento que vem sendo denominado “Racha de Museus”¹⁴, cujo surgimento deu-se diante da iniciativa do IBRAM de descentralizar os recursos.

Reforçando o que foi dito anteriormente, e confirmando-o pelo gráfico abaixo, o Estado do Amapá, apesar de ser o 5º Estado da região norte em número de museus, é o 2º em captação de recursos, ressaltando que, em 2007 no edital de modernização do IPHAN, o projeto Reformulação da Casa de Exposição com montagem da Exposição de Longa Duração do Museu Sacaca, sob a coordenação de Núbia Almeida, foi classificado em 1º lugar nacionalmente, sendo o primeiro do país a receber o recurso do convênio.

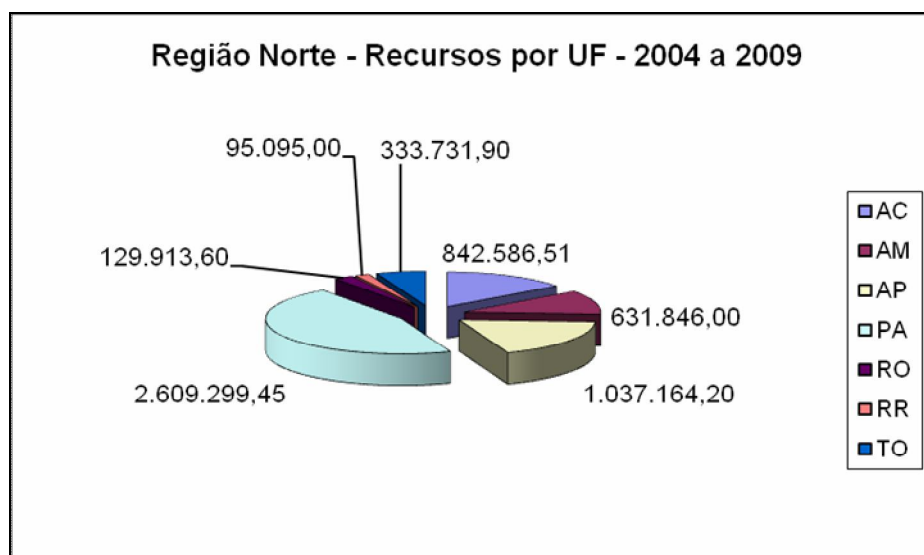


FIGURA 19 – Distribuição de recursos para a região norte

¹⁴ O movimento será abordado na conclusão.

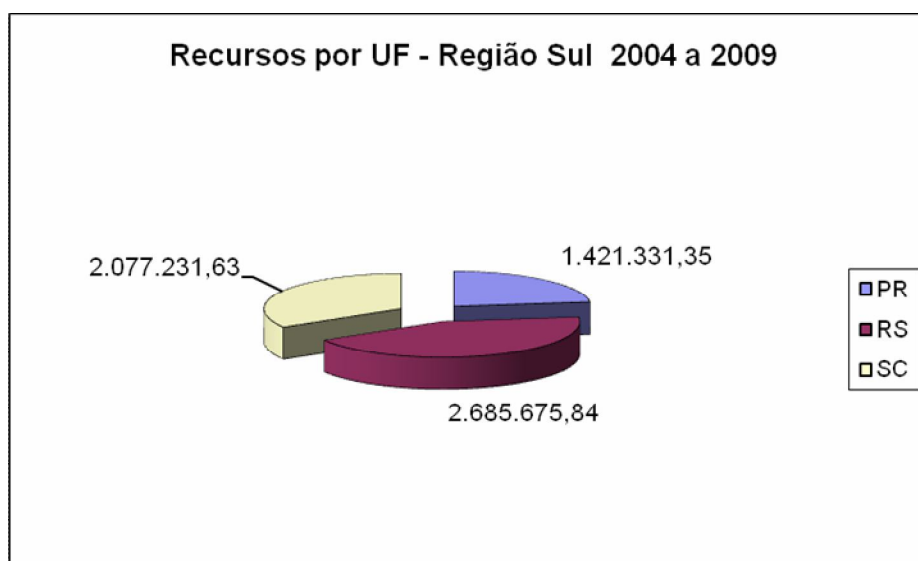


FIGURA 20 – Distribuição de recursos para a região sul

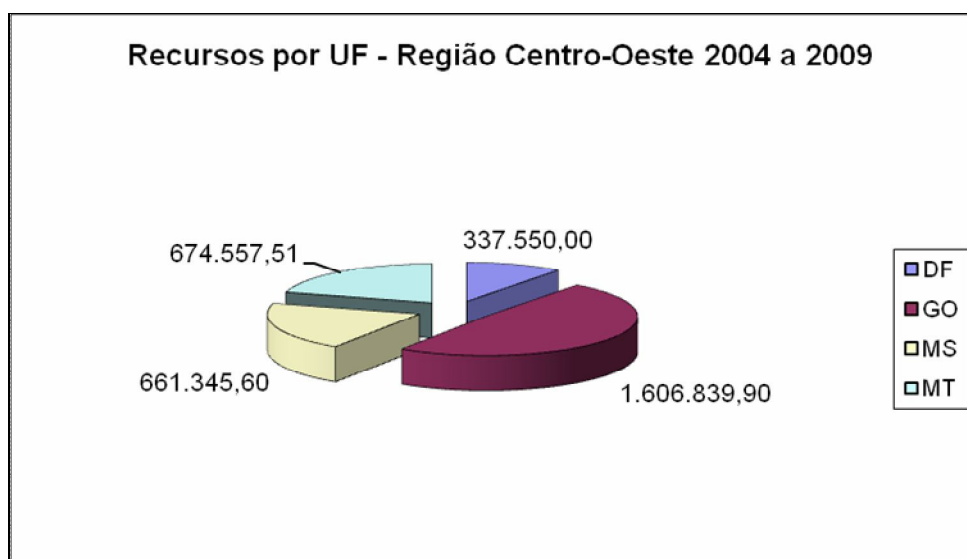


FIGURA 21 – Distribuição de recursos para a região Centro-Oeste

Analisando os gráficos dos demais Estados, percebe-se um equilíbrio na distribuição de recursos nas regiões sul e centro-oeste, equilíbrio que não ocorre na região sudeste, se for considerando o pequeno montante destinado ao Estado do Espírito Santo, muito inferior aos demais estados. No nordeste, a grande tradição da Bahia, um celeiro de competência museológica, justifica a grande captação de recursos.

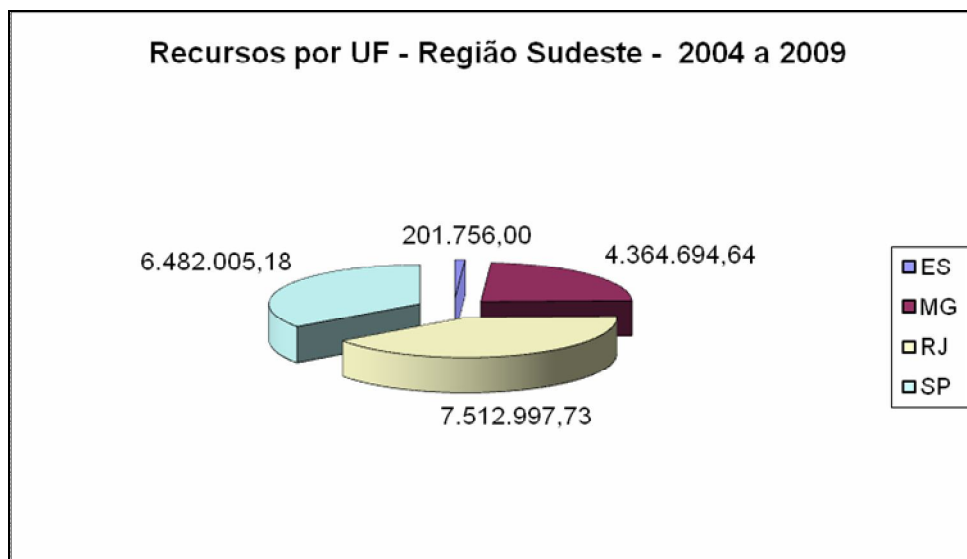


FIGURA 22 – Distribuição de recursos para a região sudeste

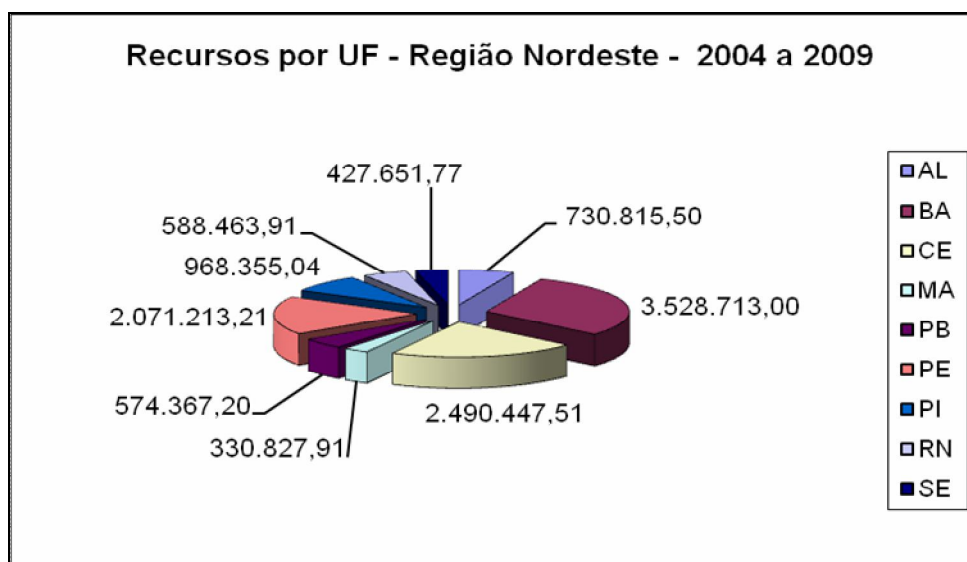


Figura 23 – Distribuição de recursos para a região sul

Na distribuição de recursos por editais, é possível perceber a predominância dos Estados do sudeste e nordeste, mais uma vez ressaltando a tradição da Bahia, e a força de São Paulo e Rio de Janeiro e ainda de Belo Horizonte, este último que detém grande número de museus, mas que ainda assim capta menos recursos que o Rio de Janeiro.

TABELA 3 – Distribuição dos recursos dos Editais – anos 2004/2009

ANOS	% VALOR APROVADO	VALOR APROVADO
Norte	12,51%	5.679.636,66
Sul	13,62%	6.184.238,82
Centro-Oeste	7,22%	3.280.293,01
Sudeste	40,87%	18.561.453,55
Nordeste	25,79%	11.710.855,05
Total	100,00%	45.416.477,09

Fonte: SALIC.

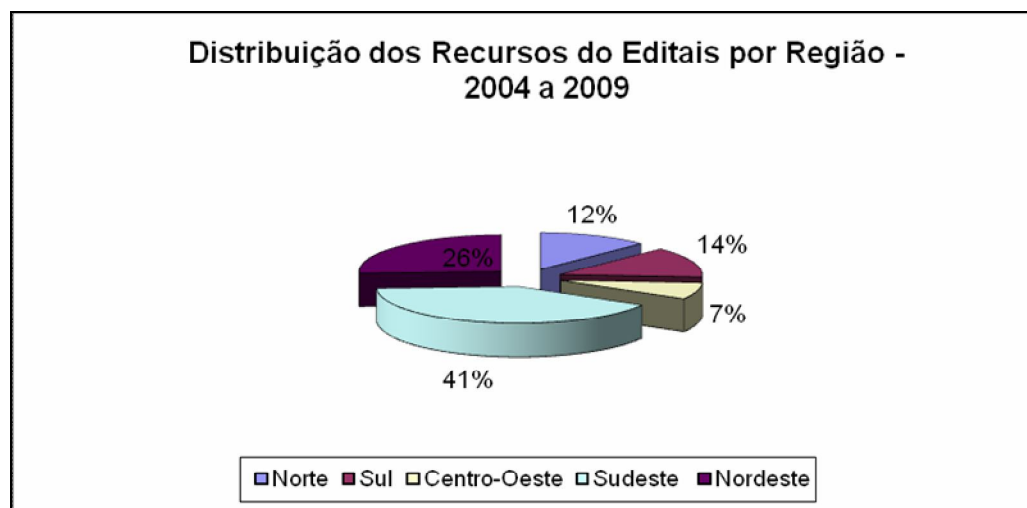


FIGURA 24 – Distribuição de recursos por região

A importância da apresentação dos dados a seguir é também a de demonstrar a evolução dos números antes e após a implantação da política de museus. Os dados denotam o aumento dos recursos investidos pelo sistema do Ministério da Cultura.

TABELA 4 – investimento em museus pelo Sistema MINC

ANOS	TOTAL
2001	20.043.812,57
2002	25.478.739,51
2003	43.735.807,77
2004	43.834.784,81
2005	95.420.220,50

Fonte: SIAFI, SALIC e Monumenta.

4.2 ANÁLISES QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS DADOS DO ESTADO DO AMAPÁ

O quadro a seguir apresenta de forma mais sistematizada a captação de recursos através dos editais da Política Nacional de Museus. Nele, estão representados os projetos e os valores dos recursos repassados. É possível verificar que já no primeiro ano de lançamento dos editais, o Museu Sacaca teve projeto aprovado e que a aquisição de capital, equipamentos e mobiliário só tem sido possível em virtude do recurso dos editais, uma vez que os recursos disponibilizados pelo Governo do Estado, através do orçamento do IEPA, não possibilitariam tais aquisições.

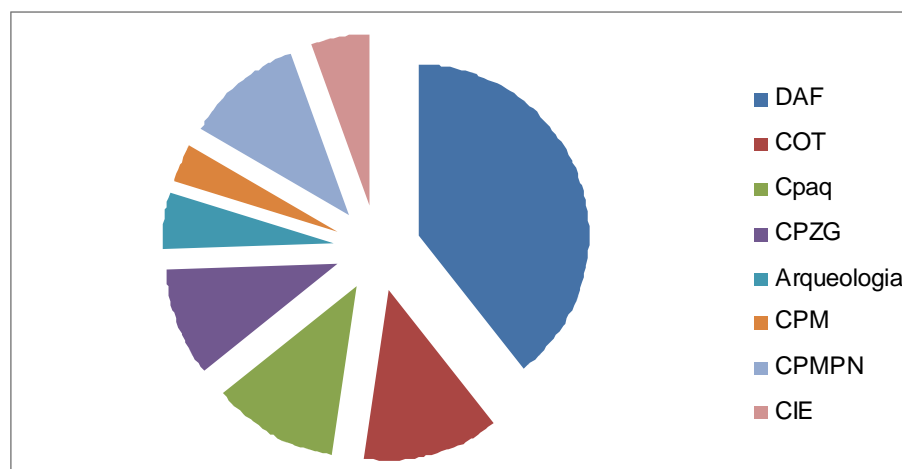
TABELA 5 – Recurso captado por Edital

Edital Modernização de Museus/Ano	Instituição Beneficiada	Nome do Projeto	Valor Aprovado	Cidade	UF
2004	Museu Sacaca	Revitalização dos instrumentos de comunicação	40.000,00	Macapá	AP
2005/2006	Centro de Estudos e Pesquisas do Amapá	Reserva técnica do Centro de Estudos e Pesquisas do Amapá da UFAP	60.360,00	Macapá	AP
2007	Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca	Projeto: Reformulação da Casa de Exposições	99.152,00	Macapá	AP
2008	Centro de Pesquisas Museológicas - Museu Sacaca	Modernizando com novas tecnologias o Planetário Maywaka	94.176,00	Macapá	AP
2008	Museu Joaquim Caetano da Silva	O Museu Joaquim Caetano da Silva na era digital	97.104,00	Macapá	AP
2009 (*)	Museu Fortaleza de São José de Macapá	Museu Fortaleza de São José de Macapá: Estruturar para Melhor Desenvolver	115.693,20	Macapá	AP
Edital Mais Museus/Ano	Instituição Beneficiada	Nome do Projeto	Valor Aprovado	Cidade	UF
Museu da Cidade de Mazagão	Museu da Cidade de Mazagão	Implantação do Museu da Cidade de Mazagão	180.050,00	Mazagão	AAP
EDITAL PETROBRÁS/ANO	Instituição Beneficiada	Nome do Projeto	Valor Aprovado	Cidade	UF
2006	Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca	Exposição itinerante: Nas trilhas do Conhecimento	40.000,00	Macapá	AP
Edital Caixa Adoção de entidades Culturais/ano	Instituição Beneficiada	Nome do Projeto	Valor Aprovado	Cidade	UF
2005	Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca	Revitalização do Barco Regatão Índia do Brasil	33.000,00	Macapá	AP

Os demonstrativos seguintes, fornecidos pelo Setor de Planejamento do IEPA, apresentam detalhadamente o **orçamento** do Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca, considerando o que é disponibilizado pelo IEPA.

Segundo o Departamento Administrativo Financeiro do IEPA, mais especificamente o responsável pela execução financeira, não há como fornecer os números do financeiro, já que o recurso que é gasto com o Museu sai de um fundo comum de manutenção dos centros. Assim, só é possível apresentar o orçamentário, e quem tem noções de gestão é sabedor, através de números fictícios, pois o orçamento só pode ser executado com a disponibilização financeira. Para entender o quadro abaixo, é necessário esclarecer que as Fontes de Recursos 101, 203 e 240 fazem referência, respectivamente, aos recursos do Fundo de Participação dos Estados – FPE, convênios e recursos próprios – esses são os códigos que constam nas colunas. Os códigos constantes nas linhas da tabela fazem referência ao Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD. É importante frisar que certamente o valor financeiro é muito menor que o orçamentário, o que o Instituto não tem como precisar, pois não há informações sobre o valor exato investido no Museu.

Distribuição dos recursos do IEPA por Centro, considerando o exercício de 2009.



DAF – Departamento Administrativo Financeiro; COT – Centro de Ordenamento Territorial; Cpaq – Centro de Pesquisas Aquáticas; CPZG – Centro de Pesquisas Zoobotânicas e Geológicas; Arqueologia – Unidade ainda informal, com status de gerência, mas sem constar na estrutura administrativa, que desenvolve pesquisa na área da Arqueologia; CPM – Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca; CPMPN – Centro de Plantas Medicinais e Produtos Naturais; CIE – Centro de Incubadora de Empresas.

FIGURA 25 – Distribuição de recursos por centro de pesquisa/IEPA

Os dados apresentados nesse trabalho não representam de forma real a execução financeira do museu, pelo que já foi informado, devido à incapacidade do

IEPA em fornecer esses dados. Grande parte do recurso do Instituto cai em uma conta corrente denominada “manutenção”, de onde sai todo o recurso destinado ao pagamento de pessoal terceirizado, água, luz, telefone, enfim, as despesas gerais. Essas informações não existem por centro. Como a conta é vinculada ao DAF, justifica o percentual alto desse centro.

A liberação de recursos específicos para a manutenção do Museu, ou ainda para subsidiar algum projeto ou evento, é feita de forma esporádica e irregular, pois não há um valor fixado mensalmente para que a gestão do Museu possa se programar quanto às prioridades de execução e, como disse em entrevista o diretor presidente Benedito Rabelo, “com o crescimento do museu, cresce sua necessidade de competir por recurso dentro do instituto.”

5 CONCLUSÃO

Se considerarmos o que vem acontecendo na Museologia nos últimos anos, e aí se pode citar: em 2004, iniciado na Bahia um evento que se tornou bienal que é o Fórum de Museus; em 2006, Ano Nacional de Museus, foram contabilizados mais de 1.200 eventos promovidos por 438 instituições em todos os estados da federação, incluindo o Fórum de Ouro Preto-MG; em 2008, o Ano Ibero-americano de museus, cerca de 900 eventos com participantes de vários países, entre os eventos inclui-se o Fórum de Santa Catarina, fica parecendo ironia a frase de que museu é lugar de coisa velha. É surpreendente como o tema é atual e impressionante como as instituições estão em movimento. Certamente, a Política Nacional de Museus tem muito a ver com isso, mesmo no Estado do Amapá, onde, como afirma acertadamente em entrevista o museólogo João Batista¹⁵, “não há política para museus no Amapá”. Talvez, por todo esse movimento dos museus, é que pondere em sua tese: “as transformações são de tal ordem que chego a imaginar uma nova era na museologia, um tipo de ‘pós-museologia’” (OLIVEIRA, 2007).

Se, para que os museus se fortaleçam cada vez mais, é necessária a relação entre poder e memória, não podemos pensar nessas instituições apenas como lugar de sonhos, nem tão pouco apenas como lugar de educação, de discussão, de embate de idéias, mas sim como “um lugar de articulação de projetos políticos e projetos poéticos, projetos que podem servir para conformar e domesticar as vontades ou para afirmar as liberdades e transformar as realidades” (Gazeta Mercantil, 02/Jan/2009). E nessa perspectiva devemos admitir que as conquistas no campo da museologia, como a criação do IBRAM e do Estatuto de Museus, deverá fortalecer sobremaneira as instituições da memória. Mas como nem tudo são flores, algumas críticas já surgem ao referido órgão, que está sendo acusado de montar uma estrutura inchada com 452 cargos públicos, muito burocrata, além da acusação, principalmente por parte dos diretores dos grandes museus do país, de tomar atitudes eleitoreiras ao tentar centralizar os recursos em um único fundo e distribuí-los igualmente, atitude esta que tem uma grande torcida a seu favor por parte

¹⁵ João Batista Oliveira Museólogo, Prof. Dr. em História e Teoria de Arte, Adjunto II na Universidade Federal do Amapá

dos gestores dos museus menores. Tais acusações são rebatidas com muita veemência por seu Diretor, Nascimento Júnior.

Se já há uma grande satisfação por parte dos gestores dos museus menores com a disponibilização de recursos através dos editais do IPHAN, que tem feito sim a diferença nos últimos anos, imaginem se o volume desses recursos aumentarem ainda mais, será possível consertar as distorções, como avalia Nina Matos, Diretora da Casa das Onze Janelas de Belém. Diante das discussões, podemos avaliar que os recursos existem, mas ainda há muitas situações que beneficiam os grandes museus do sudeste principalmente, até pela visibilidade que possuem.

Como foi apresentado nos dados da PNM, o Amapá vem acessando os recursos, de maneira até significativa, considerando-se os dados dos demais museus do norte, o que não tem resolvido o problema, ao menos do Museu Sacaca, até porque nem tudo será resolvido exclusivamente por meio desses recursos. Muito pelo contrário, a cada projeto que se aprova, é uma nova estrutura que se monta. Seja o planetário, seja a exposição de longa duração, seja a manutenção dos equipamentos adquiridos, tudo isso contribui para aumentar mais e mais a necessidade de recursos para manutenção, que é o grande dilema desse museu.

Nas entrevistas com os gestores aos quais o Museu, de uma forma ou outra está ligado, é possível perceber que apesar de reconhecerem as dificuldades do Museu, admitem a falta de uma estratégia que possibilite uma autonomia ao acesso de recursos, como é o caso da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, na pessoa do Secretário Antônio Carlos Farias, que reconhece no Museu a oportunidade de, através de exposições, transmitir o resultado da pesquisa, no contexto científico cultural e um pouco turístico, além de reconhecer que o Museu necessita de autonomia para seu funcionamento, ou ainda com o posicionamento do Secretário de Ciência e Tecnologia, Aristóteles Viana, que cobra dos técnicos que estão na base, no dia-a-dia dessas instituições, subsídios que orientam as tomadas de decisões ou o encaminhamento de propostas, seja ao poder executivo ou ao legislativo.

A observação do secretário Viana procede se verificarmos a dispersão que há entre as instituições museológicas do Estado e, principalmente, se considerarmos que o Museu Sacaca é o único Museu que não está ligado à

Secretaria de Cultura do Estado, ficando assim afastado das principais discussões sobre os temas e problemas do setor, ressaltando que o IBRAM sempre se reporta à SECULT quanto aos assuntos a serem tratados. Não há má intenção por parte da secretaria ou mesmo tentativa de exclusão, é pura falta de comunicação, o que como foi possível perceber, acontece até entre os museus da própria secretaria.

Nesse sentido, muitos estados brasileiros tomaram por base o Sistema Nacional de Museus, que tem o objetivo de ser “um instrumento formal de articulação entre os museus brasileiros” (MUSAS, 2004, p.109), e estão montando seus sistemas ou redes estaduais. Uma das experiências mais destacadas é a do Rio Grande do Sul, ocorrida em 1991, onde o sistema propõe uma reorientação programática dos museus e a reformulação da formação profissional, objetivando uma mudança qualitativa, especialmente em relação à atuação dessas instituições junto à sociedade (MUSAS, 2004).

O Estado do Amapá já foi contemplado com uma oficina ofertada aos técnicos da área através das ações da PNM, mais especificamente no eixo de capacitação, cuja temática trata da construção ou implementação da rede de museus. Isso deixa claro que para o avanço dos museus faz-se necessária essa articulação, e a considerando que a realidade dos museus do Brasil não é tão distante assim umas das outras. Ressalvadas as proporções, todos enfrentam problemas de recursos, de falta de quadro e tudo mais o que já foi tratado aqui. Em entrevista com os gestores dos museus que estão em funcionamento no Estado, todos citaram praticamente o mesmo problema, e a rede ou o sistema é uma boa alternativa para que as instituições se articulem e estabeleçam o diálogo político e social entre os museus, seus profissionais e a sociedade.

Apesar do acontecimento da oficina e de algumas reuniões com os grupos envolvidos nessa implementação, segundo informações da museóloga da SECULT, Simone de Jesus, o processo está parado na Procuradoria Geral do Estado, dependendo de um parecer para que possa avançar.

Entre as questões levantadas pelos gestores dos museus da SECULT, percebe-se um agravante nesses museus, e em relação ao Museu Sacaca no que se refere à gestão, que é o fato dos museus estarem vinculados a uma

coordenadoria subordinada ao Secretário, criando assim certo entrave em algumas decisões. No caso do Sacaca não, pois está diretamente ligado ao Gabinete da direção do IEPA, facilitando assim o acesso à tomada de decisões. Mas essa forma de gestão parece não ser ainda a ideal para o Museu, pois ainda assim limita muito o acesso aos recursos. O próprio secretário Viana e o diretor presidente Benedito Rabelo levantaram em suas entrevistas a hipótese de o Museu Sacaca passar a ser uma fundação, mas todos temem a desvinculação com o IEPA, o que representaria um grande prejuízo tanto para o Museu como para o Instituto, uma vez que este é o elo de comunicação que o IEPA possui com a sociedade e, para o Museu, o IEPA é a referência de toda a sua existência.

No que concerne ao projeto museológico, não há dúvidas quanto a sua legitimidade, nem tampouco quanto a sua proposta estrutural. Se tentarmos entender porque não houve sua continuidade, provavelmente encontraremos a resposta justamente nos percalços que envolvem a manutenção do Museu, como os recursos financeiros e a inexistência do quadro de pessoal.

Há outro ponto que vale a pena levantar. Os pesquisadores sempre reconheceram o Museu como um espaço para difusão de suas pesquisas. No entanto, com o novo formato da Exposição a Céu Aberto e a abordagem quase total na etnografia com ênfase no cotidiano das comunidades tradicionais, criou-se uma lacuna entre o Museu e os pesquisadores, inclusive abordada pelo Professor João Batista em sua entrevista, havendo a necessidade da busca pela cientificidade naquele espaço, como tentativa de resgate de sua identidade. Vale ressaltar, que já se deu o primeiro passo nesse sentido com a montagem da exposição de longa duração do IEPA, financiada com recursos do edital do IPHAN, contrapartida do Estado e recursos do Termo de Ajuste de conduta através de uma parceria com a Promotoria de Meio Ambiente do Estado do Amapá.

O professor João Batista aborda ainda o envolvimento superficial das comunidades no processo. No primeiro momento, elas foram envolvidas na construção dos ambientes e o fortalecimento dessa relação viria com a estruturação dos núcleos locais, o que não aconteceu por todos os fatores já citados (OLIVEIRA, 2007). Dito isso, percebe-se que não há um compromisso dessas comunidades com

o Museu, que se quer visitam os espaços através de suas associações para verificar o andamento; simplesmente não há essa relação.

Para que o projeto museológico acontecesse, seria necessário um regate dessa relação com a sociedade, possibilidade esta ainda existente, se o projeto for repensado visando adequar-se à realidade e às necessidades do Museu. Esse provavelmente seria o passo mais acertado.

Para finalizar, é importante apresentar alguns dados que demonstram a importância das instituições museológicas para o país. O Brasil possui a 6ª maior rede de museus do mundo, com mais de 200 milhões de bens culturais, gerando mais de 400 mil empregos diretos. Entre 2001 e 2007 movimentaram mais de 1,5 bilhões de reais, com algo em torno de 29 milhões de visitantes/ano. Os museus são espaços legitimadores de ideias, lugares onde se estabelecem relações pessoais e sociais díspares, mediações, conflitos, interdiscursos lúdicos, educativos, histórico-culturais, científicos e estéticos, enfim, cheio de “imaginações” museais.

Certamente, os museus são instituições que exigem atenção e reconhecimento urgentes de seus dirigentes quanto à promoção e implementação de políticas públicas que fortaleçam suas ações e permitam que desenvolvam o papel social e cultural a que se propõem na busca de colaborar com a formação de cidadão críticos, capazes de transformar sua própria realidade.

REFERÊNCIAS

ALÍPIO JUNIOR. **Francisco Xavier da Veiga Cabral – o Cabralzinho**. Macapá, set. 2008. Disponível em: <http://www.amapa.net/index.php?option=com_content&view=article&id=78:cabralzinho&catid=27:historia&Itemid=2>. Acesso em: 22 fev. 2010.

ALMEIDA, M. M. **Mudanças sociais/mudanças museais – nova museologia/nova história – que relação?** Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. p. 112. (Cadernos de Sociomuseologia, 5).

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **Orçamento geral do Amapá: Quadro de detalhamento de despesas 2009**. Macapá, 2009.

_____. **Decreto nº 0699/2002**. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá. Macapá, 2002.

_____. **Bases do desenvolvimento sustentável**. Macapá: Governo do Estado do Amapá, 1999. (Coletânea de textos).

_____. **Decreto nº 5672/1997**. Dispõe sobre a competência do IEPA. Macapá, 1997.

_____. **Decreto nº 0181/1991**. Dispõe sobre a criação do Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá. Macapá, 1991.

_____. **Decreto nº 0009/1988**. Dispõe sobre a criação do Museu de Plantas Medicinais Waldemiro Gomes. Macapá, 1988.

AMAPÁDIGITAL.NET. **IEPA lança livro sobre Tempo, Clima e Recursos Hídricos no AP**. Disponível em: <http://www.amapa.net/index.php?option=com_content&view=article&id=78:cabralzinho&catid=27:historia&Itemid=2>. Acesso em: 22 fev. 2010.

ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. **A memória do pensamento museológico contemporâneo**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus – ICOM, 1995.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Organização e textos de José do Nascimento Junior e Mário de Souza Chagas. Brasília, 2007. 184 p.

_____. Ministério da Cultura. **Caderno de diretrizes museológicas I**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006a.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. **Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006**. Brasília, 2006b.

CASTRO, M. C. **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental na formulação de políticas públicas: a experiência do Estado do Amapá**. Macapá: CEFORH/SEMA, 1998.

CHELALA, C. A. O desenvolvimento sustentável em diferentes práticas. *In*: RUELLAN, Alain; CABRAL, Manuel; MOULAIN, Nilson. **Desenvolvimento sustentável no Amapá: uma visão crítica**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Relatório Brundtland**. Nosso Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CUNHA, A. C.; SOUZA, E. B. de; CUNHA, H. F. A. **Tempo, clima e recursos hídricos** – resultados do Projeto Remetap no Estado do Amapá. Macapá: IEPA, 2007.

FERREIRA, N. S. de A. Um museu vivo chamado Sacaca. **MUSAS, Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2007.

_____. **A trajetória histórica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA**. 2000. Monografia (Especialização)– Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2000.

GOMES, W de O. O Laboratório Homeopático do Museu Joaquim Caetano da Silva e o valor citostático dos seus produtos. **Jornal do Amapá**, Macapá, 22 maio 1981.

JORNAL DO POVO, 11 mar. 1967. (Documento do acervo de Waldemiro Gomes).

KAMP, R.; WHIBBE, S. **Guia prático de incentivo à cultura**. Macapá: ICMS do Amapá, 2005.

LEONELLI, D. **Uma sustentável revolução na floresta**. São Paulo: Viramundo. 2000.

MARTI, S. Racha de museus. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2009. Caderno Ilustrado.

MILHOMEM, E. **Entrevista com o deputado Federal pelo PCdo B**. Macapá, 2010.

MOULIN, N. (org.). **Amapá: um norte para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.

MUSAS, Revista Brasileira de Museus e Museologia. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, n. 2, 2004.

NASCIMENTO JUNIOR, J. do; CHAGAS, M.; STORINO, C. M.; ROCHA, E. B. O ano da reinvenção das utopias. **Gazeta Mercantil**, Brasília, 3 e 4 jan. 2009. E1. Disponível em: <<http://www.quixoteart.com.br/patri3.html>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

OLIVEIRA, J. B. G. **Museus de arte em metamorfoses**. Rio de Janeiro: PPGAV-EBA/UFRJ, 2007. p. 146.

RUELLAN, M.; CABRAL, M.; MOULIN, N. (org.). **Desenvolvimento sustentável no Amapá: uma visão crítica**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007.

SANTOS, M. C. T. M. **Projeto museológico**. Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável. Macapá, 2000.

_____. **Reflexões sobre a nova museologia**. Salvador, BA: [s.n.], 1999. (apostila).

SILVA, A. W. G. da. **Governador do Estado do Amapá**. Macapá, 2003.

SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Cadastro nacional de museus**. Brasília, 2007.

APÊNDICES

TABELA 1 – Orçamento anual do CPM – Museu Sacaca/2003

ESPECIFICAÇÃO	Fonte 101	Fonte 203	Fonte 240	TOTAL	%
	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$		
ORÇAMENTO ANUAL DO IEPA/2003	2.318.207	2.380.000	270.000	4.968.207	100,00
CENTRO DE PESQUISAS MUSEOLÓGICAS	87.000		20.000	107.000	,15
2216 – Conhec. Produz. Expos. E Conserv. Do Acervo Cientif-Museológico – 19.573.0070.2216	22.000			22.000	
339014 – Diárias – Civil	5.000			5.000	
3390.30 – Material de Consumo	2.952			2.952	
3390.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	8.000			8.000	
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000			5.000	
3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	1.048			1.0480	
2219 – Realização de Eventos de Natureza Científica e Tecnológica – 19.573.0070.2219	20.000			20.000	
339014 – Diárias – Civil	5.000			5.000	
3390.30 – Material de Consumo	13.000			13.000	
4490.52 – Equipamentos e Material Permanente	2.000			2.000	
2233 – Manutenção das Instal. Físicas e Operac. Do Museu Sacaca – 19.573.0070.2233	45.000		20.000	65.000	
339014 – Diárias – Civil	4.000		5.000	9.000	
339030 – Material de Consumo	15.000		5.000	20.000	
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	12.000		5.000	17.000	
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000		3.000	13.000	
339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas	4.000		2.000	6.000	

Fonte: Amapá (2009).

TABELA 2 – Orçamento anual do CPM – Museu Sacaca/2004

ESPECIFICAÇÃO	Fonte 101	Fonte 203	Fonte 240	TOTAL	%
	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$		
ORÇAMENTO ANUAL DO IEPA/2004	2.225.164	2.388.816	278.185	4.892.165	100,00
CENTRO DE PESQUISAS MUSEOLÓGICAS	90.207		28.000	118.207	2,41
2216 – Conhec. Produz. Expos. E Conserv. Do Acervo Cientif-Museológico – 19.573.0070.2216	22.552			22.552	
339014 – Diárias – Civil					
3390.30 – Material de Consumo	2.952			2.952	
3390.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	8.000			8.000	
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000			10.000	
3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	1.600			1.600	
2219 – Realização de Eventos de Natureza Científica e Tecnológica – 19.573.0070.2219	22.552			22.552	
339014 – Diárias – Civil	5.000			5.000	
3390.30 – Material de Consumo	15.552			15.552	
4490.52 – Equipamentos e Material Permanente	2.000			2.000	
2233 – Manutenção das Instal. Físicas e Operac. Do Museu Sacaca – 19.573.0070.2233	45.103		28.000	73.103	
339014 – Diárias – Civil	5.000			5.000	
339030 – Material de Consumo	10.000		10.000	20.000	
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	14.000		8.000	22.000	
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	13.703		8.000	21.703	
339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas	2.400		2.000	4.400	

Fonte: Amapá (2009).

TABELA 3 – Orçamento anual do CPM – Museu Sacaca/2005

ESPECIFICAÇÃO	Fonte 101	Fonte 203	Fonte 240	TOTAL	%
	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$		
ORÇAMENTO ANUAL DO IEPA/2005	1.890.000	1.155.256	232.221	3.277.477	100,00
CENTRO DE PESQUISAS MUSEOLÓGICAS	8.000		23.421	31.421	0,009
2216 – Conhec. Produz. Expos. E Conserv. Do Acervo Cientif-Museológico – 19.573.0070.2216	2.000			2.000	
339014 – Diárias – Civil	2.000			2.000	
2219 – Realização de Eventos de Natureza Científica e Tecnológica – 19.573.0070.2219	1.000			1.000	
339014 – Diárias – Civil	1.000			1.000	
2233 – Manutenção das Instal. Físicas e Operac. Do Museu Sacaca – 19.573.0070.2233	5.000			5.000	
339014 – Diárias – Civil	5.000			5.000	
			23.421	23.421	
339030 – Material de Consumo			8.361	8.361	
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física			6.675	6.675	
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			6.675	6.675	
339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas			1.710	1.710	

Fonte: Amapá (2009).

TABELA 4 – Orçamento anual do CPM/2006

ESPECIFICAÇÃO	Fonte 101	Fonte 203	Fonte 240	TOTAL	%
	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$		
ORÇAMENTO ANUAL DO IEPA/2006	2.000.000	1.664.781	156.565	3.821.346	100,00
CENTRO DE PESQUISAS MUSEOLÓGICAS	30.000	86.789	20.565	137.354	3,59%
2216 – Conhec. Produz. Expos. E Conserv. Do Acervo Cientif-Museológico – 19.573.0070.2216		40.812		40.812	
339014 – Diárias – Civil		3.708		3.708	
339030 – Material de Consumo		4.320		4.320	
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		31.164		31.164	
449052 – Equipamentos e Material Permanente		1.620		1.620	
2219 – Realização de Eventos de Natureza Científica e Tecnológica – 19.573.0070.2219		45.977		45.977	
339014 – Diárias – Civil		19.641		19.641	
339030 – Material de Consumo		11.000		11.000	
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		15.336		15.336	
2233 – Manutenção das Instal.Físicas e Operac.do Museu Sacaca – 19.573.0070.2233	30.000			30.000	
3390.14 – Diárias – Civil	8.000			8.000	
3390.30 – Material de Consumo	9.600			9.600	
3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção	3.000			3.000	
3390.35 – Serviços de Consultorias	2.000			2.000	
3390.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.000			2.000	
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.000			2.000	
3390.37 – Obrigações Tributárias e Contributivas	400			400	
4490.52 – Equipamentos e Material Permanente	3.000			3.000	
			20.565	20.565	
339014 – Diárias – Civil			3.565	3.565	
339030 – Material de Consumo			5.000	5.000	
3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção			3.000	3.000	
3390.35 – Serviços de Consultoria			1.000	1.000	
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física			1.000	1.000	
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			2.000	2.000	
339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas			200	200	
449052 – Equipamentos e material Permanente			4.800	4.800	

Fonte: Amapá (2009).

TABELA 5 – Orçamento anual do CPM/2007

ESPECIFICAÇÃO	Fonte 101	Fonte 203	Fonte240	Fonte 271	TOTAL	%
	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$		
ORÇAMENTO ANUAL DO IEPA/2007	2.200.000	1.405.931	481.829	57.727	4.145.487	100,00
CENTRO DE PESQUISAS MUSEOLÓGICAS	80.000	89.322	100.000	6.261	275.583	6,64%
2216 – Conhec. Produz.Expos. e Conserv. Do Acervo Cientif-Museológico - 19.573.0070.2216	5.000				5.000	
3390.14 – Diárias – Civil	5.000				5.000	
		44.322			44.322	
3390.14 – Diárias – Civil		4.000			4.000	
3390.30 – Material de Consumo		4.500			4.500	
3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção			6.022		6.022	
3390.35 – Serviços de Consultorias						
3390.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		4.000			4.000	
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		20.000			20.000	
3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas		800			800	
4490.52 – Equipamentos e Material Permanente		5.000			5.000	
				1.396	1.396	
3390.14 – Diárias – Civil				1.396	1.396	
2219 – Realização de Eventos de Natureza Científica e Tecnológica -19.573.0070.2219	5.000				5.000	
3390.14 – Diárias – Civil	5.000				5.000	
		45.000			45.000	
3390.14 – Diárias – Civil		15.000			15.000	
3390.30 – Material de Consumo		15.000			15.000	
3390.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física			3.000		3.000	
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			11.400		11.400	
3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas			600		600	
				1.417	1.417	
3390.14 – Diárias – Civil				1.417	1.417	
2233 – Manutenção das Instal. Físicas e Operac. Do Museu Sacaca – 19.573.0070.2233	70.000				70.000	
390.14 – Diárias – Civil	10.000				10.000	
3390.30 – Material de Consumo	30.000				30.000	
3390.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000				5.000	
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	14.000				14.000	
3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	1.000				1.000	
4490.52 – Equipamentos e Material Permanente	10.000				10.000	
			100.000		100.000	
3390.14 – Diárias – Civil			10.000		10.000	
3390.30 – Material de Consumo			40.000		40.000	
3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção			10.000		10.000	
3390.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física			5.000		5.000	
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			20.000		20.000	
3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas			1.000		1.000	
4490.52 – Equipamentos e material Permanente			14.000		14.000	
				3.448	3.448	
3390.14 – Diárias – Civil				3.448	3.448	

Fonte: Amapá (2009).

Tabela 6 – Orçamento anual do CPM/2008

ESPECIFICAÇÃO	Fonte 101	Fonte 203	Fonte 240	Fonte 271	TOTAL	%
	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$		
ORÇAMENTO ANUAL DO IEPA/2008	3.913.929	3.111.662	782.161	290.000	8.097.752	100
CENTRO DE PESQUISAS MUSEOLÓGICAS	335.757				335.757	4,14
2247 – Disseminar o Conhecimento Técnico e Científico – 18.573.0070.2247	64.541	152.705	103.511	15.000		
3390.14 – Diárias – Civil	10.000	46.705		15.000		
3390.30 – Material de Consumo	13.54	20.000	50.000			
3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção	10.000	20.000				
3390.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000	5.000				

Fonte: Amapá (2009).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)